

Juan Domingo Perón

América Latina:
unidos ou
dominados

Colección de la Unidad Sudamericana



Ministerio de Relaciones Exteriores,
Comercio Internacional y Culto
Argentina

Dirección de Asuntos Culturales

AUTORIDADES

PRESIDENTE DE LA NACIÓN ARGENTINA
ALBERTO FERNÁNDEZ

MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO
CANCILLER SANTIAGO CAFIERO

SECRETARIO DE RELACIONES EXTERIORES
EMBAJADOR PABLO ANSELMO TETTAMANTI

DIRECTORA DE ASUNTOS CULTURALES
PAULA VÁZQUEZ

Juan Domingo Perón

América Latina:
unidos ou
dominados

Colección de la Unidad Sudamericana



Ministerio de Relaciones Exteriores,
Comercio Internacional y Culto
Argentina

Dirección de Asuntos Culturales

Perón, Juan Domingo

América Latina : unidos ou dominados / Juan Domingo Perón. - 1a ed. -
Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Ministerio de Relaciones Exteriores y
Culto, 2023.

200 p. ; 23 x 16 cm.

Traducción de: Magdalena González Almada ; Leticia González Almada.
ISBN 978-987-1767-43-4

1. América Latina. 2. Discursos. 3. Política. I. González Almada, Magdalena,
trad. II. González Almada, Leticia, trad. III. Título.

CDD 320.098

© 2023, Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

Primera edición: junio de 2023

Coordinación general: Paula Vázquez, Directora de Asuntos Culturales

Curaduría general de la colección: Víctor Jorge Ramos

Traductoras: Leticia González Almada y Magdalena González Almada

Realización gráfica: Editorial Universitaria de Buenos Aires

Diseño de tapa: Alessandrini & Salzman

Este libro fue impreso en los talleres de Multigraphic, Av. Belgrano 520,
Ciudad de Buenos Aires, Argentina, en noviembre de 2023.

Tirada 300 ejemplares.

Impreso en Argentina

Hecho el depósito que establece la ley 11.723



No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio, electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

OS CAMINHOS PARA A UNIDADE SUL-AMERICANA

Santiago Cafiero

Nesta obra, que inaugura a Coleção da Unidade Sul-americana, os escritos latino-americanos de Juan Domingo Perón são reunidos numa edição inédita produzida em espanhol e português. Entre esses escritos se encontra seu livro *Latinoamérica: ahora o nunca* (Latino-América: agora ou nunca), do ano 1967, que contém as aplicações publicadas um ano depois sob o título *La hora de los pueblos* (A hora dos povos).

Este livro complementa-se com o texto de uma conferência secreta que o então Chefe de Estado proferiu em 11 de novembro desse ano na Escuela Nacional de Guerra diante do alto comando militar argentino. Neste discurso ele detalha pormenorizadamente suas tentativas para atingir a unidade econômica e política com a República Federativa do Brasil e a República do Chile juntamente com os presidentes Getúlio Dornelles Vargas e Carlos Ibáñez del Campo. Inclui também outras mensagens para a integração latino-americana e uma seleção de artigos originalmente publicados no jornal *Democracia*, nos anos 1951 e 1952, sob o pseudônimo de Descartes.

Em todos esses escritos observamos uma surpreendente vitalidade e atualidade do pensamento de um dos mais populares e destacados estadistas argentinos que, paradoxalmente, é o menos lido e estudado. Esta obra propõe corrigir em alguma medida essa carência e assim contribuir para a formação política das novas gerações sul-americanas.

Não será possível implementar políticas nacionais se não analisarmos o contexto internacional e aquele que historicamente marcou a realidade dos nossos países. Felizmente, podemos contar com esses textos de quem deu passos concretos em direção a esta tarefa de imensa

importância. A ação do seu governo, assim como as políticas que ele implementou, foram recebidas com entusiasmo e subscritas nos países coloniais e semicoloniais que, mais tarde, foram conhecidos como o “Terceiro Mundo”. O general Juan Domingo Perón já tinha assinalado: “As ideologias foram superadas e o dilema deixou de ser comunismo ou capitalismo, para se tornar libertação ou neocolonialismo”.

Mais de meio século depois, essas palavras continuam sendo relevantes: o colonialismo se tornou mais sofisticado e, apesar das advertências, ainda não alcançamos nem a libertação nem a unidade. O Fundo Monetário Internacional chegou às nossas terras com empréstimos que substituem aquele do banco Baring Brothers de 1824. A estratégia é a mesma, só muda a fachada. Perón afirmou que o FMI geria “nao só a política monetária, mas também os fatores direta ou indiretamente ligados à economia dos membros. Depois, a realidade foi além, como vemos na atualidade, na hora das lamentações”.

Estas referências sobre as metodologias do FMI, em conjunto com as vozes de alarme sobre a necessidade de sair da “área dólar” para manter a nossa soberania monetária recorrendo mesmo a trocas diretas, são assuntos que nossos presidentes latino-americanos estão debatendo na atualidade.

O neocolonialismo se adapta e o caminho para a independência já foi traçado em inúmeras ocasiões. Em 1946, o presidente Perón escreveu ao presidente uruguaio, Luis Alberto de Herrera, do Partido Blanco, exortando-o: “O sonho de Bolívar tem que se realizar. Nós devemos gerar os Estados Unidos da América do Sul”.

Inspirado pela experiência levada a cabo no início do Século XX por José María da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, Perón promoveu a aliança conhecida como ABC (Argentina, Brasil e Chile), que finalmente não se concretizou, mas que hoje podemos apreciar com o mesmo objetivo e novas iniciais: Mercosul. Esta organização regional é de vital importância se quisermos sair do jogo de pinças internacional no qual estamos permanentemente empenhados.

Os desejos integracionistas que transmitiam a ideia do ABC são os mesmos que se podem observar ao longo destas páginas nas que, através de diferentes textos e mensagens, Perón insiste em afirmar que a divisão gera atraso e dependência, ao tempo que a união é o artífice do crescimento.

As antigas treze colônias que foram base dos Estados Unidos da América se lançaram à libertação gritando “união ou morte” e conformaram o que na atualidade se reconhece como principal

potência mundial. A República Popular da China, balcanizada um século atrás, hoje é a nação de maior crescimento econômico. E não são muito diferentes os exemplos da unificação alemã e italiana que, enfim, concluíram na União Europeia.

Com o recente triunfo eleitoral do Presidente Lula Da Silva no Brasil, a presidência *pro tempore* no Mercosul de Alberto Fernández e a revitalização da Unasul, abrigamos a esperança de que os passos dados não sejam revertidos. O caminho para o aprofundamento de nossa união deve transitar-se firmemente a partir deste momento. E as divisões ou pequenas diferenças que impedem o nosso desenvolvimento devem permanecer no passado.

O Papa Francisco tem um claro pensamento sobre o presente e o futuro dos nossos povos. E destacou em múltiplas mensagens a necessidade de seguir o caminho da integração para “a configuração da União Sul-americana e a Pátria Grande Latino-Americana, pois sozinhos, separados, contamos muito pouco e não iremos a lugar nenhum”, sublinhando que este isolamento representa “um beco sem saída que nos condenaria como segmentos marginais, empobrecidos e dependentes das grandes potências mundiais”.

A unidade Sul-Americana não foi uma bandeira que respondeu à “loucura” de Perón, nem à “avidez” de Bolívar, nem foi a “utopia” de San Martín, nem um reflexo do “imperialismo” do Barão do Rio Branco: ela implica um fato transcendental onde convergem todas as respostas à fragilidade dos nossos Estados.

O Mercosul tem demonstrado sua imensa força durante três décadas de unidade, ao longo das quais nenhum dos seus membros se afastou do objetivo central, que não é outro senão o bem comum. Ninguém quer sair do Mercosul. Os diferentes Governos que se sucederam, das mais diversas ideologias, puderam manifestar nuances e pequenas diferenças ao longo desses anos, mas nenhum deles quebrou o Tratado de Assunção assinado em março de 1991.

A formação de um Estado continental, a unidade sul-americana, América Latina concebida como aquilo que sempre deveria ter sido e não conseguiu alcançar, uma nação só, tudo isso representa uma meta indesculpável e um caminho irreversível; o tempo e a organização são assuntos que dependem de nós.

Nós, latino-americanos, não podemos continuar chamando uns aos outros de estrangeiros. Somos compatriotas. Enquanto não nos unirmos numa única Nação no vasto território continental, continuaremos a ser um aglomerado de países inacabados.

Inspirados nos textos e ações do General Perón, convocamos um debate no qual não faltarão os ideais de Getúlio Vargas, Carlos Ibáñez del Campo, o Barão do Rio Branco, José Gervasio Artigas, Simón Bolívar e José de San Martín.

Precisamos desses grandes patriotas para levar a cabo a tarefa inacabada da unificação. Estamos discutindo uma política de Estado a nível continental. Muitos latino-americanos procuram seu rosto em espelhos estrangeiros. Não precisamos deles para traçar o nosso destino. O caminho será original ou não será.

PRIMEIRA PARTE

A HORA DOS POVOS

PRÓLOGO

Por Juan Perón

Durante quase todo o século XIX e a primeira metade do século XX, em que o sistema capitalista impôs a sua lei e se vangloriou das suas conquistas técnicas e científicas, resguardo-se muito bem de confessar que, além do empenho dos técnicos e homens da ciência, todo o esforço material foi suportado pelas nobres costas dos trabalhadores e dos povos submetidos que jamais receberam, na proporção dos seus sacrifícios, os benefícios de tais conquistas que, em muitos casos, serviram antes para a destruição e a morte.

O despertar de uma nova consciência social faz-nos pensar que se na fase industrial foi possível a exploração do homem e dos povos submetidos ao colonialismo imperialista, na etapa pós-industrial, que já se anuncia, não será possível continuar com esses métodos e sistemas. Neste 1968 já sopram ventos contrários para os contumazes reacionários de outros tempos: começa “a hora dos povos”, caracterizada tanto pela libertação das nações do jugo opressor dos imperialismos quanto pela supressão da injustiça social.

Talvez algumas pessoas que leiam este livro possam pensar que se trata de um inimigo dos Estados Unidos da América: nada poderia estar mais longe da verdade. Eu não ataco, eu critico, e essa crítica não é ao país nem ao povo, nem sequer à nacionalidade, mas aos homens, que o acaso pôs em posição de decidir, que na política internacional erraram o caminho da grandeza, que em outros aspectos acertaram. Há alguns dias, Arnold J. Toynbee, num artigo do *ABC* de Madrid intitulado “Estados Unidos em crise”, disse textualmente: “Os Estados Unidos de América tiveram durante muitos anos uma falsa sensação de segurança, uma falsa euforia, que agora foi destroçada” e eu não acho que Toynbee seja um inimigo dos Estados Unidos de América.

Para nós, latino-americanos, nada seria mais agradável que uns Estados Unidos evoluídos, fortes e ricos, liderando o Novo Continente por direito próprio, desde que isso se realizasse sem detrimento dos outros, sem métodos imperialistas de dominação e exploração, sem procedimentos insidiosos e sem a arrogância da subjugação. Nessas condições, seria um fato a defesa solidária do Continente e até se justificaria, em certa medida, a Doutrina Monroe. Mas ninguém pode imaginar tal comportamento em países subjugados, e ainda menos para “atacar Cuba”, “ocupar a República Dominicana” ou contribuir no genocídio do Vietnã do Norte.

Essa mesma opinião é compartilhada por inúmeros norte-americanos. Não muito tempo atrás, um general americano afirmou que Al Capone morreu na prisão por ter aplicado os seus métodos em quatro distritos de Chicago e, a continuação, se perguntou: o que mereceriam os EUA se fossem aplicados no mundo? Julgamentos e críticas semelhantes são ouvidos todos os dias no Senado da União. Sei que não tenho o direito de me imiscuir nos assuntos internos desse país, mas não ignoro que tenho o mais legítimo direito de julgá-lo quando os seus homens interferem nos de nossos países ou quando as suas manobras provocam os graves prejuízos que aponto.

O senador Fulbright afirmou num debate sobre a guerra do Vietnã, que os Estados Unidos estão seguindo o mesmo caminho que os imperialismos grego e romano. Ao longo do texto deste livro, o leitor encontrará várias vezes uma afirmação semelhante, pois os imperialismos têm um destino no qual, por determinismo histórico, não podem escapar, como a história tem confirmado ao longo dos tempos. Nem a riqueza nem a força são suficientes para sustentá-los: nem Cartago sobreviveu a Cipião Africano; nem mesmo Roma, o império mais forte produzido pela humanidade, conseguiu fazê-lo diante de sua própria decadência: a realidade é que ninguém derruba os imperialismos por fora, eles apodrecem por dentro.

Se Roma, na era da carroça, levou mais de um século a cair e a desaparecer, os imperialismos modernos, na era do foguete, enfrentaram um processo perigosamente mais rápido. A queda de Roma se acentuou com o assassinato de Júlio César. Marco Aurélio travou-a graças a sua sabedoria e prudência; durante os anos do seu governo conseguiu sustentá-la, reunindo em Roma aos homens mais importantes das diversas províncias romanas que, no final das cerimónias, receberam as suas palavras paternais com tanta aprovação que voltaram à seus lares gritando “Viva Roma”. O seu

filho, que se herdou o império não herdou o seu talento, insatisfeito com a suposta “fraqueza” do seu pai, optou por métodos violentos e quando os nativos das diferentes regiões tentaram discutir as suas decisões arbitrárias, não hesitou em enviar uma Legião para trazer-lhe a cabeça do culpado.

Poderíamos também escrever os “Idos de Março” para o imperialismo atual. Seu declínio pôde ter começado com o assassinato de Kennedy. Hoje, as “Legiões” chamam-se de “Marines”, mas o espetáculo não mudou. Quando apontamos para um perigo não é por nos sentirmos inimigos. Eu queria principalmente ser verdadeiro e sincero naquilo que tento julgar. Não me interessei tanto na dialética nem na retórica quanto pela verdade e, a verdade, como dizem os árabes, “fala sem artificios”.

A política costuma ter as suas características originais; uma delas é a necessidade de chamar as coisas pelo seu nome. Como José Hernández, no seu imortal *Martín Fierro* desejo dizer com propriedade: Mas ninguém se sinta ofendido, pois a ninguém incomodo: e se canto deste modo por achá-lo oportuno, *não é para mal de ninguém mas para o bem de todos.*

Madrid, agosto de 1968

LIBERTAÇÃO OU NEOCOLONIALISMO

Temos defendido que a situação atual dos nossos países não é um problema intrínseco que só a eles interessa: é a situação mundial.

Infelizmente, este mundo em que vivemos está se debatendo num clima de simulação e hipocrisia imposto pelo exemplo e pela pressão do imperialismo, que não consegue esconder o estado de decadência em que está caindo. Esse “mundo ocidental”, que para maior escárnio da verdade também tem sido chamado de “mundo livre”, não passa de uma acumulação de simulacros de valores inexistentes onde a liberdade que deveria caracterizá-lo se tornou um sofisma insuportável.

Os nossos países pobres, flagelados pelas arbitrariedades desse “mundo livre”, sofrem com as “democracias” criadas por meio de quarteladas ou assassinato dos seus governantes, segundo a regra imposta pela política imperialista do “Pentágono” ou do “State Department”, como se fosse possível a existência de um povo ou de um homem livre numa nação escrava. O mundo ocidental está doente de decadência e ameaçado por uma caducidade imparável. Ele está sendo arrastado pelo imperialismo americano, que está entrando no período agudo do declínio em que os sintomas estão se tornando mais violentos e mais evidentes. Se o Império Romano, na era da carruagem, levou apenas um século para decair e desaparecer, os impérios atuais, na era dos foguetes, podem levar apenas alguns anos. Seus valores fictícios já estão corroendo-os, e a destruição imperialista sempre ocorre através de um processo interno de decadência porque, como o peixe, ele começa a apodrecer pela cabeça.

E, enquanto coisas semelhantes estão acontecendo no Ocidente, um mundo oriental está avançando com valores reais de forma lenta, mas segura. Os homenzinhos que dizem liderar o Ocidente estão tremendo, mas não se corrigem. Os maquiavelismos, que até agora eles utilizaram com relativo sucesso, começam a falhar-lhes e ameçam conduzi-los ao abismo. Nem a riqueza, que também não salvou Cartago, nem a força, que de pouco serviu a Roma, serão suficientes para salvá-los: o novo mundo não temerá mais nada além dos valores do espírito, que são os únicos permanentes.

O mundo atual, aparentemente dividido entre as duas tendências ideológicas que lideram os dois imperialismos, está assumindo novas posições, porque hoje a luta pela libertação, tanto a leste como a oeste da Cortina de Ferro, está sendo travada da mesma forma. As ideologias foram superadas e o dilema já não é o comunismo ou o capitalismo, mas *a libertação ou o neocolonialismo*. Quando em Yalta os imperialismos capitalista e comunista se dividiram o mundo, nasceu o germe da libertação pela qual hoje se luta em toda parte. A luta pela libertação é a mesma na Polônia, na Hungria ou na Bulgária, assim como na Argentina, no Brasil ou na França; não importa o signo sob o qual é realizada.

Tal como Mao à frente da Ásia, Nasser em África e De Gaulle na velha Europa, milhões de pessoas em todas as latitudes lutam hoje pela sua libertação e pela das suas pátrias. Esse “Terceiro Mundo” emergente busca a integração porque compreende que a libertação do imperialismo deve tornar-se uma ação conjunta: esse é, como já dissemos, o destino dos povos. É o que nos ensina a história na evolução incessante dos imperialismos que, ao longo dos tempos, flagelaram a humanidade. Há vinte anos, o justicialismo anunciou uma “terceira posição” que aparentemente caiu no vazio, mas os anos se passaram e só demonstraram que estávamos certos, mesmo que tenhamos tido de pagar o preço dos precursores.

Tudo se torna mais claro se considerarmos que o progresso técnico e científico encolheu a Terra, se não no espaço, pelo menos no tempo: o que acontece no Pólo Norte é conhecido dez minutos depois no Pólo Sul, e hoje almoçamos num hemisfério e jantamos noutro sem que ninguém fique minimamente surpreendido. Esse encolhimento do planeta levou à necessidade de contrair tudo em relação ao tempo e ao espaço. Assim, a política interna também sofreu as suas consequências, tornando-se uma coisa quase provinciana para ser substituída pela política internacional que atua dentro ou fora dos países da forma mais inconsciente possível.

Esse intenso desenvolvimento da política internacional, dentro e fora dos países, tornou necessária a criação de instrumentos para gerencia-la, e assim surgiram as “Grandes Internacionais”. O capitalismo e o comunismo são apenas duas delas, aparentemente opostas, mas na realidade perfeitamente unidas e coordenadas. Para prová-lo, basta se lembrar de 1938, quando eles se aliaram para aniquilar um “terceiro partido em desacordo”, então representado pela Alemanha e pela Itália. Não menos eloquente é o que aconteceu na Conferência de Yalta, onde os dois imperialismos concordaram e coordenaram as suas futuras atividades de dominação e exploração. Mas o fato é que tudo tende a internacionalizar-se à sua volta; o que, em última análise, é um triunfo do internacionalismo comunista. A maçonaria, o sionismo, a Igreja, as sociedades internacionais de todos os tipos, são apenas a consequência dessa internacionalização do mundo atual. Eles são as forças ocultas da revolução, tal como são as forças ocultas da dominação imperialista.

Na primeira quinzena de setembro de 1964, parece ter começado uma nova etapa da história que estamos vivendo: o Grande Mao respondeu à URSS que a República Popular da China não participaria na reunião convocada em Moscou porque não compartilhava a ideia de que o socialismo pudesse ser utilizado para apoiar o imperialismo soviético, que já havia despojado muitos países de seu território, inclusive a China, que mantinha sua soberania sobre a Mongólia Exterior. Também não considera que o socialismo, que foi criado para libertar os povos e as pessoas, possa servir para escravizá-los. Em outras palavras, que o socialismo, que era considerado antagônico ao nacionalismo devido à sua posição internacionalista, se tornou quase a mesma coisa e que, dentro desse conceito, é possível ser nacionalista e socialista ao mesmo tempo.

Com o exposto, o “Terceiro Mundo” cresceu e tende a integrar-se num futuro não muito distante. Um dia, o destino do imperialismo, que se tornando quase isolado perante o ódio generalizado dos povos, se desenrolará contra ele, mesmo que ainda possa contar com a ação de alguns governos sípaios que servem vergonhosamente os seus interesses e, dentro deles, as suas forças armadas, que não passam de uma continuação das forças imperiais que, como guardas pretorianas, atuam como verdadeiras forças de ocupação contra a vontade de lutar dos povos que até mesmo as pagam.

A velha Europa olha absorta para o panorama oferecido pelo mundo que outrora governou. Seus milhares de anos de história e

tradição contêm os seus impulsos de reação, porque presente um desfecho a que já assistiu muitas vezes. Forçado pelo imperialismo americano e soviético, libertou suas colônias em África e na Ásia, mas agora não pode ver com bons olhos que ambos imperialismos iniciem o seu neocolonialismo, como no Vietnã ou no Congo, nos mesmos territórios dos quais deveria ter saído há pouco tempo em nome da “liberdade” e da “democracia”, que outros agora invocam para o contrário. Tudo parece coincidir numa pressão para a formação de uma terceira força tão distante de um como de outro imperialismo. Tudo parece coincidir num ódio generalizado ao imperialismo e ao “muitos cães fazem o veado morrer no final”.

A situação da República Argentina se enquadra perfeitamente no quadro internacional que acabamos de descrever: é um satélite do imperialismo ianque, desde 1955, submisso e obediente, encabeçado por um governo sipaio sem representação popular ou nacional, que entregou suas fontes de riqueza e sua soberania. Suas forças armadas constituem, como se manifestou no “Pentágono”, uma continuação das forças ianques na tarefa de oprimir o povo servindo de guarda pretoriana à dominação imperialista, com a desvantagem de que é o próprio povo de quem escarnecem deve pagar por isso.

Perante tudo isto, o povo persevera na luta pela sua libertação e a do seu país. O justicialismo representa, também nesse sentido, a única garantia e é por isso que teve de enfrentar as perseguições mais monstruosas e impiedosas, que vão desde as execuções sem julgamento até o genocídio.

Os defensores dos “Direitos do Homem” neste chamado “mundo livre” permaneceram mudos diante de tais crimes, porque eles foram cometidos em seu nome e por sua conta. Dez anos de luta incessante, pelo contrário, purificaram-nos e exaltaram-nos porque temos razão, porque defendemos a causa da Nação e do seu Povo, contra um inimigo que tem apenas a força como meio e a infâmia como lema.

Mas as tiranias são transitórias, enquanto os povos são permanentes. Nós já triunfamos. Nossos inimigos podem insultar-nos e caluniar-nos, mas não terão outra alternativa senão fazer o que nós dissermos.

A PENETRAÇÃO IMPERIALISTA E A TRAGÉDIA DO DÓLAR

Com o jogo de dominação dos Estados Unidos, já ninguém duvida que o imperialismo americano, depois de contribuir para a destruição do Império Britânico, assumiu o comando do anglo-saxonismo. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, tem recorrido a um expansionismo permanente, que se manifestou mais claramente após a Segunda Guerra Mundial, tanto pela ocupação militar quanto pela penetração econômica. Seria necessário muito tempo para descrever o desenvolvimento destas atividades no mundo, mas, para os nossos propósitos, é suficiente mencionar a situação atual como resultado desses acontecimentos.

No que diz respeito à ocupação militar, desde 1968, os Estados Unidos têm mais de um milhão de soldados espalhados pelo mundo: 350.000 na Europa; 500.000 no Vietnã do Sul; 40.000 na América Central e do Sul; 50.000 na Coreia do Sul; 40.000 no Japão. Além disso, Washington assinou acordos bilaterais com 42 países e mantém “conselheiros militares” em 32; estabeleceu grandes bases, com guarnições correspondentes, em 20 nações diferentes e mantém um número muito grande – estimado em 3.000 – de “mini bases” espalhadas pelo mundo, de acordo com seus compromissos com a NATO e a SEATO. As 6ª e 7ª frotas, com suas embarcações tripuladas, são os seus pilares no Mediterrâneo e no Pacífico, respectivamente. Muitas outras forças, disfarçadas de “boinas verdes”, “capacetes azuis”, etc., estão estacionadas no Suez, Congo, Chipre, Bolívia, etc.

Colateralmente à ocupação militar, liderada pelo Pentágono, sob cuja direção e comando se encontram muitas forças armadas latino-americanas, verdadeiras guardas pretorianas e forças de ocupação, os capitais levam a cabo sua expansão econômica e financeira,

apoderando-se das fontes de riqueza dos vários países, com a ajuda de “governantes” voluntariosos, previamente colocados ali pelo próprio imperialismo, às vezes como “ditaduras militares democráticas”, mesmo que para isso precisem assumir a soma do poder público. E as reivindicações dos patriotas e dos comerciantes para a defesa das suas nações e dos seus interesses têm sido, até agora, de pouca valia: a penetração continua imperturbável.

Os pretextos para a rendição têm sido muitos e variados: às vezes ela é encoberta pelo desenvolvimento, outras vezes pela ajuda ao progresso, também pela privatização de empresas estatais, às vezes pela entrada de capitais ou investimentos estrangeiros, etc. Mas, embora os pretextos possam ser muitos, ninguém se engana quanto à verdadeira causa e, se a abjeção não é do imperialismo, que afinal cumpre os seus objetivos, é infamemente daqueles que, tendo a responsabilidade dos destinos nacionais, são capazes de atraí-los. Não digamos também que isso é novo: é praticado há mais de vinte anos, em todos os lugares, com os mesmos truques, diante da passividade culpada e consciente dos responsáveis e da ruína progressiva das nações que caem nas malhas da conquista e dos truques criminosos daqueles que a tornam possível.

Não é que, como alguns acreditam e outros defendem, seja tão difícil escapar à armadilha montada pela exploração imperialista, para a qual a necessidade ou a pobreza nos levam. Quando estas coisas acontecem, é invariavelmente o desejo de lucro por parte daqueles que as realizam, muitas vezes disfarçados e camuflados atrás de um título de “economistas”. São eles que recebem os benefícios percentuais, pois os países são comprados com promessas tão irregulares quanto o suposto valor do dólar que as paga, comparado com o valor das fracas moedas vernáculas. Quando isso acontece, nada escapa do triturador da exploração, porque os interesses instalados também começam a fazer o seu trabalho através de interesses pessoais, pressões estrangeiras, conveniência política ou necessidades sociais, que poucos abordam com sinceridade.

O governante que deseja opor-se à infâmia não precisa ser muito inteligente ou mesmo conhecedor; basta que seja honesto e tenha bom senso. Quando o governante “entra na combinação”, não é que seja ingênuo, mas sim um canalha, porque se as consequências são para o país, o mau nome recai sobre a consciência e a honra de quem tem de enfrentar a responsabilidade.

Diante dessas formas de burla, em 1946, o Governo Justicialista entrou com “pé de chumbo”, porque no Conselho Nacional do

Pós-Guerra tinham sido estudadas e preparadas minuciosamente as contra-medidas adequadas para neutralizá-las. Começámos por dispensar a contracção de empréstimos, nacionalizando todos os serviços públicos nas mãos de empresas estrangeiras, os seguros e resseguros, os depósitos bancários, etc. A Lei sobre o Estabelecimento de Capital e Empresas Estrangeiras, com limitações aos serviços financeiros e muitas outras medidas adequadas.

Muitos dos desconfiados “economistas”, amantes do “dinheiro doce”, reclamaram porque regulamentamos a história banal das “entradas de capital”, esperando tudo do povo e do trabalho dos argentinos. Como explicam agora que, justamente quando essas medidas foram tomadas, pela primeira vez nos cento e cinquenta anos da nossa existência como nação, a República conseguiu colocar a sua economia nos eixos? Porque em 1955, quando o nosso governo caiu, pela primeira vez na nossa história não tínhamos dívida externa, dispúnhamos de uma reserva financeira de mil e quinhentos milhões de dólares em ouro e moeda estrangeira, fechávamos invariavelmente a nossa balança de pagamentos no exterior com um excedente, tínhamos uma moeda forte (a uma taxa de 16 pesos por dólar no mercado negro), gozávamos de um crédito abundante no exterior e desfrutávamos de um nível de vida elevado, de uma economia de abundância, de pleno emprego, de uma indústria em franco desenvolvimento e de uma produção crescente para satisfazer a procura permanentemente impulsionada pelo aumento do consumo.

Também não creio que pudessem responder como foi possível que nos dez anos que se seguiram passassem do melhor estado econômico-financeiro que se conhecia no país para o pior que a história econômica da República alguma vez conheceu. Podemos responder: fizeram o contrário do que nós fizemos, por simples oposição sem escrúpulos ou por outras razões mais pecaminosas, e as consequências não tardaram em chegar: descapitalizaram o país e endividaram-no. Só a ditadura de Aramburu, em dois anos, “engoliu” a reserva financeira e contraiu uma dívida externa de dois biliões de dólares, que o governo seguinte duplicou. Desorganizaram todos os serviços, paralisaram o trabalho e desmantelaram a indústria em curso, provocando desemprego, arruinaram a economia popular, desestimularam o comércio, desvalorizaram a moeda e começaram a entregar as fontes de riqueza ao imperialismo. Agora que já não há nada para entregar, parece que estão dispostos a leiloar o país.

Continuar comentando esse aspecto da política econômica errada ou crapulosa seria repetir o que já são lugares comuns do entreguismo, tão bem conhecidos nos anais de quase cem anos de colonialismo saqueador. Não somos, como alguns nos descrevem, países subdesenvolvidos: somos países saqueados a partir de fora e destruídos a partir dos centros vernáculos da oligarquia, que só estão interessados em ganhar, sem se importarem muito ou pouco em fazê-lo à custa de uma pátria que, embora esteja em todas as bocas, só está em alguns corações.

Para além da maldade espiritualmente repugnante, é também necessário conhecer os truques utilizados pelas forças do colonialismo imperialista para lucrar intencionalmente com a desgraça alheia, bem como estudar em detalhe os sistemas astutos e muitas vezes insidiosos que a exploração põe em prática para esses fins.

Quando assumi o governo, em 1946, a primeira visita que recebi foi a do presidente do Fundo Monetário Internacional, que veio convidar-nos a aderir a ele. Prudentemente, respondi-lhe que precisava de pensar no assunto e, de imediato, destaquei dois jovens técnicos de confiança do equipe governamental para investigarem este “monstro muito perigoso”, nascido, se bem me lembro, dos suspeitos acordos da Breton Hood¹.

O resultado desse relatório era claro e preciso: em suma, tratava-se de uma nova e suposta semente do imperialismo. Eu, que tenho a vantagem de não ser economista, posso explicá-lo de uma forma compreensível. A política das “zonas monetárias”, após o abandono do padrão-ouro, foi frutuosa em acontecimentos em que os negócios sempre estiveram envolvidos. Através de várias formas de distorção da realidade, uma longa história já foi traçada, tanto através da “zona da libra esterlina” como da “zona do dólar” e, embora o pretexto fosse o de apoiar indiretamente as moedas dos países pobres em reservas de ouro, na realidade tudo não passou de uma nova forma de especular sobre a boa fé dos outros.

Até ao fim da Primeira Guerra Mundial, existia a “zona da libra esterlina”, que albergava numerosas moedas graças ao ouro de Inglaterra, que a guerra empurrou progressivamente para Fort Knox, ao ponto de a Grã-Bretanha encontrou-se em sérias dificuldades para

1 Refere-se aos acordos de Bretton Woods, assinados em julho de 1944. “Breton Hood” é supostamente uma forma irônica de lhes chamar (Nota do Editor).

sustentar a sua zona monetária. Tentou fazê-lo fundando o Banco Central de Inglaterra e declarando depois que, se a zona da libra esterlina era anteriormente garantida pelo ouro de Inglaterra, era agora garantida pelo Império Inglês. Mas aconteceu que os Estados Unidos tinham entretanto acumulado quase 80% do ouro do mundo e aprovado o seu famoso Trust Act, que estabelecia que quem apresentasse um dólar ao Federal Reserve Bank receberia o seu equivalente em ouro. Esta promessa, apesar de nunca ter sido cumprida, teve a atração natural suficiente para forçar o nascimento da “zona do dólar”. Assim, a partir desse momento, o dólar tornou-se a moeda de troca no mundo ocidental, enquanto a libra esterlina deixou de ser a moeda de troca.

Desde então, tal como antes, todas as semanas, desde a Torre de Londres, os britânicos anunciavam o valor oficial do ouro, perante o Povo e de boca em boca, Wall Street encarregou-se de os substituir silenciosamente e a partir dos seus escritórios da Quinta Avenida, fixando o valor da Onça Troy para o sobrevalorizado dólar americano, com um preço político que, não obedecendo à lei da oferta e da demanda no mercado internacional do ouro, lhes permitia cobrar um “royalty” sobre todas as operações que envolvessem esta moeda.

Pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a perda de grande parte da reserva de ouro dos EUA ameaçou seriamente a existência da “zona do dólar”, gravidade que continuou aumentando com as despesas da pós-guerra, colocando os EUA numa situação semelhante à da Inglaterra depois da guerra anterior, caso alguma nação conseguisse constituir essa reserva. Por conseguinte, era preciso criar o instrumento necessário para consolidar a “zona do dólar”. O Fundo Monetário Internacional era a solução. A maioria dos países ocidentais participaria nele, comprometendo-se através de uma longa contribuição para o Fundo, a partir do qual todas as suas moedas seriam geridas, não só a política monetária seria definida, mas também os fatores direta ou indiretamente ligados à economia dos parceiros. A realidade encarregou-se então de ir muito mais longe, como se vê agora, quando chegar a hora do lamento.

Estas são algumas das razões (entre muitas outras) pelas quais o Governo Justicialista da República Argentina não aderiu ao Fundo Monetário Internacional. Para nós, o valor da nossa moeda era fixo no país, assim como estabelecíamos as taxas de câmbio de acordo com as nossas necessidades e conveniências. Para o intercâmbio internacional recorriamos à troca directa e, portanto, a nossa moeda

real era a nossa mercadoria. Diante da permanente falsificação da realidade monetária internacional e das manobras de todo o gênero a que se prestava o insidioso sistema criado, não havia outro recurso senão fazer assim ou deixarmo-nos roubar impunemente.

O tempo passou e, em quase todos os países aderentes ao famoso Fundo Monetário Internacional, as consequências se estão sentindo e as lamentações começam a fazer-se ouvir. Este Fundo, supostamente criado para estabilizar e consolidar as moedas do “Mundo Livre”, não fez mais do que rebaixá-las ao máximo. Entretanto, os Estados Unidos, através das suas empresas e capitais, apoderaram-se das fontes de riqueza de todos os países onde os tolos ou os sipaios lhes deram espaço, graças ao seu dólar ficticiamente valorizado em relação às moedas desvalorizadas dos outros.

O DESAFIO AMERICANO

Há muito tempo que tudo isso vem ocorrendo com a maior incompreensão por parte de uns, perante a ignorância de outros e os interesses de outros, porque ninguém pode supor que, quando há traidores, o fazem por amor à arte ou para favorecer o seu país, que foi vendido ou rendido. Nessa questão, ninguém pode alegar ignorância, porque há mais de trinta anos que estas manobras, já conhecidas de todos e sofridas pela maior parte dos povos do mundo, foram totalmente expostas.

Claro que tinha de chegar o dia em que a reação viria, e essa reação salutar teve uma força decisiva em França, onde o General de Gaulle pôs fim ao jogo da “sorte entre ciganos”. Na França, também, se ouviram mais tarde vozes de esclarecimento, como a do diretor do *L'Express*, Jean Jacques Servan-Schreiber, no seu agora célebre livro *The American Challenge*. Nele, ele faz um balanço, não só para a França, mas também para toda a Europa, e que servirá para todos os países do mundo afetados pelos mesmos males da penetração imperialista.

O Desafio Americano anuncia o objetivo imperialista dos Estados Unidos: criar a terceira potência industrial do mundo –depois dos EUA e da URSS– que dentro de quinze anos será “a indústria americana na Europa”. A importância desta penetração não reside apenas no seu volume que, em ativos fixos, é atualmente de 14.000.000.000 de dólares, mas também no tipo de indústrias de ponta que instalou

no continente. Mas o aspecto mais surpreendente é o financiamento desses investimentos aparentemente ianques. De fato, 55% são financiados por créditos obtidos nos próprios países europeus; 35% por subsídios acordados pelas autoridades desses mesmos países (é evidente que também aqui há muita coisa acontecendo); e só o resto (10%) vem dos Estados Unidos. “De certa forma”, diz Servan-Schreiber, “pagamos-lhes para que nos comprem”.

O maior anacronismo aqui, como em nossos países latino-americanos, é o fato de que a desunião, provocada pelo próprio imperialismo, é o pior inimigo. Como o mito do investimento de capitais e da implantação de indústrias ianques –sem dúvida mais avançadas tecnologicamente– ainda existe aqui, é inútil para qualquer país tentar enfrentá-los isoladamente, pois como os EUA são indiferentes à localização, se um governo lhes cria dificuldades, ele negocia com outro; e até se permite jogar uns contra os outros, para conseguir melhores condições.

A General Motors queria estabelecer-se em Estrasburgo, mas o General De Gaulle dificultou-lhes a tarefa, pelo que optaram pela Alemanha. A Ford tinha pensado em Thionville, mas como o governo não concordou, foi para a Bélgica. A Phillips Petroleum, que preferia Bordéus, instalou-se no Benelux; o que é realmente incompreensível é que, mesmo no seio da Comunidade Económica Europeia, acontece a mesma coisa, mas os socialistas ingleses não se saíram melhor do que os neocapitalistas no Mercado Comum, porque, em pleno governo de Wilson, a Chrysler acabou por controlar Rootes, tal como em Espanha está assumindo o controle da “Barreiros”, a melhor fábrica de automóveis do país.

Para compreender melhor os investimentos americanos fora do seu próprio país, nada melhor do que olhar para os números: em 1965, os investimentos americanos na Alemanha ascendiam a 2.000.000.000 de dólares. Nessa altura, o capital total das empresas cotadas na Alemanha era da ordem dos 3.500.000.000 dólares. Mas o mais interessante é o fato dos investimentos americanos serem feitos na indústria de ponta, sufocando assim qualquer possibilidade que a indústria nacional possa ter nesse domínio, e criando um grande obstáculo entre a tecnologia de ponta americana e a europeia. Houve um momento em que o Mercado Comum, influenciado por De Gaulle, tentou travar o avanço do capital imperialista, mas a evidência das transferências para Inglaterra, Espanha e Escandinávia o fez desistir.

O fenómeno da implantação americana na Europa reside não só na sua capacidade financeira, mas, mais decisivamente, na sua inteligência superior e na determinação na utilização das suas competências. Assim, enquanto as indústrias alemãs, francesas e italianas hesitam no espaço aberto pelo Tratado de Roma, como se duvidassem em expor-se em campo aberto, as empresas americanas, depois de terem sido bem informadas das particularidades da situação, manobram e lançam-se com a maior rapidez.

Outra lição extraordinária do estudo Servan-Schreiber e do relatório da Organização Hudson é a importância global da educação no desenvolvimento da sociedade moderna. Segundo eles, este é o fator que elevou os Estados Unidos acima dos seus concorrentes. Os números citados são bastante eloquentes: em 1966, com base na população com idades compreendidas entre os vinte e os vinte e quatro anos, estavam cursando a universidade ou estudos técnicos superiores 43% dos americanos, 24% dos russos, 23% dos canadianos, 11% dos suecos, 10% dos belgas, 8% dos alemães, e de acordo com as estatísticas desse ano, havia 101.000 diplomados do ensino superior nos países do Mercado Comum Europeu; os Estados Unidos, com uma população semelhante, tinham 450.000.

O formidável compromisso com a educação em geral e a democratização do ensino em particular, juntamente com o esforço de importação de massa cinzenta, colocou os Estados Unidos na vanguarda da investigação; enquanto em França 56% da população ativa é constituída por operários e apenas 12,6% dos seus filhos vão para o ensino superior, na Bélgica 11,5%, nos Países Baixos 10% e na Alemanha 1,5%, os filhos dos operários nos Estados Unidos têm cinco vezes mais probabilidades de ir para o ensino superior. Em termos de cérebros disponíveis e de milhões de dólares investidos, enquanto os Estados Unidos subsidiam a investigação com 4,6% do rendimento nacional bruto, a Europa contenta-se com metade disso (2,5%).

Estas diferenças na investigação, num momento em que os trabalhos de laboratório saltam quase simultaneamente para o mercado, são fundamentais. Imaginemos que foram precisos cento e doze anos para a comercialização da fotografia; cinquenta e seis anos para o telefone; trinta e cinco anos para o rádio; quinze anos para o radar; doze anos para a televisão; seis anos para a bomba atômica; cinco anos para o transistor; e apenas três anos para o aparecimento no mercado dos circuitos integrados que estão revolucionando o mundo.

Naturalmente, este livro fez soar o alarme em toda a Europa e deu origem a uma série de comentários, polêmicas e discussões, nas quais é interessante saber o que pensam os chefes dos campos ideológicos franceses: Mitterrand, à esquerda, e Giscard D'Estaing, à direita. O diálogo foi fascinante e as suas conclusões marcaram claramente a tendência desses dois homens e dos seus grandes movimentos nacionais: para Giscard D'Estaing, “as empresas europeias devem ser dotadas de uma dimensão americana, o que exigirá a autoridade de uma Europa confederada”. Mitterrand aproveitou a ocasião para se lançar no seu “cavalo de batalha”: a democratização do ensino. “Só uma política tecnológica e um ensino democrático permanente à escala europeia, incluindo a Inglaterra, podem permitir-nos responder ao desafio americano”, afirmou Mitterrand.

É assim que se discutem os grandes problemas continentais na Europa e pode ser uma lição para os latino-americanos que, embora não tenham o progresso e a cultura da Europa, têm os mesmos problemas e as mesmas ameaças para o futuro. Se refletirmos um pouco e olharmos para o nosso governo justicialista à luz do que viemos a mostrar, facilmente percebemos como tínhamos razão em muitas das coisas que fizemos. O Tratado de Complementação Econômica da América Latina, assinado no Chile, com o objetivo de complementar a integração geopolítica do nosso continente, não diferia nos seus objetivos do que hoje se pretende fazer na Europa Continental.

A educação técnica das Escolas de Aprendizagem e Orientação Profissional, com os cursos de aplicação e a Universidade dos Trabalhadores, criada já em 1945, bem como o livre acesso e a educação gratuita para todos os argentinos nas Universidades Nacionais, é a democratização da educação que só hoje faz com que os europeus pensem nela como uma necessidade inadiável, porque também aqui o que pusemos em marcha na República Argentina há mais de vinte e cinco anos não foi alcançado, embora mais tarde a predação dos gorilas também tenha feito sentir a sua fúria destrutiva.

Mas se nisto fomos precursores, fomos ainda mais na resistência à penetração imperialista, a tal ponto que a varremos nos nove anos em que estivemos no governo, graças ao qual foi possível, pela primeira vez na história argentina, depois de cento e cinquenta anos de colonialismo, atualizar nossa economia e lançar o país na industrialização, depois de ter alcançado a justiça social, a independência econômica e a soberania nacional. Olhar hoje para o que aconteceu desde 1955 e para o que está acontecendo hoje me dá vontade de chorar.

A TRAGÉDIA DO DÓLAR

Até aqui, tentei explicar o problema e resumir a situação que prevalece no mundo de hoje na sua luta contra os imperialismos dominantes porque, ao mesmo tempo que a Europa se alia aos EUA contra o perigo da infiltração ideológica marxista, ela não se esquece de se defender contra o expansionismo e a penetração económica do imperialismo norte-americano. Vejamos agora como a Europa reage a esse último perigo e que consequências teve esta reação dentro do próprio imperialismo.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, todos os países europeus permitiram que os Estados Unidos prosseguissem seus objetivos expansionistas sob o pretexto da reconstrução. Mas, uma vez terminada a reconstrução, o Velho Continente não se esqueceu de tomar as medidas necessárias para neutralizar os avanços americanos: a Comunidade Económica Europeia, seu Mercado Comum, o Pacto do Carvão e a Euratom (Comunidade Europeia de Energia Atômica) foram as mais importantes e bem definidas.

Isso estabeleceu as bases para uma Europa unida, pelo menos em sua essência, e lançou o objetivo de uns eventuais Estados Unidos da Europa. Assim se teria criado uma unidade que, no futuro, seria capaz de fazer frente a qualquer tentativa de dominação. Os outros países da Europa continental, que se juntaram à Grã-Bretanha na extinta Associação Europeia de Comércio Livre, não eram, pelo menos por enquanto, essenciais para essa unidade, e tudo dependeria, no futuro, do sucesso da Comunidade Económica Europeia a longo prazo.

A França de De Gaulle, de acordo com a Alemanha, lançou-se abertamente na luta e os outros países da Comunidade seguiram-lhe o exemplo. As primeiras ações foram apenas econômicas, até que De Gaulle, que levou a sério a solução desse problema, expulsou os americanos da OTAN do território francês: o primeiro ato de verdadeira hostilidade europeia à penetração imperialista. Desde então, a luta entre os Estados Unidos e a Comunidade Europeia não cessou. Assim, com o problema sendo enfrentado em alguns países mais que em outros, toda a Europa continental reagiu ruidosamente ou não contra a penetração expansionista.

As consequências imediatas dessa luta, não menos eficaz por ser pacífica, podem ser vistas no momento atual, o que faz com que se exclame em Itália que “Johnson declarou guerra à Europa”. A razão

dessa afirmação reside nas medidas tomadas pelo Presidente dos Estados Unidos, que representam verdadeiras represálias contra a atitude europeia que estamos discutindo. Essas medidas, que atualmente se estão implementando, são da seguinte ordem:

1. Encerramento do período expansionista do dólar no mundo. Proibição de novos investimentos no estrangeiro. Encerramento do turismo americano no exterior. Cortes na “ajuda americana”. Encerramento total da fuga de capitais. Equalização da balança de pagamentos através de uma sobretaxa tarifária sobre as importações americanas e de um prêmio semelhante sobre as exportações americanas.
2. Retirada das forças de ocupação.
3. Economia nas despesas de guerra.

Em suma: defender o dólar, que ameaçou desintegrar-se.

“Não se trata de uma mudança de fundo na política econômica”, garante Washington, o que deve ser entendido como mais uma declaração oficial destinada a “salvar a face” e a “cobrir as aparências”. Houve uma mudança. Terminou, temporária ou definitivamente, um período expansionista do dólar no mundo. Ele estava tão além de sua própria força que queria abraçar tanto que agora está recuando para se recuperar, antes que seja tarde demais. A utilização de capitais no estrangeiro tinha conduzido a balança de pagamentos americana a um déficit crônico que, em 1967, atingiu 4.000.000.000 de dólares, algo que o país não poderia suportar a longo prazo.

Mas esse déficit não resulta do comércio dos Estados Unidos. A balança comercial do país é positiva porque ele exporta muito mais do que importa; são os investimentos das empresas americanas no estrangeiro e as despesas militares que causam o desequilíbrio. Johnson está agora tentando limitar os investimentos, reduzir algumas das despesas de guerra e incentivar as exportações. Também aqui há perigos, porque os europeus não estão dispostos a suportar o aumento do peso de um déficit comercial com os Estados Unidos e, se o objetivo de Johnson é conseguir que os seus aliados o ajudem indirectamente a financiar a guerra do Vietnã, é provável que ele fique desapontado.

No entanto, o objetivo final – a defesa do dólar – é correto e todos concordam que é preciso evitar a desintegração dessa moeda. A questão que se coloca com essas medidas não é da sua necessidade – há

acordo quanto a isso – mas sua eficácia: resta saber se o remédio não será pior do que a doença, desencadeando o pânico e acentuando a corrida ao ouro. “É muito duvidoso que as medidas financeiras anunciadas por Washington sejam eficazes”, afirmou o famoso economista francês Jacques Rueff.

As empresas americanas tinham-se lançado numa corrida desenfreada, comprando empresas estrangeiras graças a uma taxa de câmbio do dólar demasiado favorável. O último golpe, por exemplo, que agora não se sabe se será levado a cabo, foi planejado pela Gillette com a aquisição da Braun alemã por 800 milhões de marcos, uma soma considerável nesse país, mas que, à taxa de câmbio oficial, equivale a 200 milhões de dólares, nada de extraordinário para Wall Street, mas, a longo prazo, tais facilidades viraram-se contra a própria economia americana com a força de um bumerangue. Os europeus perdiam a propriedade de uma indústria mas exigiam, no mínimo, ouro em troca, o que deixava os Estados Unidos sem reservas.

Em todo o caso, essa interrupção do expansionismo não pode deixar de ser favorável aos países do mundo militarmente ocupados ou economicamente penetrados, embora as restrições americanas tenham o caráter de uma ação punitiva contra os aliados relutantes em se empenharem no Vietnã, tudo depende agora da forma como esses aliados forem capazes de reagir. Para nós, latino-americanos, é uma ameaça maior porque, desvinculado do imperialismo em outros lugares, ele pode dedicar mais atenção aos nossos países.

No entanto, o que aconteceu em outros lugares pode ser uma grande lição para nós, mas os nossos povos têm de ser capazes de compreender o problema e assimilar essa lição. É evidente que, em matéria de despesas militares, os americanos do Norte não têm problemas nos nossos países, uma vez que as forças de ocupação são constituídas pelas nossas próprias forças armadas, que não sobrecarregam suas rubricas orçamentais, mas sim as nobres costas do pobre povo argentino, assim como não precisam de temer déficits na sua balança de pagamentos no comércio, porque o “Governo” tem o cuidado de acumular déficits, para ser simpático à metrópole. Seria muito melhor se tivéssemos um estatuto como o de Porto Rico, para neutralizar desequilíbrios na balança de pagamentos, ou uma força de ocupação como a que vigia a Alemanha, porque assim pelo menos alguma coisa seria paga pelos EUA.

A LUTA CONTRA O NEOCOLONIALISMO

Nesse quadro que tentei apresentar do mundo dos nossos tempos, a América Latina, e dentro dela a Argentina, desempenham o seu papel: o imperialismo sabe que nossos territórios representam as fontes das maiores reservas de alimentos e matérias-primas que, num mundo superpovoado e superindustrializado, serão as causas de muitas das lutas que se avizinham. É natural, pois, que o seu olhar ganancioso se dirija também para nós, o que explica, de certo modo, que o imperialismo e os seus agentes vernáculos continuem a manter a necessidade de nos reduzir a um país de pastores e agricultores, mesmo quando o mundo começa a entrar na fase pós-industrial, e que, se há alguma coisa a fazer industrialmente, sejam eles a fazê-lo e não nós. Não há outra razão para a verdadeira destruição de nossa indústria nascente, levada a cabo desde 1955, de forma preconcebida e em obediência a sabe-se lá que mandato diabólico, ao qual não pode estar ausente o imperialismo, cúmplice do gorilismo que flagela a República Argentina há mais de doze longos anos.

Essa verdadeira depredação, a que todos os argentinos vêm testemunhando, é complementada pela penetração ianque no nosso país, que faz, em pequena escala, o que vem fazendo na Europa. Não há muito tempo (a 25 de setembro de 1967), a Confederação da Indústria da República Argentina emitiu um comunicado de imprensa em que dizia: “A Confederação da Indústria da República Argentina acompanha com grande preocupação o fato, repetido nos últimos tempos, da transferência da propriedade de empresas argentinas para o capital estrangeiro”.

Há uma grande ingenuidade por parte da referida Confederação: porque pensam que o peso foi arbitrariamente levado a uma relação de 350 pesos por dólar? Não foi o Fundo Monetário Internacional que aconselhou ou impôs tal medida? Por outro lado, os industriais argentinos têm seus próprios “cavalos de Tróia”. É preciso ter boa memória, senão perde-se até o direito de reclamar.

Temos de começar a chamar as coisas pelos seus nomes: não é segredo que o imperialismo está determinado, ali como em todo o lado, a apoderar-se das fontes de riqueza; e aqueles que servem esses interesses, consciente ou inconscientemente, são traidores à sua pátria, quer atuem como forças de ocupação nas forças armadas, quer como agentes ou “quinta coluna” no governo que usurparam,

com a ajuda do próprio imperialismo, evidentemente. Continuar com eufemismos disfarçados é uma forma de nos enganar a nós mesmos.

No mundo atual, não só no nosso país mas nos cinco continentes, os campos estão claramente definidos: os que anseiam pela libertação dos seus países e os que servem a causa imperialista do neocolonialismo. Como vimos acima, a Europa, em plena integração continental, onde também não faltam os “bois com chifres”, está realizando ou tentando realizar a sua própria libertação. A Ásia, empenhada na mesma coisa, trava a sua batalha tanto com Washington como com Moscou. A África, por vários meios, está fazendo seu próprio caminho. A América Latina só agora começa a despertar do pesadelo macabro da rendição que a atormenta há mais de um século.

No entanto, nos cinco continentes, a luta é simultaneamente interna e internacional: os povos que já sentem a sua libertação enfrentam as forças de ocupação e os seus governos rendidos; os países começam a fazê-lo contra os imperialismos dominantes. Essa é a verdadeira guerra do nosso tempo.

Todo este processo, que não é menos o resultado da evolução social do que dos anacronismos imperialistas, impõe a necessidade urgente de reformas que, respondendo às novas necessidades do mundo e dos homens de hoje, sejam capazes de formar um estado de defesa permanente contra a ação do neocolonialismo, que será a melhor forma de libertar as nações e salvar os povos. Este parece ser o caminho escolhido pelo chamado “Terceiro Mundo”, que não é senão a materialização da “Terceira Posição” já anunciada pelos justicialistas há mais de vinte anos. Mais de três quartos da população mundial estão empenhados nisso, mas infelizmente, devido a diferenças ideológicas, preconceitos históricos e interesses parciais, ainda não estão procurando a sua própria integração. No entanto, não podemos nos queixar do que foi feito e do que continua sendo feito.

É lamentável, no entanto, que os dirigentes deste “Terceiro Mundo”, a quem o próprio imperialismo cria todos os dias novos problemas locais ou circunstanciais com a intenção maliciosa de os dissociar ou desviar, ainda não tenham sido capazes de agir diretamente sobre os objetivos comuns, para os quais seria necessário, em primeiro lugar, a unidade material e espiritual para ultrapassar todos os preconceitos negativos a fim de conseguir uma integração histórica, e depois lançar-se resolutamente para a conquista dos objetivos, deixando de ser bigorna para ser martelo.

Não é menos necessária uma grande atividade de milhões de pregadores para persuadir o povo, para o fazer sair da aparente indiferença em que parece viver como produto de sucessivas frustrações. Cada homem do povo deve ser um lutador na medida das suas forças e possibilidades contra a ameaça de um novo colonialismo imperialista, porque em tempos normais são geralmente as “elites” que decidem, mas em tempos anormais como o que estamos vivendo, só o povo decide.

Para além dessas considerações operacionais, temos de começar a pensar seriamente no futuro. Quando nos dizem que toda a intenção do imperialismo é reduzir-nos a um futuro país de pastores e agricultores que fornecerão ao mundo alimentos e matérias-primas, há uma explicação lógica: em primeiro lugar, porque serão nossos fornecedores de manufacturas, e porque, enquanto nos pagam pelas nossas matérias-primas dez por cento do seu valor, obrigam-nos a pagar pelas suas manufacturas noventa por cento mais do que elas valem, para não falar do fato de que seremos nós a manter o seu rendimento per capita a um nível elevado, enquanto nós ficaremos sem trabalho para os nossos operários.

É por isso que, quando vejo que há argentinos que preferem que continuemos sendo os fornecedores mundiais de pão e carne, não posso deixar de ter uma opinião muito negativa sobre eles. A necessidade de industrializar o nosso país não depende das opiniões de cada um, mas das necessidades inevitáveis da situação atual. A industrialização não é apenas necessária por razões do nosso futuro, mas também por razões de desenvolvimento demográfico.

A República Argentina tem uma população de mais de vinte e três milhões de habitantes, dos quais seis milhões saturam as necessidades de mão-de-obra do campo, sobretudo porque a máquina tende cada vez mais a deslocar o homem do trabalho agrícola. Assim sendo, pelo menos mais de quinze milhões vivem em centros urbanos. Se não desenvolvermos a indústria para que eles tenham trabalho, de que é que eles vão viver? O campo também não pode prosperar se tiver o fardo desses quinze milhões de parasitas nas costas.

Mas, como se isso não bastasse, ainda há tolos que não percebem que isso se deve a uma evolução que conduziu gradualmente as pessoas de pastores a agricultores, e de agricultores a industriais, devemos pensar no futuro próximo de um mundo que está caminhando para a fase pós-industrial e que todo esse processo tem muito a ver com o indispensável bem-estar das pessoas, que já não podem suportar a injustiça ou a miséria.

O quadro seguinte define o tipo de comunidade em função do rendimento per capita:

Classificação das Sociedades Económicas

Pré-industrial (Pastoril e Agrária)	De 50 a 200 dólares per cápita
Industrialização	De 200 a 600 dólares per cápita
Industrial	De 600 a 1.500 dólares per cápita
Industrial Avançada (Sociedade de Consumo)	De 1.500 a 4.000 dólares per cápita
Pós-industrial	De 4.000 a 20.000 dólares per cápita

Tabela de Herman Kahn

Atualmente, o rendimento per capita nos Estados Unidos é de 3.500 dólares, na Europa Ocidental de cerca de 1.800 dólares e na URSS de cerca de 1.000 dólares, pelo que os números citados no quadro de Herman Kahn são compreensíveis. Esses setores da humanidade agora fazem parte do mesmo mundo: o da sociedade avançada.

O Hudson Institute prevê que, dentro de trinta anos, salvo situações imprevistas, os Estados Unidos, o Japão, o Canadá e a Escandinávia farão parte das sociedades pós-industriais; em seguida, a Europa Ocidental, a URSS, Israel, a Alemanha de Leste, a Polónia, a Tchécoslováquia, a Austrália e a Nova Zelândia serão sociedades industriais avançadas; o resto estará distribuído pelas categorias inferiores. E, segundo a mesma fonte, prevê que as condições fundamentais da sociedade pós-industrial serão as seguintes:

1. Um rendimento industrial cinquenta vezes superior ao da sociedade industrial;
2. A atividade econômica terá passado do sector primário (agricultura) e do sector secundário (produção industrial) para os sectores terciário e quaternário dos serviços;
3. As empresas privadas deixarão de ser a principal fonte de reação técnica e científica;
4. As leis do mercado desempenharão um papel muito menos importante do que as do setor público e dos fundos sociais;
5. Toda a atividade industrial será planificada pela cibernética;
6. O papel principal do progresso residirá no sistema educativo e na inovação tecnológica posta ao seu serviço;

7. O fator tempo e espaço será irrelevante para os problemas das comunicações;
8. Na sociedade pós-industrial, as diferenças entre os rendimentos altos e baixos serão muito menores do que na sociedade atual.

Em outras palavras, aquilo que sempre defendemos como uma necessidade de evolução, a fim de realizar o que já podemos fazer hoje com a intenção de acompanhar os tempos, sem esperar que eles nos empurrem para frente. Por outro lado, só conseguiremos derrotar o imperialismo na medida em que formos capazes de lutar para nos colocarmos tecnologicamente ao seu nível. Sabemos como pode ser feito, tudo depende da nossa capacidade de fazê-lo.

Quis dar toda esta informação de fundo para que cada argentino e latino-americano possa julgar por si mesmo e, sobretudo, para que possa fazer um exame de consciência, porque o fenômeno histórico que temos diante de nós não é apenas um fato material que só diz respeito à economia, mas também uma questão moral que afeta o patriotismo e a dignidade de todos nós e das nossas pátrias.

Em todos os tempos houve sipaios e vendidos, colonizadores e subjugados, metrópoles e colônias, mas a época em que vivemos define os nossos destinos, porque se nos atrasarmos na evolução ou no desenvolvimento que é consubstancial ao tempo, não podemos reclamar outro futuro senão aquele que os atrasados merecem.

Há vinte e cinco anos o justicialismo deixou impressas muitas verdades que o tempo se encarregou de mostrar de forma mais eloquente no que nos está acontecendo e, se a contra-revolução de 1955 conseguiu travar a nossa marcha, não conseguiu destruir nenhuma dessas verdades. O povo argentino, apesar da arbitrariedade oposta à razão e da violência repressiva, não desertou em apoio das suas convicções, adquiridas com a própria experiência vivida e sofrida.

Todos aqueles que de alguma forma se sentem líderes, todos aqueles que têm uma responsabilidade moral perante a história que nos vai julgar, todos aqueles que amam a sua pátria e se sentem capazes de lutar por ela, têm um lugar de combate na decisão do destino que nos é comum. A única coisa que nos pode salvar é que todos queiram pôr o seu coração, e até a sua vida, ao serviço desta causa, porque ninguém se realizará numa Argentina que não se realize.

PLANO DE PENETRAÇÃO IMPERIALISTA NA IBEROAMÉRICA

Considerando a experiência do passado, seria ingênuo pensar que os Estados Unidos colocariam em risco sua economia e sua moeda para ajudar o “Mundo Livre” e dispersariam 1,5 milhões dos seus militares para “garantir a democracia e a liberdade”. Se for esse o caso, devemos pensar que o estão escondendo muito bem. Com efeito, bastaria uma análise superficial das suas ações para nos convencer de que o seu plano de expansão, de penetração e de ocupação tem um objetivo puramente imperialista, muito diferente daquele que tentam fazer crer através de uma publicidade e de uma propaganda baseada em sofismas.

Abordámos, de uma forma geral, a sua expansão e penetração econômica no mundo porque, de certa forma, é a sua ação generalizada e uma das formas utilizadas como ponto de partida para as outras ações do neocolonialismo e, embora seja verdade que sua ação global se fez sentir em todo o Ocidente, não é menos real que é na América Latina que temos a maior experiência dela, porque se fez sentir mais de perto e se realizou de uma forma mais direta e prepotente.

Por essa razão, não queríamos deixar de registrar algumas circunstâncias e questões relativas à sua conduta e procedimentos, como resultado da experiência que recebemos. Os EUA têm seguido um plano perfeitamente estabelecido no nosso continente desde o final da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de subjugar, de uma forma ou de outra, todos os países latino-americanos, a fim de poderem contar com eles incondicionalmente, se possível, capturando-os, e se não, apoderando-se deles, pura e simplesmente.

O pretexto normalmente tem sido o comunismo. E tal como na Europa, exagerando o perigo, conseguiu vincular quase todos os

países ao Pacto do Atlântico Norte na OTAN; no Atlântico Sul, procurou fazer o mesmo conosco. Levantando também o espectro da penetração comunista no interior dos países, sempre tentou utilizar o mesmo pretexto para intervir nos assuntos internos dos países latino-americanos.

Só assim se chega ao atual estado de rendição e submissão que resultou num continente inteiro que vive como uma colônia ianque, submissa e obediente, com muito poucos gestos que nos possam lembrar que um dia foram nações livres, independentes e soberanas.

Não há exagero no nosso julgamento, porque há sinais eloquentes de subjugação, que evidenciam de forma flagrante o que temos afirmado anteriormente. Não há muito tempo, a República Dominicana assistiu a um desembarque e ocupação militar por parte dos *marines* ianques, sem que houvesse o mais elementar sentido de protesto por parte dos restantes países da Organização dos Estados Americanos (OEA) perante a invasão e ocupação de um país associado, levada a cabo unilateralmente por outro país americano, formalmente comprometido a não intervir nos assuntos internos de outro país associado.

Mas não apenas esse abuso foi cometido, como também a inaceitável arbitrariedade do imperialismo se juntou à obsequiosidade e à indignidade de outros países. Esse é o estado lamentável em que se encontra o continente, como consequência da existência de “governos” desprovidos dos mais elementares valores essenciais para fazer frente à arbitrariedade e à violência que estão sendo usadas para dominar.

Tentaremos também explicar aqui as razões pelas quais podem existir condutas tão deploráveis e atitudes tão vergonhosas por parte de estadistas, que parecem ter renunciado aos atributos fundamentais que a dignidade do seu cargo exige, para se renderem aos interesses mais baixos e às deserções mais indignas.

Esses extremos foram atingidos através de um processo gradual que obedece a um plano já em curso há muitos anos com o objetivo de:

1. Tomada de controle dos governos;
2. Tomada de controle das Forças Armadas;
3. Tomada de controle dos setores econômicos;
4. Tomada de controle das organizações sindicais;
5. A conquista dos setores populares.

Esse processo, já em curso, levou a uma série interminável de fatos e circunstâncias que melhor servem para demonstrar a situação atual, com o desenrolar dos seus episódios, de uma eloquência superior a tudo o que poderíamos julgar e que desejamos expor aos nossos leitores, para que cada um deles julgue por si próprio. Tão grande tem sido a impunidade que, em numerosas ocasiões, se prescindiu de toda dissimulação ou disfarce, para atuar com a maior falta de prudência e impudência.

TOMADA DE CONTROLE DOS GOVERNOS

a) Quando eles se rendem

No caso de governos dóceis, geralmente representantes das oligarquias vernáculas, o imperialismo não tem dificuldade em apoderar-se deles. Normalmente, é o seu serviço diplomático que se encarrega disso, com a cooperação de todas as organizações internacionais que há muito tempo são orquestradas em função do imperialismo, com agentes pagos e obedientes, extraídos dos próprios horizontes oligárquicos ou de quadros políticos e técnicos ao seu serviço.

Nessas condições, não custa muito ao imperialismo apoderar-se de intermediários, estreitamente vigiados e controlados pelo seu serviço de informações e pelas numerosas instituições controladas pela CIA (bibliotecas, empresas, bancos, adidos de embaixadas, etc.), que atuam no país não só com essa missão mas praticamente com a de dirigir o sistema todo.

Quando o objetivo de tomar e administrar o poder é alcançado, o planejamento correspondente prossegue, não com os objetivos do país, mas com os desígnios e metas estabelecidos pelo imperialismo. Em troca, os EUA garantem a estabilidade do seu governo fantoche através de todo o seu apoio político e pressão econômica. Enquanto isso, a penetração continua até que os diferentes fatores de poder sejam tomados, às vezes com a ajuda do próprio governo e utilizando todos os meios poderosos nas mãos do imperialismo, desde a publicidade até a intimidação e à violência.

Quando um país é subjulgado por este meio, não há salvação possível, pelo menos a curto prazo. O povo, que na realidade é “quem leva

um tapa na cara”, acumula pressões e começam a ocorrer explosões esporádicas, materializadas em lutas de guerrilha ou irregulares.

O caso de Sandino, na Nicarágua, é um exemplo disso. Como geralmente acontece nesses casos, esse patriota pegou em armas diante de uma tentativa de invasão por parte das forças imperialistas. Após uma longa luta armada, triunfa sobre o seu inimigo e liberta a sua pátria dessa ameaça. O mérito dessa façanha deve-se sobretudo a ele, e seus inimigos sabem-no. Quando a guerra terminou, realizou-se uma refeição em Manágua, para a qual Sandino foi especialmente convidado. No final da festa, Sandino saiu sem sequer suspeitar que poderia ter sido traído, mas logo foi preso na rua. Seus captores entregaram-no imediatamente e o assassinaram.

Esse fato, conhecido em toda a América, não é o primeiro nem o único: Pancho Villa não teve melhor sorte e foi assassinado em circunstâncias algo misteriosas. Recentemente, o Dr. Ernesto Guevara não teve destino diferente, porque, apesar de toda a teatralidade, ninguém duvida que a mão assassina, por ter sobrevivido ao combate ferido, não é difícil de identificar entre os gringos que pairavam à volta do seu cadáver enquanto se fazia a macabra e miserável exibição. Como eles, muitos outros, aos quais nos referiremos mais adiante.

É evidente que o rótulo da moda “comunista” foi ligado a cada um dos heróis que se empenharam na defesa da sua pátria. Mas é inquestionável que, se o imperialismo é culpado de tais atos, levados a cabo para fins tão repugnantes, só a ele se deve a culpa, o que pode ser explicado pelos seus desígnios inqualificáveis, enquanto os nacionais de cada um dos países que se prestam, a partir dos seus governos, à prática de tais crimes, carregam não só a responsabilidade, mas também o estigma mais infame para um cidadão.

b) Quando eles não se rendem

Quando o governo resiste à rendição que lhe é imposta pelo imperialismo, a operação realiza-se em duas fases: a primeira é o “derrube” desse governo; a segunda é a instalação de um novo, ditado e imposto pelo próprio imperialismo em coalizão com as forças “sipaio” que invariavelmente atuam de dentro para fora. Muitas vezes, as forças armadas, que infelizmente nos nossos países tendem a tornar-se guardas pretorianas do imperialismo, atuam nestes casos subornando seus líderes para obterem as vantagens materiais que normalmente exigem dos seus novos senhores. Essa é uma verdade

irrefutável, porque a experiência é esmagadora em sua afirmação. É precisamente por isso que, a seguir, citaremos alguns dos casos mais conhecidos desse tipo de subversão militar, que acabam invariavelmente em ditaduras militares ou civis, ao serviço irrestrito dos “irmãozinhos do Norte”.

O hábito de “comprar os amigos” é a regra que guia os imperialistas norte-americanos, que ainda não assimilaram que “Roma não paga traidores”, com a qual, vinte séculos antes, outro imperialismo lamentou a triste experiência dessa imoralidade e que mostra que aqueles que procedem mal acabam sucumbindo como vítimas de seu próprio mau procedimento.

Conta-se que, quando Napoleão I regressou a Paris, em 1897, depois de ter derrotado os austríacos e conquistado a Itália e o Piemonte, foi recebido com grandes festividades em Versalhes. Acompanhava-o sempre um dos seus generais ajudantes, que mantinha uma aparência tão rigidamente militar que intrigou uma rapariguinha francesa que um dia se atreveu a perguntar-lhe: “Meu general, como é que se faz amor? O general, sem perder a postura e com grande seriedade, responde: Menina, eu não faço amor, eu o compro feito”.

Sempre achei que os ianques são como o general de Napoleão: eles não fazem amizades, eles fingem comprá-las já prontas. É claro que, tal como o amor do general, comprado pronto a usar, as amizades que os ianques compram têm a marca fatal da desonra. Das conspirações para derrubar governos, preparadas e dirigidas pelo imperialismo, temos exemplos para todos os gostos: pois foram poucos os países da América Ibérica que não passaram, uma ou várias vezes, por essa prova.

No Brasil: o presidente Getúlio Vargas, deposto duas vezes por essa espécie de conspiração armada no State Department por nunca ter sido um “santo de sua devoção”, em consequência de não ter se rendido e sempre ter lutado pela libertação de seu país das garras imperialistas. Vargas foi seguido no mesmo destino, e pelas mesmas razões, pelos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, até que, finalmente, o imperialismo encontrou o seu homem: o “Marechal” Castello Branco, que realmente parecia feito sob medida para a traição e que ficará na história do Continente como o mais perfeito modelo de *cipayismo*.

Na Venezuela: o Presidente Pérez Jiménez foi vítima da mesma coisa: uma conspiração militar, inspirada e ajudada pelo imperialismo.

As razões: por não se ter rendido e por ter cometido a “irreverência” de aumentar os lucros que cabiam à Venezuela com a exploração dos seus campos petrolíferos. É natural que seus sucessores tenham recorrido ao “Marechal” Castello Branco, e desde então as relações com o imperialismo têm sido excelentes, apesar de a Venezuela ter sido sacrificada moral e materialmente.

Na Colômbia: o general Gustavo Rojas Pinillas teve o mesmo destino perante a conhecida conspiração, inspirada na mesma origem e com o mesmo objetivo. Em todos esses casos, com a chegada do domínio imperialista veio a miséria popular e a completa desarticulação dos países que, em última análise, são os que pagam o preço, mas isso é o que menos interessa ao imperialismo.

Na Argentina: como nos casos citados acima, o governo justicialista foi vítima da mesma conspiração internacional, orquestrada pelo imperialismo em coalizão com a oligarquia argentina, recorrendo ao suborno nos setores das forças armadas propensos à sedução pelo dinheiro ou utilizando a difamação, a diátribe e a calúnia para aqueles que obedecem e são mais influenciados pela propaganda insidiosa. Quaisquer que sejam as circunstâncias, as consequências são as mesmas: diante de um governo que não cede ao neo-colonialismo, prepara-se o habitual “golpe de Estado”, utilizando todos os meios e recursos necessários. O caso argentino é apenas “mais um botão para mostrar”.

Seguem-se os casos do Peru, Equador, Bolívia, Guatemala, República Dominicana, etc. Por uma questão de brevidade, preferimos não os comentar. Em todos eles, em suma, foi confirmada a existência do referido Plano: entregar o país ou enfrentar um golpe de Estado, que será substituído por outro governo de tendências colonialistas.

Porém nem sempre acaba aí: os assassinatos estão muitas vezes na ordem do dia. O fim do Presidente Villarroel, na Bolívia; do General Trujillo; do Coronel Castillo Armas; dos patriotas dominicanos; o fuzilamento do General Valle, na Argentina, juntamente com numerosos chefes, oficiais e suboficiais; como o de muitos outros, estão na consciência dos executores, mas não menos na dos instigadores. O caso dos irmãos Diem no Vietnã do Sul repetiu-se muitas vezes na América espanhola. Essa já parece ser uma técnica do imperialismo.

Tenho experiência suficiente nessa matéria, pois fui alvo de vários atentados, tanto no Panamá como na Venezuela, onde a Embaixada da Argentina, por ordem do embaixador (General Toranzo

Montero), ao estilo dos gangsters americanos, colocou uma bomba em meu carro, o que levou à declaração do embaixador como “persona não grata” e terminou com a ruptura de relações, por insistência insensata do governo gorila de Buenos Aires.

TOMADA DE CONTROLE DAS FORÇAS ARMADAS

Esta operação é normalmente levada a cabo sob o pretexto da Defesa Continental. O primeiro passo é o conveniente “amaciamento”, seguido do recrutamento de comandos, e depois uma “lavagem cerebral”, efectuada através de vários procedimentos.

O caso da Argentina é um exemplo eloquente: antes de 1955, o imperialismo, decidido a provocar o golpe de Estado que deporá o governo justicialista, não poupou nenhuma contribuição que, em muitos casos, foi convertida em dinheiro abundante destinado a subornar os “líderes revolucionários” que, em certa medida, transformaram a conspiração numa verdadeira “indústria da revolução”.

Nesse processo, começaram a ser dominados os “transigentes” que, tendo aceitado dinheiro, já não estavam em condições de desobedecer, como geralmente acontece nesses casos. A Marinha foi descartada porque, obedecendo aos ingleses, nunca pertenceu à Argentina: manteve, como hoje, uma posição oposta à do Exército, porque dependia de outra inspiração e comando.

Foi esta a iniciação. Uma vez efectuada a “Revolução Libertadora” e o governo no poder, começaram quase imediatamente as reuniões de presidentes, primeiro no Panamá, Costa Rica, etc., “para discutir assuntos de Defesa Continental”. Uma vez terminado esse “trabalho”, começaram as reuniões dos Comandantes-em-Chefe, os cursos para chefes e oficiais nos Estados Unidos, as visitas, as regalias, os presentes, etc., que foram utilizados para uma verdadeira “lavagem cerebral”.

Uma mudança fundamental foi provocada pela nomeação dos comandos propensos à rendição, que desenvolveram uma concepção muito diferente da missão das forças armadas no exército. A intensificação desse trabalho terminou com uma missão militar ianque (assessores militares), que se instalou no primeiro andar do Ministério da Guerra, de onde também deve ter “aconselhado” os governos militares ou aqueles que se tornaram “governos paralelos” que atuam na Casa Rosada desde 1955.

Também no Vietnã do Sul, tudo começou com os “conselheiros militares” que, sem dúvida, devem ter participado na rebelião das forças militares que depuseram e mataram os irmãos Diem, e que depois tomaram o poder. Foi assim que os Estados Unidos, de incidente em incidente, foram arrastados para uma guerra que lhes custará lágrimas de sangue.

A técnica utilizada para o recrutamento das forças armadas foi sempre a mesma. Por esse meio, os EUA obtiveram, gratuitamente, forças de ocupação nos próprios países que procuraram dominar. O caso argentino não difere do que aconteceu no Vietnã do Sul, mas apenas nos pormenores da execução: as forças se revelaram, o governo foi derrubado e seus governantes foram assassinados. O imperialismo é implacável. Eles não me assassinaram, não por falta de vontade ou de instruções, mas porque não puderam.

Atualmente, no nosso país, a ditadura militar parece estar cumprindo bem a missão que lhe foi atribuída. Se ela continuasse bem, teria que enfrentar o mesmo destino daqueles que tentaram fazer isso antes. Essa é a consequência de fazer concessões por consciência.

TOMADA DE CONTROLE DOS SETORES ECONÔMICOS

Ao descrevermos os métodos de “Penetração Imperialista” no mundo, já demos uma explicação suficiente dos seus procedimentos, mas não será supérfluo referir-se particularmente ao que está acontecendo na América Latina a esse respeito. Em nosso continente, o procedimento foi diferente do que se verificou na Europa. Enquanto na Europa a penetração foi puramente econômica na maioria dos países, na América Hispânica a tendência foi para uma tomada de controle global, que está atualmente em curso. Isso não quer dizer que, quando na Europa encontraram terreno favorável, não tenham tentado apoderar-se de tudo, como aconteceu em vários países, onde o embaixador dos EUA é mais uma espécie de vice-rei, como as pessoas costumam chamar-lhe.

As artimanhas utilizadas para a penetração econômica na América Latina, sobre os quais já falamos longamente em capítulos anteriores, tentam encobrir uma realidade irrefutável: a fome, a miséria e a dor dos povos explorados tanto pelo capitalismo e pelas oligarquias vernáculas quanto pelo imperialismo. O subdesenvolvimento, produto tanto de um como de outro explorador, só poderia ser suprimido pela libertação.

Mas essa libertação, nesta fase dos acontecimentos, só pode ser alcançada, pelo que vimos, através de uma luta sangrenta, o que se deduz não só da teimosia das forças do mal, mas também do avanço da conquista e da colonização em que o imperialismo está empenhado. O caso de Cuba deveria ser suficientemente eloquente para o futuro dos que aspiram alcançar uma libertação salvífica.

No continente latino-americano, é unânime o protesto contra os sistemas de exploração ianques, disfarçados de “ajuda”, de “investimento de capitais” e de “criação de empresas”: por que razão, então, se os Estados Unidos, como dizem todos os dias, estão agindo de boa fé, não se zangam um dia e deixam todos os nossos países à própria sorte? Assim, eles também estariam mais aptos a enfrentar os graves problemas que estão comprometendo seu futuro.

A penetração econômica imperialista faz parte de um plano que não admite divisibilidade: o aspecto econômico é parte integrante da penetração geral, indispensável para a pressão necessária no tempo e no espaço. Isso é comprovado pelo fato de que, onde não pôde utilizar argumentos econômicos, teve de recorrer à força, utilizada insidiosamente, mas incapaz de encobrir as aparências que a condenam. É por isso que a arma da pressão econômica, nos países propensos à rendição, é a arma preferida, sobretudo quando os governos atuam em cumplicidade com a penetração imperialista.

Seria necessário muito tempo para explicar os métodos de ação e as formas de execução utilizadas em diferentes ocasiões e circunstâncias, que, de resto, explicamos exaustivamente nos capítulos correspondentes. No entanto, vale a pena esclarecer que, no que diz respeito à América Latina, a coerção econômica não é a mais perigosa, se tivermos em conta as outras formas de coerção que temos mencionado e que colocam nossos países na mais absoluta indefensabilidade. A coerção econômica, que em nossa América avança assustadoramente com a tomada das fontes de riqueza de todos os tipos, contribui de forma decisiva para o domínio que queremos exercer.

A integração econômica seria, sem dúvida, uma das melhores defesas, mas, persuadido disso, o imperialismo impedirá sua realização por todos os meios, quer impedindo a constituição da comunidade econômica continental, quer realizando-a ao seu serviço, como já foi tentado recentemente em Punta del Este. Tudo isso parece confirmar a necessidade de lançar o mais rapidamente possível uma luta de libertação, sem a qual não será possível nem desenvolver as

nossas economias nem realizar a integração continental para nos defendermos adequadamente.

TOMADA DE CONTROLE DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

Não passou despercebido ao imperialismo o fato de que existe uma organização sindical em nosso país, tão importante pela sua coesão e organização que se tornou um “fator de poder” na comunidade argentina. É por isso que eles não querem abandonar esse importante setor sem, pelo menos, tentar apoderar-se dele, como têm feito com todas as outras forças.

Essa tentativa não é nova: desde 1947 eles tentam penetrar através de suas próprias organizações internas (CIO e AFL) ou através de monstruosidades internacionais como a ORIT ou a CIOLS, criadas para fazer frente à Federação Mundial dos Trabalhadores comunista de Praga. Até agora, têm-se deparado com a impenetrabilidade das nossas organizações, dirigidas por líderes honestos e capazes.

Na tentativa de superar esse obstáculo, criaram nos últimos tempos vários organismos como o Banco Interamericano de Fomento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Adido Laboral Americano na Embaixada ianque em Buenos Aires, vários organismos da OEA, criados precisamente para fins desconhecidos mas suspeitos, e vários outros arquivos.

Através desses diversos meios e com métodos semelhantes aos já referidos para a tomada das forças armadas, eles tentam agora abalar a organização sindical, aproveitando os dirigentes venais que, através dos subornos habituais, se podem prestar à rendição dos trabalhadores argentinos. Não há dúvida de que, no procedimento que estão seguindo, há uma grande dose de ingenuidade, fruto da ignorância e do desconhecimento do ambiente em que pretendem atuar.

Alguns líderes sindicais podem ceder à tentação, mas, ao fazê-lo, perante uma massa de pessoas doutrinadas e politizadas de forma conveniente, é provável que a única coisa que consigam seja a destruição desses dirigentes, o que fará ainda mais bem às organizações. Se há algo no país que o imperialismo nunca conseguirá dominar é o seu Povo e, dentro dele, a sua Classe Trabalhadora, que tem uma concepção clara da defesa dos seus próprios interesses.

Dentro das aspirações imperialistas de se apoderar dos setores sindicais, com o apoio direto do governo, foram criados cursos de

“Formação de Dirigentes”, promovidos pela OEA, cuja missão é fazer uma “lavagem cerebral” semelhante à que realizaram com os chefes e oficiais das Forças Armadas. Da mesma forma, tendo em vista o sucesso obtido com os cursos militares nos Estados Unidos e as visitas de oficiais, recorreram ao mesmo procedimento com os dirigentes sindicais, o que demonstra que está em curso uma “Operação Dirigentes Sindicais”, envolvendo muitas ações coordenadas com desígnios inomináveis.

Mas o que é inexplicável para quem conhece o Movimento Operário Argentino é que há dirigentes que, com a criação ianque de sua Escola de Formação de Dirigentes, fizeram desaparecer as antigas Escolas Sindicais que cada um dos sindicatos tinha, bem como a Confederação Geral do Trabalho. Mas isso não nos deve preocupar muito, porque as massas estão atentas e vigilantes. No final, cada um terá o que merece.

Do mesmo modo, formou-se em Buenos Aires uma atmosfera perigosa sobre as organizações importadas que, sob diferentes rótulos e com diversos promotores, estão atraindo dirigentes sindicais para outros fins que não são os específicos de sua missão sindical. O objetivo é “ampliar” a influência desses líderes para poder utilizá-los ainda mais convenientemente em outras funções mais alinhadas com as necessidades da penetração imperialista.

A recente criação da “Assembleia do Comitê de Ação para a Integração Latino-Americana” é mais uma tentativa de concretizar o que temos vindo a dizer. Embora o título não diga muito, os participantes dessa assembleia mostram claramente do que se trata. Diante a insidiosidade que é utilizada, com dissimulações e simulacros dos mais variados matizes, tornou-se necessário desconfiar, desconfiar sempre. Esses são os métodos do imperialismo.

Os dirigentes saudáveis, honestos e capazes não podem cair em tais armadilhas. Os venais que atuam com “excesso de entendimento” nunca são perigosos, se a corrupção não se generalizar. No entanto, quando, como no caso argentino, o governo e as Forças Armadas estão entregues ao imperialismo, é necessário que, sem demora, todos os dirigentes sindicais defendam suas organizações, impedindo, por todos os meios, a proliferação de “dirigentes importantes” que todos os dias “tiram os pés do prato” sob diversos pretextos, persuadidos de que em tais excrescências se esconde sempre uma venalidade inaceitável.

Não creio que nem as pressões governamentais nem as tentações imperialistas possam abalar a solidez do movimento sindical

argentino. O máximo que pode acontecer é que alguns dirigentes se destruam a si próprios se ofenderem a lealdade que devem aos seus companheiros, que devem julgá-los e puni-los, agora ou quando puderem fazê-lo. O que podemos ter certeza, a esta altura dos acontecimentos, é que um movimento sindical organizado não pode apoiar um governo que em todas as suas ações, mostra que está tentando destruí-lo, e ainda menos se, como no caso presente, estiver persuadido de que está entregando o país ao imperialismo.

A CONQUISTA DOS SECTORES POPULARES

Essa sempre foi uma tentativa vã do imperialismo que, por excelência, é antipopular. No entanto, ele não cessa em seus esforços para consegui-lo através dos partidos políticos demolicionistas que, durante muito tempo, foram enganados ou se deixaram enganar. A chegada da “hora dos povos”, com o despertar da evolução que está a abalar o mundo, privou ao imperialismo a possibilidade de aspirar até à mais insignificante brecha pela qual se pode infiltrar.

Se excluirmos as forças políticas da oligarquia, que representam uma minoria insignificante, e os grupos que acompanham a ditadura militar, que não são maiores, podemos afirmar que o resto da cidadania, que representa 90% da população argentina, não só é inimiga do imperialismo, como também está consciente de suas intenções e procedimentos que provocam sua aversão instintiva. Os setores industrial, comercial e produtivo também estão, em sua maioria, em desacordo com a ditadura militar, mas não menos com o imperialismo, movidos por uma experiência “na própria pele” que não lhes deixa dúvidas a esse respeito.

O justicialismo pode ter sido afastado do governo, mas suas verdades não puderam ser destruídas, pois sua experiência espalhou-se entre todos aqueles que sofreram as consequências dos “libertadores” e dos “salvadores da pátria” que sucessivamente provocaram a desgraça e a miséria do povo, bem como a ruína de não poucos empresários que acreditaram em seus sofismas e simulações.

Como o imperialismo começou a aperceber de que ninguém pode governar o mundo sem o apoio organizado dos povos, tenta apoderar-se das diferentes camadas políticas e sociais que compõem o mundo, sem se aperceber de que se trata de uma tarefa absolutamente impraticável para o imperialismo. Se sua propaganda pode abrir todas

as portas, um dia, quando for tarde demais, há-de convencer-se de que essa é uma das portas que não cederá.

A AMEAÇA DA FORÇA

O imperialismo, satisfeito com o que conseguiu na dominação dos governos e das forças armadas, o que lhe permitiu utilizá-las como forças de ocupação em seus próprios países, quis ir mais longe criando uma “Força Interamericana de Paz” que, na realidade, poderia ser utilizada para forçar pela violência, em nome da OEA (isto é, do imperialismo), os países do continente que quisessem libertar-se. Assim, eles teriam, além de forças de ocupação livres, um contingente de tropas para ações punitivas, baratas e à mão.

O Dr. José María Velasco Ibarra diz (*Propósitos*, 16 de Fevereiro de 1966): “A Carta da OEA não prevê qualquer tipo de intervenção na vida interna dos países americanos, nem cria instituições supranacionais. Esta Carta visa apenas impedir a agressão bélica de uma nação americana ou extracontinental contra outra nação americana; cria uma cooperação ativa contra a guerra internacional e a bem do desenvolvimento dos povos do continente, com absoluto respeito pela autonomia de cada um deles”.

É precisamente por essa razão que o imperialismo tem tentado alterar a Carta da Organização dos Estados Americanos, e terá sucesso se, como tem feito até agora, puder contar com o apoio de governos sipaios, como o da chamada “Revolução Argentina”.

O Dr. Velasco Ibarra continua: “A criação de uma Força Interamericana de Paz não seria mais do que uma ameaça constante contra os movimentos internos legítimos dos países latino-americanos sob o pretexto de impedir o comunismo na América Latina. O Presidente Kennedy, num vergonhoso discurso proferido em 20 de abril de 1961 perante a Sociedade Americana de Editores de Jornais, expôs a teoria do novo imperialismo intervencionista sob o pretexto de impedir a implantação do comunismo nos países latino-americanos. A criação da Força Interamericana de Paz seria uma reforma radical do espírito que inspirou a Carta da OEA. A última intervenção na República Dominicana”, continua Velasco Ibarra, “foi um escândalo vergonhoso e imoral. Fala-se do Mundo Livre e Cristão, e com pretextos ignóbeis, o Forte, desafiando todas as instituições positivas, invade a pequena nação e acaba impondo a instabilidade de seus caprichos”.

Tudo isto é bem conhecido e sofrido. Mas o imperialismo continua avançando, sem que ninguém se atreva a impedi-lo, enquanto ele, com o maior descaramento, insiste uma e outra vez, como se ninguém suspeitasse da sua intenção desonesta e escandalosa. O fato é que, enquanto a rendição continuar, devido à submissão dos governos que os nossos países sofrem, nada de construtivo para a libertação poderá ser alcançado. Entretanto, os povos continuam tendo a palavra.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Em 11 de novembro de 1953, quando era Presidente da República, eu proferi um discurso na Escola Nacional de Guerra, que decorreu em segredo. A discrição em torno do discurso foi justificada pela sua importância política e diplomática. Seu texto integral foi publicado pelo Ministério da Defesa Nacional num folheto de 17 páginas, em cuja capa está impressa a palavra “Reservado”. Cada exemplar foi numerado e o nome do destinatário foi registrado. Um exemplar do folheto, provavelmente graças aos bons ofícios dos serviços de informação dos Estados Unidos, chegou ao conhecimento de alguns políticos da oposição emigrados em Montevidéu e foi distribuído nessa capital sob a forma de mimeógrafo como “prova” do “imperialismo argentino”.

Mas até hoje seu texto era desconhecido do público. Trazemo-lo à luz pela primeira vez, quinze anos depois de ter sido publicado, porque consideramos que a minha situação atual, a morte do General Ibáñez e do ex-Presidente Vargas, nos permite torná-lo público como documento histórico e como testemunho de um momento da história diplomática latino-americana¹.

“Senhores: É com grande prazer que aceitei esta oportunidade de falar sobre as ideias fundamentais que inspiraram uma nova política internacional na República Argentina.

1 O livro *La Hora de los Pueblos* foi publicado em 1968, mas em outubro de 1966 o texto do discurso tinha sido publicado pela primeira vez na revista *Izquierda Nacional*. No final deste capítulo reproduzimos uma carta do General Perón a Jorge Abelardo Ramos na qual reconhece esta situação. (N. do E.)

Sem dúvida, devido à acumulação de tarefas que tenho, não poderei fazer uma exposição acadêmica sobre esse tema, mas poderei manter uma conversa em que os aspectos mais fundamentais e decisivos das nossas concepções serão apresentados com simplicidade e clareza.

As organizações humanas ao longo dos tempos têm, sem dúvida, criado sucessivos agrupamentos e reagrupamentos. Desde a família troglodita até aos nossos dias, foram inúmeros os agrupamentos através de famílias, tribos, cidades, nações e grupos de nações, havendo já quem se aventure a dizer que, no ano 2000, os agrupamentos mais pequenos serão os continentes.

Não há dúvida de que a evolução histórica da humanidade está afirmando cada vez mais este conceito. É tudo o que podemos dizer sobre a evolução natural e fatal da humanidade. Se transpusermos este problema para a nossa própria América, somos imediatamente confrontados com uma avaliação imposta pelas nossas próprias circunstâncias e pela nossa própria situação.

Não há dúvida de que o mundo superpovoado e sobre industrializado apresenta para o futuro um panorama que a humanidade ainda não conheceu, pelo menos numa escala tão extraordinária. Todos os problemas que o mundo atravessa hoje são, na sua maioria, o produto desse excesso de população e dessa super industrialização, quer se trate de problemas de carácter material ou de carácter espiritual. Tal é a influência da superprodução e tão grande é a influência da tecnologia e dessa superprodução que a humanidade, em todos seus problemas económicos, políticos e sociológicos, é profundamente influenciada por essas circunstâncias.

Se esse é o futuro da humanidade, esses problemas irão sem dúvida progredir e produzir novos e mais difíceis problemas decorrentes destas circunstâncias.

É também indiscutível que a luta fundamental num mundo superpovoado é por uma coisa que é sempre primordial para a humanidade: a comida. Este é o pior e mais difícil problema a ser resolvido.

A segunda questão apresentada pela industrialização é o das matérias-primas: pode dizer-se que neste mundo, que luta pela alimentação e pelas matérias-primas, a situação fundamental do futuro é uma problemática de base e de fundamento económico, e a luta do futuro será cada vez mais económica, devido a uma maior sobrepopulação e a uma maior super industrialização.

Por conseguinte, olhando para nossos problemas, poderíamos dizer que o futuro do mundo, o futuro dos povos e o futuro das nações será extremamente influenciado pela dimensão das reservas que possuem: reservas de alimentos e reservas de matérias-primas. Isto é tão óbvio, tão natural e tão simples que não precisaríamos de recorrer à estatística, e muito menos à dialéctica, para convencer ninguém.

E agora, olhando para o problema de forma prática e objetiva, pensamos nas zonas do mundo onde ainda existem as maiores reservas desses dois elementos fundamentais da vida humana: alimentos e matérias-primas.

Não há dúvida de que nosso continente, especialmente a América do Sul, é a zona do mundo onde, devido à sua falta de população e à sua falta de exploração extrativa, existe ainda a maior reserva de matérias-primas e de alimentos do mundo. Isso indicaria que o futuro é nosso e que, na luta futura, temos uma vantagem extraordinária sobre as outras zonas do mundo que esgotaram suas possibilidades de produção de alimentos e de fornecimento de matérias-primas ou que são incapazes de produzir esses dois elementos fundamentais da vida.

Se isto, meus senhores, cria de fato o problema da luta, é inquestionável que nessa luta temos uma vantagem inicial e que, assegurando um futuro promissor, temos esperanças lisonjeiras de desfrutá-lo em maior medida do que outros países do mundo.

Mas é precisamente nestas circunstâncias que reside o nosso maior perigo, porque não há dúvida de que a humanidade tem demonstrado –ao longo da história de todos os tempos– que quando houve escassez de alimentos ou de elementos indispensáveis à vida, como as matérias-primas e outros, esses foram-nos retirados por bem ou por mal, ou seja, por combinações hábeis ou pela força. Isso significa que estamos ameaçados de que, um dia, países superpovoados e sobre industrializados, que não têm alimentos nem matérias-primas, mas que têm um poder extraordinário, usem esse poder para nos retirar os elementos que temos em excesso em relação à nossa população e às nossas necessidades. Essa é a base fundamental, mas também a mais objetiva e realista, do problema.

Se os países pequenos e fracos se mantivessem, num futuro não muito longínquo poderíamos ser um território de conquista, como milhares e milhares de territórios o foram desde os fenícios até aos nossos dias. Não seria uma nova história que se escreveria nestas latitudes; seria a história que prevaleceu em todos os tempos, em

todos os lugares da terra, de tal forma que nem sequer chamaria muito a atenção.

Foi essa circunstância que levou o nosso governo a encarar de frente a possibilidade de uma união real e efetiva dos nossos países, a encarar uma vida comum e a planejar, também, uma defesa comum. Se essas circunstâncias não forem suficientes, ou se esse fato não for um fator decisivo para a nossa união, não creio que existam outras circunstâncias importantes para a concretizarmos. Se o que eu disse não fosse real, ou se não fosse verdadeiro, a união desta parte do mundo não teria razão de existir, a menos que fosse uma questão mais ou menos abstrata ou idealista.

Senhores, não há dúvida de que desde o primeiro momento pensamos nisso; analisamos as circunstâncias e observámos que, desde 1810 até hoje, nunca faltaram várias tentativas para reunir esta parte do continente numa união de vários tipos.

Os primeiros surgiram no Chile, no início das revoluções de emancipação na Argentina, no Chile e no Peru. Todas elas fracassaram por razões diferentes. Sem dúvida que, se tivessem sido levadas a cabo nessa altura, teria sido uma coisa extraordinária. Infelizmente, nem todos compreenderam o problema, e quando o Chile propôs isso aqui em Buenos Aires, nos primeiros dias da Revolução de Maio, Mariano Moreno foi quem se opôs a qualquer união com o Chile. Ou seja, o próprio governo, e as pessoas mais proeminentes do governo, tinham a ideia de fazer fracassar essa união que, finalmente, fracassou por causa da Junta de Buenos Aires.

Houve várias outras ações posteriores que fracassaram por diversas razões. O problema foi depois retomado pelo Peru, e a ação de San Martín também fracassou. Depois foi Bolívar que assumiu a luta pela unidade continental, e sabemos como isso também fracassou. Seguiram-se o primeiro, segundo e terceiro Congressos do México com o mesmo objetivo. E temos de confessar que tudo isso falhou, em grande parte por nossa causa. Fomos nós que nos mantivemos sempre, mais ou menos, um pouco afastados, com uma abordagem algo isolacionista e egoísta.

Chegámos ao nosso tempo. Não gostaria de passar à história sem ter demonstrado, pelo menos de uma forma credível, que estamos colocando toda a nossa vontade real, efetiva, leal e sincera para fazer desta união uma realidade no continente. Penso que o ano 2000 nos surpreenderá unidos ou dominados; penso também que cabe às pessoas inteligentes não esperar que o ano 2000 chegue até nós,

mas fazer um pequeno esforço para chegar um pouco antes do ano 2000, e chegar um pouco mais cedo e em melhores condições do que aquelas que o destino nos reserva, desde que sejamos a bigorna que recebe os golpes e não o martelo; que também demos alguns golpes.

É por esta razão que, já em 1946, quando fizemos as nossas primeiras avaliações estratégicas e de política internacional, começámos a pensar neste grave problema do nosso tempo. É talvez o mais grave e o mais importante problema da política internacional que nos interessa; mais importante talvez do que o que possa acontecer na guerra mundial, ou do que possa acontecer na Europa, ou do que possa acontecer na Ásia ou no Extremo Oriente; porque esse é o nosso problema, e os outros são problemas do mundo em que vivemos, mas que estão suficientemente afastados de nós. Acredito também que, para a solução deste grave e vasto problema, os povos contam mais do que os homens e os governos.

É por isso que, quando fizemos as nossas primeiras avaliações, analisamos se isso poderia ser feito através da atuação das chancelarias como no século XVIII, numa boa refeição, com belos discursos, mas que terminam no fim da refeição, inoperantes e inconsequentes, como têm sido todas as ações das chancelarias nesta parte do mundo desde há quase um século até aos nossos dias; ou devemos atuar mais eficazmente, influenciando não os governos, que aqui mudam como se muda de camisa, mas influenciando os povos, que são os permanentes, porque os homens passam e os governos sucedem-se, mas os povos permanecem.

Observámos, por outro lado, que o êxito, talvez o único êxito extraordinário do comunismo, consiste no fato de não trabalharem com os governos, mas com o povo, porque visam uma obra permanente e não uma obra circunstancial.

E se na ordem internacional quer conseguir algo transcendental, há que torná-lo permanente, porque enquanto for circunstancial, não terá importância na ordem da política internacional. Por esta razão, e aproveitando as inclinações naturais da nossa própria doutrina, começámos a trabalhar sobre os povos, sem entusiasmos, sem pressas e, sobretudo, procurando ter um cuidado metuculoso para evitar qualquer possibilidade de sermos acusados de intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

Em 1946, quando assumi o governo, a política internacional da Argentina não tinha definição. Não existia um plano de ação, tal como não existia sequer uma hipótese remota em que os militares

pudessem basear seus planos operacionais nos ministérios militares. Nem no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em todos os seus arquivos, existia um único plano ativo sobre a política internacional seguida pela República Argentina, nem sequer sobre a orientação, pelo menos, que presidia suas decisões ou designios.

Por outras palavras, na política internacional, tínhamos vivido respondendo às medidas tomadas por outros em relação a nós, mas sem nunca termos uma ideia própria que nos pudesse conduzir, pelo menos a prazo, numa direção uniforme e congruente. Dedicamo-nos a tapar os buracos que as várias medidas tomadas por outros países nos abriram. Não tivemos qualquer iniciativa.

O procedimento não é assim tão censurável, porque é também uma forma de proceder, talvez explicável, porque os países pequenos não podem ter objetivos muito ativos ou muito grandes na política internacional; mas têm de ter algum objetivo.

Não estou dizendo que vamos estabelecer objetivos extracontinentais para impor a nossa vontade aos russos, aos britânicos ou aos americanos; não, porque isso seria desajeitado. Vale a pena dizer que, nessa matéria, como já foi dito e afirmado tantas vezes, é preciso ter a política da força que se possui ou da força de que se necessita para sustentar uma política.

Não podemos ter o segundo e, conseqüentemente, temos de nos reduzir a aceitar o primeiro, mas dentro dessa situação podemos ter nossas ideias e lutar por elas para que as chancelarias, que jogam ao estilo do século XVIII, não nos dominem com os seus sonhos fantásticos de hegemonias, de comando e direção.

Para ser um país monitor –como é o caso de todos os monitores– deve ser necessário chegar à frente para que outros o sigam. O problema é chegar lá o mais depressa possível para ganhar a posição ou o lugar, e os outros o seguirão mesmo que não queiram. Assim, a hegemonia não se conquista. É por isso que, em política internacional, a nossa luta não é pela hegemonia sobre ninguém, como já disse muitas vezes, mas simples e claramente para obter o que convém ao país, em primeiro lugar; em segundo lugar, o que convém à grande região que o rodeia e, em terceiro lugar, ao resto do mundo, que já está mais longe e menos ao alcance das nossas previsões e das nossas concepções.

Por isso, como sempre entendi, para nós: primeiro a República Argentina, depois o Continente e depois o mundo. Estivemos e estaremos sempre nesta posição, porque entendemos que a autodefesa

está nas nossas próprias mãos; que a defesa, diremos relativa, está na zona continental que defendemos e na qual vivemos, e que a defesa absoluta é um sonho que nenhum homem ou nação da terra ainda alcançou. Vivemos apenas numa segurança relativa, pensando, meus senhores, na ideia fundamental de chegar a uma união nesta parte do continente.

Pensávamos que a luta do futuro seria uma luta económica; a história mostra-nos que nenhum país jamais prevaleceu neste campo, ou em qualquer luta, se não tiver, digamos, uma unidade económica completa. Os grandes impérios, as grandes nações, desde o início da história até nossos dias, alcançaram suas grandes conquistas com base na unidade econômica. E penso que se sonhamos com a grandeza –que temos a obrigação de sonhar– para nosso país, devemos analisar este factor em primeiro lugar, num momento do mundo em que a economia estará em primeiro plano em todas as lutas do futuro.

A República Argentina, por si só, não tem unidade econômica; o Brasil, por si só, não tem unidade econômica; o Chile, por si só, não tem unidade econômica; mas estes três países juntos constituem talvez, neste momento, a mais extraordinária unidade econômica do mundo inteiro, sobretudo para o futuro, porque toda esta imensa disponibilidade constitui sua reserva.

Estes são os países de reserva do mundo. Os outros talvez não estejam a muitos anos de esgotar todos seus recursos energéticos e de matérias-primas; nós possuímos todas as reservas das quais ainda não exploramos nada.

Essa exploração que eles fizeram de nós, mantendo-nos consumindo o que eles fizeram para nós, pode agora, no futuro, voltar-se contra eles, porque na humanidade e no mundo há uma justiça que está acima de todas as outras justicas, e ela virá um dia. E essa justiça virá para nós; basta que sejamos suficientemente prudentes e sábios para nos prepararmos para não sermos novamente roubados dessa justiça, no preciso momento em que estivermos prestes a apercibemo-nos dela e a desfrutá-la.

É isso que comanda, imprescindivelmente, a necessidade da união do Chile, do Brasil e da Argentina.

Não há dúvida de que, uma vez realizada esta união, os outros países sul-americanos cairão na sua órbita, e não serão favorecidos nem mesmo pela formação de um novo agrupamento, e provavelmente não poderão realizá-la de forma alguma, separadamente ou em conjunto, mas em pequenas unidades.

Tendo apreciado isso, meus senhores, comecei a trabalhar sobre os povos. Também não me esqueci de trabalhar sobre os governos, e durante os sete anos do primeiro governo, enquanto trabalhávamos ativamente sobre os povos, preparando a opinião para acolher esta ação, conversei com aqueles que viriam a ser presidentes, pelo menos, nos dois países que mais nos interessavam: Getúlio Vargas e o General Ibáñez.

Getúlio Vargas concordou total e absolutamente com essa ideia, e a levaria a cabo assim que estivesse no governo. Ibáñez fez-me exatamente a mesma declaração e comprometeu-se a fazer o mesmo.

Eu não tinha a ilusão de que eles houvessem prometido isso, de tomar o fato como certo, porque eu sabia muito bem que eram homens que estariam no governo e não poderiam fazer o que quisessem, mas o que pudessem. Eu sabia muito bem que uma grande parte dessas pessoas se oporia obstinadamente a essa realização, mais por razões de interesses pessoais e de negócios do que por qualquer outra razão.

Como podem os criadores de gado chilenos não se opor a que exportemos gado argentino sem medida? E como podem não se opor a que resolvamos todos os problemas de fronteira para a importação de gado, os criadores de gado chilenos, quando uma vaca ou um boi, a um metro da fronteira chilena até o lado argentino, vale dez mil pesos chilenos, e a um metro da fronteira argentina até o Chile, vale vinte mil pesos chilenos! Quem ganha os dez mil pesos jamais concordará com uma unidade desse tipo. Cito esse caso grosseiro para que os senhores possam intuir toda a imensa gama de interesses de todos os tipos que se desdobram em cada uma das coisas que o pobre chileno “quebrado” come e que ele produz.

O mesmo fenómeno está acontecendo com o Brasil. É por isso que nunca tive ilusões quanto às possibilidades de o fazer; é por isso que continuamos trabalhando para estes sindicatos, porque eles terão de vir do povo.

Temos uma experiência muito triste com os sindicatos que passaram pelos governos; pelo menos, nenhum em 150 anos conseguiu cristalizar-se na realidade. Tentemos outro caminho que nunca foi tentado para ver se, a partir de baixo, podemos ter uma influência decisiva na concretização destes sindicatos.

Senhores, também sei que o Brasil, por exemplo, está encontrando uma grande dificuldade: é o Itamaraty, que é uma instituição super governamental. O Itamaraty sonhou, desde o tempo do seu

Imperador até aos nossos dias, com uma política que se prolongou por todos os homens que ocuparam esse difícil cargo no Brasil. Ela os levou a estabelecer um arco entre o Chile e o Brasil; essa política deve ser derrotada a tempo e por um bom curso de ação de nossa parte.

É preciso desmontar todo o sistema Itamaraty e desaparecer essas excrescências imperiais que constituem, mais do que qualquer outra razão, os principais obstáculos para que o Brasil entre numa, digamos, verdadeira união com a Argentina.

Não temos nenhum problema com eles, a não ser esse sonho de hegemonia, em que estamos prontos a dizer-lhes: vocês são maiores, mais bonitos e melhores do que nós; não temos nenhum problema com isso. Renunciamos a tudo isso, pelo que isso também não vai ser um inconveniente. Mas não há dúvida de que pensámos que tínhamos ultrapassado este problema até certo ponto.

Tenho que contar aos senhores um fato que tornará perfeitamente claro como procedemos e porque temos a firme convicção de que, no final, venceremos, porque procedemos bem. Porque aqueles que procedem mal são aqueles que sucumbem ao seu próprio mau procedimento: é por isso que nunca utilizaremos os subterfúgios, a insídia ou as estranhas combinações que algumas chancelarias utilizam.

Quando Vargas chegou ao poder, prometeu-me que nos encontraríamos em Buenos Aires ou no Rio e faríamos aquele tratado que depois assinei com Ibáñez; o mesmo tratado. Esse era um objetivo formal que nos tínhamos proposto. Além disso, dissemos: “Vamos abolir as fronteiras, se for necessário”. Eu “agarrava” tudo, porque estava dentro da orientação que seguia e do que me parecia necessário e conveniente.

Sabia que aqui o faria, porque quando disse ao meu povo que queria fazer aquilo, sabia que o meu povo ia querer o que eu queria na ordem da política internacional, porque aqui já há uma consciência político-internacional entre o povo e há uma organização. Além disso, as pessoas sabem que não cometemos muitos erros, por isso também têm um pouco de fé no que estamos fazendo.

Mais tarde, Vargas disse-me que era difícil para nós fazê-lo tão cedo, porque ele tinha uma situação política um pouco complicada nas Câmaras e que, antes de domina-las, queria fazer uma conciliação. Isso é difícil em política; primeiro é preciso dominar e depois a conciliação vem por si só. São pontos de vista, são formas de pensar diferentes.

Ele seguiu um caminho diferente e nomeou um gabinete de conciliação, ou seja, nomeou um gabinete em que pelo menos três quartos dos ministros eram seus inimigos políticos e que serviriam os seus próprios interesses e não os do governo. É claro que ele pensou que, em seis meses, se conseguiria uma solução; mas, quando os seis meses terminaram, a questão estava mais complicada do que antes. Naturalmente, não podia vir aqui; não podia comprometer-se diante seu Parlamento e seus próprios ministros numa tarefa que significava vestir as calças e jogar uma carta decisiva perante a política internacional mundial, o seu povo, o seu Parlamento e os interesses que tinham de ser derrotados.

Naturalmente, esperei. Entretanto, o general Ibáñez foi eleito presidente; a sua situação não era melhor do que a de Vargas, mas, de certa forma, ele chegava com um plebiscito em tudo o que pode ser plebiscitado no Chile, com eleições muito *sui generis*, porque quem quer está inscrito lá, e quem não quer não está; é muito diferente do nosso.

Mas, naturalmente, ele chega ao governo. Assim que chegou ao governo, eu, de acordo com o que tínhamos falado, apalpei-o. Ele diz: “Está bem, vamos fazê-lo”. Muito bem! O general foi mais decidido, porque os generais são normalmente mais decididos do que os políticos. Mas antes de o fazer, como tinha um compromisso com Vargas, escrevi-lhe uma carta que lhe enviei através do seu próprio embaixador, a quem telefonei e disse: “Sabe, vai ter de ir ao Rio com esta carta e vai ter de explicar tudo isto ao seu presidente. Há dois anos, prometemos um ao outro fazer isto. Estou à espera dele há mais de um ano e pouco, e ele não pode vir. Estou pedindo sua autorização para me libertar do compromisso de fazê-lo primeiro com o Brasil e permitir-me fazê-lo primeiro com o Chile. É claro que estou a pedir-lhe isto porque acredito que estes três países são os que devem realizar a união”.

O embaixador vai lá e volta, e diz-me, em nome do seu presidente, que não só me autoriza a ir ao Chile, libertando-me do meu compromisso, como também me dá a sua representação para o fazer em seu nome no Chile. Certamente, agora sei muitas coisas que não sabia antes; aceitei apenas a autorização, mas não a representação.

Fui para o Chile, cheguei lá e disse ao General Ibáñez: “Venho aqui com tudo pronto e trago a autorização do Presidente Vargas, porque me comprometi a fazer isto primeiro com ele e com o Brasil, para que tudo corra perfeitamente bem e como planejamos e talvez assim a ação de Vargas seja facilitada e o assunto fique melhor resolvido”.

Chegámos, fizemos todas essas coisas lá com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, discutimos um pouco –não muito– e chegámos a um acordo, não tão amplo como queríamos, porque as pessoas têm medo de algumas coisas e, claro, saiu um pouco provisório, mas saiu. Não foi um grande trabalho, mas foi preciso muito convencimento, persuasão, etc.

E, no dia seguinte, chegou a notícia do Rio de Janeiro, onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil fez declarações tremendas contra o Pacto de Santiago: “que ele era contra os pactos regionais, que isto era a destruição da unanimidade pan-americana”. Imaginem a minha cara no dia seguinte quando fui apresentar-me ao Presidente Ibáñez. Quando lhe disse bom dia, perguntou-me: “O que é que me pode dizer sobre os nossos amigos brasileiros?”

Evidentemente, a imprensa do Rio de Janeiro ultrapassou os limites estabelecidos pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Neves da Fontoura. Claro que me calei, não tinha outra hipótese. Assinei o tratado e vim para cá. Quando cheguei, encontrei Gerardo Rocha, um velho jornalista de muito talento, editor de *O Mundo* no Rio, amigo íntimo do Presidente Vargas, que me disse: “O Presidente Vargas mandou-me explicar o que se passou no Brasil. Diz que a sua situação é muito difícil; que politicamente não consegue dominar; que tem seca no Norte; geada no Sul; e que os políticos estão revoltados; que o comunismo é muito perigoso; que não tem podido fazer nada, enfim, que o desculpe, que não pensa assim e que se o ministro fez isso, também não pode mandar o ministro”.

Expliquei tudo isto perfeitamente bem; não justifiquei, mas pelo menos expliquei. Naturalmente, senhores, perante a situação nestas circunstâncias, de uma forma tão lamentável e deplorável, não tive outra alternativa senão dizer-lhe que se mantivesse calmo, que não me estou a intrometer nos seus assuntos e que fizesse o que pudesse, mas que continuasse a trabalhar para isso.

Pois bem, meus senhores. Queria dizer-vos isto, que provavelmente ninguém sabe, a não ser eu e os ministros; claro que são todos documentos para a história, porque eu não quero ficar na história como um idiota que podia ter conseguido esta união e não o fez. Pelo menos quero que as pessoas pensem no futuro que, se houve cretinos aqui, não fui só eu; há outros cretinos como eu, e faremos todos juntos na “dança do cretinismo”.

Mas o que eu não queria era deixar de afirmar, como farei publicamente em algum momento, que toda a política argentina na ordem

internacional tem sido orientada para a necessidade dessa união, para que, quando chegar o momento em que formos julgados pelos nossos homens –perante os perigos que essa dissociação produzirá no futuro–, tenhamos pelo menos a justificação da nossa própria impotência para a concretizar.

No entanto, não sou pessimista; acredito que a nossa orientação, a nossa perseverança, está a ganhar terreno todos os dias nesta ideia, e estou quase convencido de que um dia conseguiremos tudo bem e completamente, e que devemos trabalhar incansavelmente para o conseguir.

Já lá vai o tempo em que os conflitos eram entre dois países. Atualmente, os conflitos tornaram-se tão grandes e assumiram tal natureza que temos de nos preparar para os “grandes conflitos” e não para os “pequenos conflitos”.

Esta união, meus senhores, está a ser trabalhada; é tudo o que os posso dizer como definitivo. Estamos a trabalhar nela, e o êxito, meus senhores, tem de chegar; pelo menos, preparamo-nos para o êxito, estamos a alcançá-lo, e não tenho dúvidas de que, no dia em que ele se concretizar, saberei explorá-lo com todas as vantagens necessárias para o nosso país, porque, de acordo com o aforismo napoleónico, quem prepara um êxito e o ganha, dificilmente sabe aproveitá-lo quando o obteve.

Neste aspecto, meus senhores, estou absolutamente convencido de que estamos no bom caminho. A resposta do Brasil, procurando desviar o seu arco de Santiago para Lima, não passa de uma resposta ofuscada e desesperada de um Ministério dos Negócios Estrangeiros que não compreende o momento e persiste numa linha ultrapassada pelo tempo e pelos acontecimentos; não pode ser eficaz.

A luta pelas zonas amazônicas e do Prata não tem qualquer valor ou importância; são apenas sonhos equatoriais e nada mais. Neste sentido, não pode haver nenhum fator geopolítico ou de qualquer outro tipo que possa opor estas duas zonas, tão diferentes em todos os seus fatores e características.

Há aqui um problema de unidade que está acima de todos os outros problemas, e nestas circunstâncias, que talvez sejam muito decisivas, se tivermos resolvido os nossos diferendos com os Estados Unidos, talvez isso favoreça decisivamente a possibilidade de uma união continental nesta parte do continente americano.

Senhores, como o Paraguai respondeu, apesar de ser um país pequeno; como outros países do continente responderão, lentamente,

sem pressões nem violências de qualquer tipo, uma espécie de união está já a tomar forma. As uniões devem ser feitas através do procedimento comum: primeiro é preciso ligar alguma coisa; depois, as outras ligações vão-se formando com o tempo e com os acontecimentos.

O Chile, apesar da sua luta, já está unido à Argentina. O Paraguai está na mesma situação. Outros países já estão inclinados a fazer o mesmo. Se conseguirmos, a pouco e pouco, trazer outros países para o nosso lado, não tardará muito para que o Brasil faça o mesmo, e isso será o início do triunfo da nossa política.

A união continental com base na Argentina, no Brasil e no Chile está muito mais próxima do que muitos argentinos, muitos chilenos e muitos brasileiros acreditam; no Brasil há um enorme setor trabalhando para isso.

A única coisa que precisa de ser superada são os interesses; mas quando os interesses dos países entram em jogo, os interesses dos homens devem ser superados por eles; essa é a nossa maior esperança. Até que isso aconteça, meus senhores, não temos outra alternativa senão esperar e trabalhar para que isso aconteça: essa é a nossa ação e essa é a nossa orientação. Muito obrigado.

CARTA DO GENERAL PERÓN A JORGE ABELARDO RAMOS

Madrid, segunda-feira, 29 de maio de 1967

Senhor don Jorge Abelardo Ramos

Caro amigo:

Ao regressar de uma viagem de “manzanilização” a Sevilha, encontro-me com a sua carta e os exemplares nº 3 e 4 da revista Izquierda Nacional que teve a amabilidade de me enviar. Agradeço sua lembrança: li com grande interesse o material, sem desperdício, do seu conteúdo, que compartilho na íntegra porque a verdade fala sem artifícios. Uma esquerda nacional, na qual me incluo com orgulho, que sai com verdades como punhos sem se preocupar com o fato de, nos nossos dias, o mais perigoso pode ser muitas vezes dizer a verdade. Aos poucos, está chegando o dia em que todos começaremos a “falar a mesma língua” como início de uma unidade e solidariedade que já tarda e que será a única forma de enfrentar uma libertação inadiável.

“A Segunda Revolução Libertadora”, um excelente artigo de uma verdade aterradora. A tão falada “Revolução Argentina” é de fato a “Segunda Revolução Libertadora”, embora as suas consequências

sejam benéficas para o nosso Povo. Não sei se fomos demasiado bons, mas os que nos sucederam foram tão maus que, em última análise, acabámos por ser os melhores. Estes novos “salvadores da Pátria” apenas confirmaram o velho ditado castelhano: “Atrás de mim virão aqueles que me farão grande”; é uma grande pena que seja o Povo inocente quem pague as conseqüências.

À distância e com as informações de que disponho, constato que, desde o dia 28 de junho até à substituição dos primeiros-ministros, a ditadura militar travou uma luta silenciosa no seio do seu “governo” entre os grupos interessados em tomar o poder “atrás do trono”, na qual intervieram grupos nacionalistas clericais, gorilas teimosos e, como diz, setores de uma versão inorgânica dos interesses da burguesia nacional e das exigências da oligarquia bovina. Enquanto isso, a ação monopolista estrangeira e os seus “sipaios” vernáculos foram responsáveis pela criação de um estado econômico no país que forçaria a ditadura nas suas mãos. A nomeação de Krieger Vasena, um conhecido agente dos monopólios, mostra que são estes os interesses que venceram. Suas declarações iniciais e a sua ação posterior demonstram que não há lugar para dúvidas.

A campanha de intimidação, meticulosamente planeada após o fracasso do Plano de Luta da Confederação Geral do Trabalho (CGT) com a intenção de paralisar toda a ação da resistência popular, mostra-nos que estamos perante o inimigo mais perigoso que enfrentamos desde 1955: à força exercida pelos militares que usurparam o poder, podemos acrescentar a habilidade dos grupos que servem os monopólios e a incapacidade e desonestidade de muitos dirigentes sindicais que não sei se são tão incapazes como desonestos.

Isto deve fazer-nos refletir sobre a necessidade imperiosa de reagir rapidamente no sentido da unidade e da solidariedade de todas as forças populares. Já não se trata de defender sindicatos e interesses parciais, mas da própria existência de toda a nossa organização da classe operária argentina. Neste contexto, já não há lugar para o egoísmo de cada comissão executiva sindical, mas sim para uma luta conjunta com disciplina e unidade de ação, porque só podemos opor-nos à unidade dos nossos inimigos com a nossa própria unidade.

À oligarquia bovina, aos interesses agro-exportadores e à burguesia industrial, decididos a arruinar o proletariado argentino com a ajuda das Forças Armadas transformadas em “sipaios” do imperialismo, devemos opor a resolução decidida do Povo que, disposto a tudo, deve opor-se à intimidação com fatos irrefutáveis que demonstrem

que na destruição do povo estará implícita a destruição dos outros e que se a classe operária se afunda, as forças que a condenam também se afundarão.

Isso impõe, em primeiro lugar, a unidade e a solidariedade das nossas forças, em segundo lugar, a purificação do seu horizonte de liderança e, em terceiro lugar, uma planificação que vai desde a contra-intimidação até à realização de medidas que não deixem dúvidas quanto à determinação dos trabalhadores de ir até onde for necessário. Tenho repetido muitas vezes aos peronistas que os povos que não querem lutar pela sua libertação merecem a escravatura, e nunca este conselho foi tão apropriado como nas circunstâncias atuais.

Quanto ao tema da minha conferência reservada de dia 11 de novembro de 1953, publicada no nº 3 da revista Izquierda Nacional, é absolutamente verdadeiro. A nossa política internacional estava orientada para a integração geopolítica e para a integração histórica. A primeira com os seguintes objetivos: eliminar os limites para uma melhor exploração económica e técnica da América Latina; formar mais tarde um núcleo de países em condições de enfrentar sem desvantagens as grandes potências (EUA e Rússia); impedir que continuássemos sendo divididos em benefício desses interesses; elevar o nível de vida de nossos habitantes e lançar as bases dos futuros Estados Unidos da América do Sul. A integração histórica num “Terceiro Mundo” para consolidar as nossas libertações através de uma unidade e solidariedade continental latino-americana.

Quando o Tratado de Santiago do Chile foi assinado, parecia que todos os nossos países o assinariam, e a maioria deles assinou, até que forças extra-continentais intervieram e “colocaram um raio na roda” através das ações do Brasil e do Peru. Os norte-americanos formaram então a Associação Latino-Americana de Comércio Livre, com o objetivo de enterrar a nossa tentativa de integração, tal como a Inglaterra fez quando foi formada a Comunidade Económica Europeia.

Agora são os ianques de Punta del Este que defendem a integração, mas desta vez trata-se de uma “integração subjugada”, ou seja, um estatuto colonial, sob pressão e ao serviço dos nossos “irmãos mais pequenos do Norte”. A Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) estava destinada ao mesmo fracasso que a Comunidade Europeia de Comércio Livre, criada pela Inglaterra sob a liderança americana, e que acaba de se desmoronar perante a eficácia económica do Mercado Comum Europeu, ao ponto de a Inglaterra e os seus

seis companheiros estarem agora implorando autorização para serem admitidos na Comunidade Económica Europeia.

Em 1953, apesar do sipaismo reinante, estivemos a um passo de consegui-lo. De então até agora, perdemos terreno. Espero que a juventude sul-americana pegue nosso “testemunho” e o leve até seu destino. Caso contrário, terão muitas dificuldades.

No que se refere à situação atual na Argentina, tudo parece girar em torno da situação econômica e de suas consequências sociais. O Plano Krieger Vasena está tornando-se cada vez mais evidente como uma grande farsa nacional. Os inevitáveis interesses instalados e o medo das pessoas impedem que este plano seja desmascarado pura e simplesmente, mas acima de tudo o medo que parece ter tomado conta de setores importantes da opinião independente é um medo sutil e invisível que, em última análise, não faz mais do que refletir a presença de um formidável aparelho de repressão que não se mostra abertamente mas que existe realmente e age das formas mais imprevisíveis.

A tomada do poder por um setor do próprio sistema – neste caso as forças armadas – à margem do povo atualmente custa muito dinheiro. No passado, uma mudança de poder mais ou menos violenta não alterava essencialmente o ritmo econômico, mas hoje as coisas são muito diferentes, sobretudo se o golpe, como vemos todos os dias, é feito contra o povo. É precisamente isto que estes ingênuos “ditadores de bolso” não compreendem e lutam por soluções que não serão soluções enquanto esse estado de coisas continuar a prevalecer.

Nenhum cobre vem ou virá do exterior. O famoso crédito “Stand By” de 400 milhões de dólares destina-se única e exclusivamente a equilibrar, se necessário, a balança de pagamentos desfavorável, ou seja, são dólares para pagar aos credores estrangeiros, para que estes não deixem de cobrar, mas não significam um único centímo de investimento produtivo para o país. Isto é elementar, não só não é dito como, pelo contrário, uma tal operação é publicada como um sucesso financeiro para o governo. É assim: pura simulação, mas se a simulação pode enganar os tolos, que são muitos, não traz soluções, que é precisamente o que é preciso.

Diante do que inevitavelmente virá nos próximos meses, com o pouco que nós e, se possível, o resto das forças cívicas que cederam ao medo da intimidação dos gorilas, poderíamos fazer, tudo estaria em excelentes condições. Receio, no entanto, a indecisão que já se nota nos setores políticos radicais, reduzidos, como sempre, a lançar

manifestos inconsequentes e ineficazes, ou nos setores do sipaio socialista, cheios de simulações inenarráveis.

A união de toda a cidadania formando uma frente civilista que saberia opor-se à frente militar oligárquica teria possibilidades insuspeitadas. Já em 17 de outubro de 1945, demonstramos claramente que, se o poder militar é forte, é muito frágil frente à resistência inteligente de um Povo determinado a proceder com a mesma inteligência, através de um poder que permanece oculto mas que todos temem.

Nosso problema continua sendo o mesmo: uma direção capaz. Nomeei para a direção tática o Camarada Major Don Bernardo Alberte. Ele é como eu, um político amador, mas um condutor profissional que domina a teoria, a técnica e a prática da condução. Era um dos homens de reserva que o peronismo tinha e que foi utilizado devido ao caráter crítico da situação atual. Conheço-o bem e sei que possui valores efetivos. Se todos “puserem o ombro no volante”, estou absolutamente convencido de seu êxito. O peronismo sempre me pediu para nomear um dirigente que fosse um líder e que me representasse: foi o que fiz com ele. Espero que todos lhe obedeçam e o ajudem.

Transmita os meus melhores cumprimentos aos amigos do Partido Socialista da Esquerda Nacional com os meus melhores votos de sucesso futuro.

Um grande abraço. Juan Perón

O MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO E A ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Quando se fala da “Aliança para o Progresso”, a primeira coisa que se deve perguntar é para quem será o progresso, porque, na realidade, até agora, a ajuda tem sido aparentemente para nossos países, enquanto o progresso tem sido apenas para os Estados Unidos da América, tal como aconteceu com a “Boa Vizinhança”, na qual, embora devíamos ser os bons, eles foram os vizinhos.

Em 1956, os 95 “países pobres” receberam cerca de 6 mil milhões de dólares no total dessa pseudo-ajuda para o seu desenvolvimento. Mas, evidentemente, não se tratava de uma doação, como se faz crer, mas sim de um empréstimo com as respectivas prestações, reembolsos e juros absurdos, além de estar sujeito a compras forçadas no país.

Na realidade, a maior parte da chamada ajuda é utilizada para pagar as amortizações e os juros de empréstimos anteriores.

A demonstração mais clara disso é o fato de que, em 1962, os 95 países mencionados acima tinham uma dívida externa de 25 mil milhões de dólares, enquanto em 1966 –quatro anos depois– sua dívida tinha aumentado para 41 mil milhões de dólares. Em outras palavras: os EUA fizeram um investimento cómodo e seguro do seu capital excedente, enquanto os “países pobres” se tornam cada vez mais hipotecados economicamente e subjugados politicamente: é a ajuda ao progresso.

E não sou eu que o digo: são os próprios americanos que o dizem oficialmente na sua *The American Political Science Review*, junho de 1962, página 309: “A ajuda a outros países não pode ser considerada justificada se for considerada como uma medida isolada. A ajuda só será justificada se se tornar parte das medidas políticas do país fornecedor, ligada à situação política do país beneficiário e tendendo

a exercer uma certa influência sobre essa situação. Neste sentido, a ajuda a outros países não é de modo algum diferente das ações diplomáticas, militares ou de propaganda. Todos esses meios são uma arma política da nação”.

Se analisarmos atentamente a existência de organizações internacionais americanas em que se discute o chamado “pan-americanismo”, podemos observar claramente a tendência americana para a formação de um bloco continental em que o imperialismo assume a liderança na implementação das afirmações acima referidas na esfera política, bem como a dominação na esfera econômica, através de um sistema aparentemente destinado a uma fraternidade inexistente.

Abaixo mencionamos as diferentes organizações com seus objetivos aparentes, para depois poder mencionar os seus objetivos reais.

Organização dos Estados Americanos (OEA)

Todos os esforços dos Estados Unidos foram sempre orientados para a afirmação da Doutrina Monroe –a América para os americanos– e as organizações que promoveram ininterruptamente têm este objetivo em mente. No entanto, perante a inclinação natural da América espanhola, não tiveram outra alternativa senão avançar lentamente e por etapas sucessivas. A cronologia do desenvolvimento dessas atividades sob inspiração ianque é resumida a seguir:

1889-1890: Reunião do “Congresso Pan-Americano” (1^a Conferência), realizada em Washington e com a presença de todos os Estados americanos, convocada pelos Estados Unidos. Objetivo: promover as relações de amizade entre os Estados através das relações comerciais. São criadas a “União Internacional das Repúblicas Americanas” e a “Repartição Comercial das Repúblicas Americanas”, ambas com sede em Washington, sendo esta última a origem da “União Pan-Americana” (1910).

1901-1902: 2^a Conferência no México, com a participação de todos os Estados americanos. São discutidas questões comerciais.

1906: 3^a Conferência no Rio de Janeiro, com a participação de representantes de 17 Estados americanos. São adotadas resoluções sobre a codificação do direito internacional.

1910: IV Conferência, em Buenos Aires, com a participação de todos os Estados, com exceção da Bolívia, e a atribuição de um estatuto permanente à “União das Repúblicas Americanas”, cujo órgão executivo é a “União Pan-Americana”.

1923: Quinta Conferência em Santiago do Chile, com a participação de todos os Estados exceto o México, a Bolívia e o Peru. É aprovado o “Tratado de Gondra”, que cria uma “Comissão de Investigação” para os conflitos militares entre os Estados americanos.

1928: Na sexta Conferência, em Havana, com a participação de todos os Estados, são aprovadas soluções sobre o direito internacional público e privado. É promovido um debate de carácter político, provocado pela ingerência americana em certos países ibero-americanos. A questão da “não-intervenção” é adiada para a conferência seguinte devido à pressão dos EUA.

1933: VII Conferência de Montevideú, com a participação de todos os Estados, exceto a Costa Rica. A cláusula de “não-intervenção” é aprovada com algumas reservas impostas pelos Estados Unidos. Tendo em conta a grave situação europeia, é convocada uma Conferência Extraordinária (dezembro de 1936). É aprovada a aceitação sem reservas da “Doutrina de Não-Intervenção”. É acordada a criação de uma frente comum para a manutenção da paz no continente.

1938: VIII Conferência, em Lima, com a participação de todos os Estados, que concordam em ratificar o princípio da solidariedade americana e a “Doutrina de não-intervenção”. É acordada uma consulta sobre a ação comum em caso de ameaça comum. Entre 1939 e 1942, realizaram-se três reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros, a “Conferência Interamericana” sobre problemas de guerra e de paz (México, 1945) e a “Conferência Interamericana para a Manutenção da Segurança e da Paz Continental” (Rio de Janeiro, 1947).

1948: IX Conferência, em Bogotá, com a participação de todos os Estados. É criado o atual sistema regional, no qual os vários países da OEA são estruturados como um bloco de nações independentes dentro das Nações Unidas. São aprovados a “Carta da Organização dos Estados Americanos” e o “Pacto de Bogotá” sobre a solução pacífica de controvérsias.

1954: Décima Conferência em Caracas, com a participação de todos os países, exceto a Costa Rica. É assinada a “Declaração de Caracas”, reafirmando os princípios da “Carta da OEA”. Uma proposta de Foster Dulles condenando o comunismo é aprovada, os problemas econômicos do pós-guerra são estudados e se assinam acordos sobre asilo territorial e diplomático.

1959: Operando desde a “Declaração de Caracas” (1954) em conferências regulares da OEA, o órgão relevante toma decisões.

Assim, em 1959, é aprovada a lei que cria o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

1960: São impostas sanções econômicas à República Dominicana; é assinada a “Ata de Bogotá” sobre ajuda multilateral; é estabelecido o “Comitê para a Coordenação das Atividades da OEA”.

1961: A “Aliança para o Progresso” é criada em Punta del Este.

1962: Cuba es expulsada da OEA.

1964: A Bolívia volta a fazer parte da OEA.

1965: É aprovada a criação de um Comando Interamericano.

1966: Os Estados Unidos apresentaram um projeto de reforma da OEA que incluiu uma Assembléia Geral anual e três conselhos.

1967: Em Buenos Aires, a Conferência de Chanceleres propõe a reforma da “Carta da OEA” prevista na Conferência de 1965 no Rio de Janeiro. De 12 a 14 de abril, os Chefes de Estado se reúnem em Punta del Este, onde concordam em implementar um programa para viabilizar a “Integração Econômica das Américas”, com o voto contrário do Equador, assunto que será tratado na seção seguinte deste capítulo.

Outras organizações americanas que colaboraram com a OEA

“Organização dos Estados Centro-Americanos” (ODECA), fundada em virtude da “Carta de San Salvador”, como resultado dos acordos adotados pelos ministros das relações exteriores da Guatemala, a Nicarágua e a Costa Rica em 14 de outubro de 1951. Ela é composta por um “Conselho Supremo”, formado pelos Presidentes dos cinco Estados; um “Conselho de Defesa”, formado pelos Ministros da Defesa; um “Conselho Legislativo”, com três deputados de cada país, para unificar as leis da América Central; um “Conselho Econômico”, que regula o Mercado Comum Centro-Americano; a “Carta Centro-Americana de Justiça”; um Conselho Cultural e Educacional; e a “Reunião de Ministros das Relações Exteriores”, que é realizada a cada dois anos, a menos que seja convocada extraordinariamente por solicitação de três dos membros.

“Aliança para o Progresso”. A sede em Washington, criada em Punta del Este em 17 de agosto de 1961 por proposta do Presidente Kennedy, foi assinada por todos os Estados americanos, exceto Cuba. Seus objetivos são estabelecer um programa de cooperação e ajuda para resolver os problemas econômicos e sociais dos países latino-americanos; aumentar a renda individual em todos eles durante os

dez anos de duração do programa; e melhorar e fortalecer as instituições democráticas.

“Associação Latino-Americana de Livre Comércio” (ALALC), fundada em Montevideu em 18 de fevereiro de 1960, com duração de doze anos para a “zona de livre comércio”. Seus objetivos são: estabelecer uma Área de Livre Comércio por meio da restrição gradual (8% ao ano) das tarifas de importação sobre 75% dos artigos sujeitos ao seu comércio, até o desaparecimento das tarifas em 12 anos. A intenção é que isso leve ao Mercado Comum Latino-Americano.

“Associação Econômica Centro-Americana” (AECA). Criada em fevereiro de 1960 por El Salvador, a Guatemala e Honduras. Posteriormente estendida à Nicarágua. Tratado com duração de vinte anos. Objetivos: criar um mercado comum centro-americano, por meio da redução progressiva de tarifas.

“Tratado Geral de Integração Econômica da América Central”, assinado em 13 de dezembro de 1960 em Manágua. É a consequência lógica da existência do Mercado Comum acima mencionado.

“Banco Interamericano de Desenvolvimento” (BID), fundado em 8 de abril de 1959.

“Banco Centroamericano de Fomento” (BCAF), fundado em 13 de dezembro de 1960.

“Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina” (CEPAL), fundada em março de 1948 em Santiago do Chile.

“Conselho Interamericano Econômico e Social” (CIES), estabelecido na Conferência de Bogotá (1949), é um dos órgãos permanentes da OEA. Ele se reúne em Washington.

“Conselho Interamericano de Jurisconsultos” (CIJ), fundado em 1939, com sede no Rio de Janeiro. Objetivos: servir como um órgão consultivo em questões jurídicas e promover o desenvolvimento da codificação do direito internacional público.

O “Escritório Interamericano de Defesa” (OID), com sede em Washington e dependente da OEA. É responsável pelo estudo das medidas de coordenação da defesa continental.

“Tratado do Rio de Janeiro”, assinado em 2 de setembro de 1947 pelos membros da OEA. Objetivos: garantir a defesa do Hemisfério Ocidental.

“Associação Interamericana de Educação” (AIDE), criada em 1962, independente dos governos. Objetivos: promover a compreensão mútua dos problemas culturais e educacionais.

“Mercado Comum Latino-Americano”, criado na última reunião de presidentes em Punta del Este, que discutirei a seguir.

Todo esse processo de organização, que vem ocorrendo há setenta e oito anos, começando com o “Congresso Pan-Americano” e culminando em 1910 na “União Pan-Americana”, serviu apenas para “fazer o jogo” do imperialismo durante todo esse tempo. Como se pode observar, começamos com um objetivo inocente de “ativar relações amistosas entre os Estados por meio de relações comerciais”, mas depois passamos pela formação de um bloco de nações dentro da ONU, na 9ª Conferência, e chegamos à aplicação de sanções a alguns países e à expulsão de outros, bem como a formação de um “Comando Interamericano” e a tentativa de formação de um mercado comum, praticamente administrado pelos Estados Unidos.

Todos esses instrumentos internacionais, que praticamente nos vinculam ao imperialismo, nos complicam decisivamente em problemas com os quais nossos países não têm nada a ver e que emergem da atitude e do comportamento do país que os monitora. E se considerarmos que, além disso, a intervenção dissimulada dos Estados Unidos da América nos assuntos internos de nossos países é a principal causa dos distúrbios crônicos que eles sofrem, pode-se ter uma visão clara do propósito oculto de tantas organizações e conferências.

O caso da República Argentina é uma demonstração eloquente das afirmações anteriores: como o Governo Justicialista não fez o jogo dos Estados Unidos e, ao contrário, se opôs às suas tentativas de penetração e dominação, esse país se tornou o centro da conspiração; e seu governo e diferentes autoridades, colaboradores diretos daqueles que atentaram permanentemente contra o governo legal e constitucional da República Argentina. Todas, ou quase todas, as organizações que mencionamos como participantes do sistema interamericano foram, por sua vez, elementos obedientes nas insinuações e opressões contra nosso país.

A existência de “governos latino-americanos” docilmente obedientes aos mandatos imperialistas tem diminuído, e a consequência tem sido sua substituição por ditaduras militares que respondem ao “Pentágono” ou ao State Department, como consequência de terem sido promovidos de lá e terem o correspondente “OK” do imperialismo. Esses homens e mulheres militares, que se submeteram de forma tão ignominiosa, transformaram as forças armadas em tropas de ocupação de suas próprias pátrias e transformaram o país em

um triste satélite do imperialismo, além de entregar suas fontes de riqueza à expansão e à penetração imperialistas. Essa é uma verdade que não é mais contestada em nossos países.

Diante de comportamentos semelhantes, podemos observar por parte do imperialismo, em vez de perseverança, uma verdadeira teimosia que tende a uma dominação efetiva de nosso continente, impedindo qualquer relação extracontinental que pressuponha um fator que contribua para a libertação de nossos países.

O recente caso de Cuba, do ponto de vista deles, deve ter sido uma prova do que eles vêm argumentando. Também tem sido uma explicação clara e eloquente de por que o imperialismo tem sido um inimigo permanente do hispano-americanismo para uma aproximação real e efetiva de nossos países com a Mãe Pátria, que começou há um século e meio, através da “Lenda Negra”, criada e desenvolvida pelo anglo-saxonismo para cortar qualquer possível acordo que pudesse se opor a seus desígnios colonialistas.

Nesse aspecto, eles têm sido consistentes. A formulação da agora famosa “Doutrina Monroe” em 1823, em 2 de dezembro, por ocasião de seus acordos com a Rússia, declara: “Nas discussões às quais esses interesses deram origem e nos acordos que podem encerrá-los, foi considerado apropriado afirmar como um princípio, no qual os direitos e interesses dos Estados Unidos estão envolvidos, que os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e preservaram, não podem ser considerados como sujeitos à futura colonização por qualquer potência europeia..... Convém à nossa franqueza e às relações amistosas que existem entre essas potências declarar que consideramos perigosa para nossa paz e segurança qualquer tentativa da parte delas de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério”.

Mas é interessante que, 142 anos depois, a Câmara dos Deputados estabeleceu a “Doutrina Johnson”, que completa a declaração de Monroe: “Qualquer dominação subversiva, ou a ameaça dela, viola os princípios da Doutrina Monroe e da segurança coletiva, conforme definidos nos atos e resoluções adotados anteriormente pelas repúblicas americanas e, em qualquer situação desse tipo, qualquer uma das partes contratantes do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca pode, no exercício da autodefesa ou da defesa coletiva, que pode estender-se ao uso da força armada, e de acordo com as declarações e os princípios acima, tomar medidas para sufocar ou combater a intervenção, a dominação, o controle e a colonização,

sob qualquer forma, pelas forças subversivas conhecidas como comunismo e seus agentes no Hemisfério Ocidental”.

Como se pode ver, essa última declaração, que foi fracamente protestada por alguns países que queriam “salvar a face” mais do que qualquer outra coisa, deixou em aberto a possibilidade de intervenção dos EUA, até mesmo por meio de força armada, sem a necessidade de consulta prévia aos próprios países afetados. Se algo mais monstruoso foi planejado, em termos de respeito à soberania dos países, não creio que possa ser encontrado. Tudo isso foi possível graças a sucessivos acordos aprovados insidiosamente em conferências dos representantes do imperialismo com os agentes sipaios que o servem nos diversos países. É por isso que, quando existe uma Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual tais aberrações podem ocorrer, só se pode pensar na necessidade de promover, por qualquer meio, os remédios heróicos apropriados.

Há pouco tempo, foi publicado em Montevidéu um livro extraordinário do escritor Don Pablo Franco, *La influencia de los Estados Unidos en América Latina* –ediciones Tauro–, no qual é possível encontrar conceitos precisos sobre esse assunto que atualmente preocupa todos os centro e sul-americanos. Esses são os jovens escritores que honram a literatura argentina não apenas pelo que dizem, mas também pelo que sentem. Se você se interessa por esse assunto, não encontrará nada melhor.

EVOLUÇÃO E INTEGRAÇÃO

Há mais de vinte anos, o justicialismo na Argentina pôs em marcha três ações que, na realidade, faziam parte do conteúdo ideológico e doutrinário que o moldou: evolução para novas estruturas, integração geopolítica e integração histórica.

No que diz respeito à evolução, os argentinos têm provas confiáveis disso, não apenas pelo bem que trouxeram à comunidade na época, mas também pelo desastre causado no país por aqueles que ousaram destruir nossa ordem. Mas, como se isso não bastasse, uma rápida olhada no que está acontecendo no mundo hoje apresentará os justicialistas como os precursores do que está se tornando um socialismo cristão nacional que acabará com as velhas estruturas políticas, econômicas e sociais em todos os continentes. A Igreja, normalmente tão conservadora, em sucessivas encíclicas tentou

acompanhar essa evolução que nós, os justicialistas, concebemos e implementamos há mais de vinte anos.

Em termos de integração geopolítica, que no mundo moderno se tornou uma palavra de ordem no despertar dos continentes, também fomos precursores, porque a primeira comunidade econômica que levou à formação do Mercado Comum Europeu, com vistas aos Estados Unidos da Europa, começou em 1958 com o Tratado de Roma, enquanto em 1949, no Chile, já estávamos dando os primeiros passos para um tratado de complementação econômica com vistas a uma comunidade econômica latino-americana, com os mesmos objetivos. A maioria dos países aderiu a esse tratado, até que o imperialismo, que não quer nossa integração, usando os “sipaios” de dentro e seus satélites de fora, tentou torná-lo ineficaz e anular seu renascimento com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que não permite a unificação nem pode garantir o livre comércio que, em um mundo organizado em mercados comuns, é algo que não tem razão de existir.

Em termos de integração histórica, também fomos precursores: em 1946, lançamos nossa “Terceira Posição” de Buenos Aires, que aparentemente caiu no vazio. Mas vinte anos se passaram e, hoje, dois terços do mundo estão lutando por um lugar nela, e surgiu o “Terceiro Mundo”, que já está sacudindo os cinco continentes. Isso é lógico, já que se trata de uma guerra de libertação; no entanto, apesar da pressão imperialista, a leste e a oeste da famosa cortina, as pessoas ainda estão lutando ativamente por uma integração que é essencial, não para se libertar, mas para consolidar essa libertação.

O exemplo que temos é a Argentina que, durante os dez anos de governo justicialista, era livre e soberana, mas a coalizão da sinarquía internacional com os “sipaios” vernáculos a esmagou, o que demonstra que um país pode se libertar isoladamente, mas essa libertação não pode ser consolidada se não nos integramos a esse “Terceiro Mundo”.

Nós, os justicialistas, pagamos, tanto em evolução quanto em integração geopolítica e histórica, o preço que os precursores sempre pagam, mas nossa ideologia e nossa doutrina continuam de pé, cada dia mais válidas, enquanto surge uma “Revolução Argentina” que esmaga docilmente o imperialismo que está sendo combatido em todos os lugares, como foi combatido por todos os povos e em todos os tempos, desde os fenícios até os dias de hoje.

Se alguma coisa doutrinária deve ser mencionada no peronismo, tudo decorre dessas três principais linhas inspiradoras do que tentamos fazer no campo efetivo das reformas integrais, que hoje não obedecem às premissas ultrapassadas de alguns ideólogos antiquados, mas às realidades que a vida moderna nos apresenta todos os dias como imperativos inevitáveis.

Como a experiência é a parte mais eficaz da sabedoria, antes de tratar do tema do Mercado Comum Latino-Americano, quis mencionar nossa experiência a esse respeito, que, para torná-la mais eloquente, procurei apresentá-la vinculada aos fenômenos que lhe são colaterais. Nada poderia estar mais longe de nossa intenção do que fazer propaganda barata de nosso sistema ou de nossa ideologia que, criada para a Argentina, obedece a suas necessidades e às condições originais de sua vida e desenvolvimento.

Em 1950, quando o justicialismo estava em ascensão na Argentina, fomos convidados por alguns simpatizantes de vários países latino-americanos a organizar uma “Internacional Justicialista” com a ideia de estender nossa ideologia a outros países do continente.

Nossa resposta foi negativa, pois consideramos inadequado que uma doutrina nacionalista fosse transformada em uma ideologia internacional. Ainda pensamos da mesma forma, mas oferecemos a nossos irmãos e irmãs sul-americanos nossa experiência, nossas ideias, caso, de alguma forma, elas possam ser úteis para eles em seus casos e situações particulares. Isso é tudo.

A IDEIA DE UMA COMUNIDADE HISPANO-AMERICANA

A ideia de uma Comunidade Hispano-Americana nasceu com a independência de nossos países. Primeiro do Chile e do Peru, depois, inspirados por Bolívar, vieram as primeiras tentativas, que sempre fracassaram por vários motivos. A oposição, é preciso confessar, veio principalmente de Buenos Aires, que, por várias razões, manteve uma abordagem um tanto isolacionista. Os três congressos realizados no México com a mesma intenção não foram mais felizes, tampouco o tratado de união assinado pela Colômbia e pelo Peru, aberto à assinatura dos demais países do continente, que dizia: “Todos os Estados da antiga América Espanhola, unidos, fortes e poderosos, apoiando juntos a causa da independência”.

Não podemos afirmar que houve alguma interferência extracontinental concreta na época, mas a declaração de Bolívar é realmente sugestiva: “Parece que a própria Providência destinou os Estados Unidos, em nome da própria liberdade, a cobrir a América com os flagelos da miséria”. Muito mais explícito é o livro de Z. Romanova, *A expansão econômica de Estados Unidos em Latino-américa*, que, referindo-se ao mesmo assunto, afirma: “Ao analisar a expansão econômica dos EUA na América Latina, deve-se dar atenção especial ao exame do Mercado Comum nela. O imperialismo norte-americano não apenas deformou a estrutura econômica dos países latino-americanos, mas também isolou esses países. O princípio de “dividir para reinar” tem sido um dos favoritos no arsenal colonialista do imperialismo norte-americano. Foi o que melhor ajudou aos monopólios dos EUA a se apoderarem da riqueza natural das nações latino-americanas e a subjugar-las à sua economia.

Os fatos parecem confirmar parcialmente essas afirmações: já em 1820, foi feita uma tentativa de formar uma “aliança comercial geral” sob os auspícios dos Estados Unidos, com o Secretário de Estado Henry Clay liderando o caminho com a declaração: “Podemos criar um sistema do qual seremos o centro e no qual toda a América do Sul atuará conosco. Com relação ao comércio, seremos os maiores beneficiários: este país se tornará o repositório do comércio mundial” (Rodney Arismendi, *Por um dólar de história*).

Várias outras tentativas de criar “alianças comerciais” se seguiram nos anos seguintes, confirmando a intenção dos Estados Unidos de satisfazer o desejo de integração da América Latina com base em uma unidade comercial dependente do Grande Norte. Assim, em 1861, tentou-se reunir os países do Caribe; em 1889, tentou-se fazê-lo por meio da “União Tarifária Continental” na primeira Conferência Pan-Americana daquele ano, na qual ficou clara a intenção de deslocar a Europa para que os Estados Unidos fossem o único fornecedor da América Latina. Os esforços do então Secretário de Estado da União, James Blaine, fracassaram diante da firme decisão dos estados latino-americanos.

Assim, entramos no século XX; sob o signo da famosa “Doutrina Monroe”, foi feita uma tentativa permanente, sempre com os mesmos resultados, de integração americana, na qual a América Latina seria o cavalo e os EUA o cavaleiro. É exatamente isso que tem impedido a realização de qualquer integração continental. A existência da “Organização dos Estados Americanos” tem sido uma campanha

permanente para os antigos projetos, embora com resultados bastante limitados no que diz respeito à integração, porque todos os países das Américas tentaram evitar, de uma forma ou de outra, a absorção do Norte.

Durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, as tentativas de uniões econômicas foram intensificadas. Assim, em 1939, foi criado o Conselho Econômico e Financeiro Interamericano; e após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, na primeira sessão da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, foram discutidos os problemas comerciais latino-americanos; e na CEPAL, em 1949, foi discutida a criação de um sistema de *clearing* interamericano, ao qual os EUA se opuseram.

Nessas circunstâncias, o governo argentino promoveu a integração latino-americana por meio do Tratado de Complementação Econômica assinado em Santiago do Chile entre aquele país e a Argentina, mas que permaneceu aberto à adesão de outros países com o objetivo de tentar criar uma comunidade econômica sul-americana. A Bolívia, o Paraguai, o Equador, a Colômbia, a Colômbia e a Venezuela aderiram sucessivamente ao tratado. O trabalho estava em andamento para estender a assinatura a outros países, onde, por influência externa ou suspeita, havia dificuldades notórias.

Esse Tratado de Complementação Econômica tinha como objetivo inicial envolver os países irmãos do continente em uma ação econômica comum para defesa mútua, como ponto de partida para uma integração maior e mais abrangente, com os seguintes objetivos:

- Criar, graças a um mercado ampliado e sem fronteiras, as condições mais favoráveis para a utilização do progresso técnico e da expansão econômica;
- Evitar divisões que poderiam ser usadas para nos explorar de forma isolada;
- Melhorar o padrão de vida de nossos duzentos milhões de habitantes;
- Dar à América Latina, diante do dinamismo dos “grandes” e do despertar dos continentes, seu lugar de direito nos assuntos mundiais;
- Criar a base para os futuros Estados Unidos da América do Sul.

A impressão que eu tive, pessoalmente, quando observamos que o assunto não estava progredindo, era de que alguém de fora havia

“colocado um pau na nossa roda”, porque a oposição vinha especialmente de alguns países então considerados como estando no poder de “governos sipaios”. Entretanto, na mesma época, o problema do Mercado Comum para os países latino-americanos tornou-se uma questão de preocupação incomum, o que levou à primeira tentativa na sessão da CEPAL em 1956. Foi lá que duas comissões de especialistas foram nomeadas para elaborar um tratado sobre o Mercado Comum e para estudar um acordo de pagamentos multilaterais. Essa tentativa, que acabou se tornando um verdadeiro “Parto dos Montes”, resultou na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Assim, sob a dependência virtual dos Estados Unidos, com seus agentes pagos atuando como “economistas”, esse conceito de integração, que aboliria as tarifas alfandegárias sobre o comércio recíproco, reanimaria o comércio interamericano e fortaleceria a indústria, começaria a funcionar. Aconteceu que, quase simultaneamente na Europa, diante da criação da Comunidade Econômica Europeia que levaria ao Mercado Comum Europeu dos seis (a França, a Alemanha, a Holanda, a Itália, a Bélgica e o Luxemburgo), nasceu também a Associação Europeia de Livre Comércio, “dos sete”, promovida pela Inglaterra. Seu objetivo era claramente destruir a anterior, embora depois de algum tempo e em vista do fracasso total desta última, tenhamos visto o primeiro-ministro inglês perambulando pelas chancelarias dos seis, pedindo para ser admitido no Mercado Comum, como também aconteceu com os outros membros da Associação Europeia de Livre Comércio.

O mesmo está acontecendo com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio e com sua contraparte europeia e, diante de tal ameaça de “curar-se de sua má saúde”, por iniciativa dos Estados Unidos em Punta del Este, criando o Mercado Comum Latino-Americano. Se não se trata, de fato, de uma manobra que tenta reeditar os pensamentos abrigados desde 1820, que mencionamos, parece que sim. A Conferência de Punta del Este, de acordo com o que aconteceu, deu o tom sobre a necessidade de organizar uma comunidade econômica que poderia ser o caminho para uma integração geopolítica que, no mundo moderno, tornou-se uma necessidade, a ser realizada nas comunidades continentais em busca da integração política.

Como sempre, a Europa nos deu o exemplo ao organizar, por meio do Tratado de Roma de 1958, a Comunidade Econômica Europeia, que

deu origem ao Mercado Comum Europeu, por meio do qual está sendo consolidada uma unidade geopolítica que levará infalivelmente aos Estados Unidos da Europa.

MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO

Ao que tudo indica, a Reunião de Chefes de Estado Americanos em Punta del Este foi patrocinada pela “Aliança para o Progresso”, que se encarregou de toda a publicidade antes, durante e depois da Conferência, o que, se não justifica, pelo menos explica a presença do Presidente dos Estados Unidos em uma reunião que só poderia interessar aos países latino-americanos.

Nesse conceito, e conforme regido pelo texto das declarações, esse projeto de Mercado Comum é patrocinado por todos os presidentes das Américas (não da América Latina) e supervisionado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e, portanto, em resumo, contém:

Declaração dos Presidentes das Américas

“Os Presidentes dos Estados Americanos e o Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago, reunidos em Punta del Este;

“Resolvidos a dar expressão dinâmica e concreta aos ideais da unidade latino-americana e da solidariedade dos povos americanos, que inspiraram os criadores de nossas pátrias;

“Determinados a tornar esse propósito uma realidade de nossa própria geração, de acordo com as aspirações econômicas, sociais e culturais de nossos povos;

“Inspirados pelos princípios fundamentais do sistema interamericano, especialmente os contidos na Carta de Punta del Este, no Ato Econômico e Social do Rio de Janeiro e no Protocolo de Buenos Aires que altera a Carta da Organização dos Estados Americanos;

“Consciente de que a consecução dos objetivos de desenvolvimento nacional e regional baseia-se essencialmente na autodeterminação;

“Convencidos, entretanto, de que a consecução desses objetivos requer a colaboração resoluta de todas as nossas nações, a contribuição complementar da ajuda mútua e a expansão da cooperação externa;

“Comprometidos a dar um impulso vigoroso à Aliança para o Progresso e a acentuar seu caráter multilateral, a fim de promover o desenvolvimento harmonioso da região em um ritmo mais rápido do que tem sido até agora;

“Reunidos com o propósito de fortalecer as instituições democráticas, elevar o padrão de vida de nossos povos e assegurar sua participação progressiva no processo de desenvolvimento, criando para esse fim as condições apropriadas, tanto nas esferas política, econômica, social e sindical;

“Dispostos a manter uma harmonia de irmandade americana na qual a igualdade racial deve ser efetiva:

“Eles proclamam:

“A América Latina criará um Mercado Comum.

“Construiremos as bases materiais da integração econômica da América Latina por meio de projetos multinacionais.

“Uniremos nossos esforços para aumentar substancialmente as receitas do comércio exterior da América Latina.

“Modernizaremos as condições de vida de nossa população rural, aumentaremos a produtividade agrícola em geral e incrementaremos a produção de alimentos, em benefício da América Latina e do resto do mundo.

“Promoveremos resolutamente a educação para o desenvolvimento.

“Colocaremos a ciência e a tecnologia a serviço de nossos povos.

“Aumentaremos os programas para melhorar a saúde do povo americano.

“A América Latina eliminará gastos militares desnecessários.”

Tudo isso é precedido por uma Declaração do Presidente dos Estados Unidos, que, por sua vez, declara seu forte apoio a essa promissora iniciativa latino-americana.

Dessa forma, os presidentes latino-americanos concordam em criar, progressivamente, a partir de 1970, o Mercado Comum Latino-Americano, que deverá estar substancialmente operacional em não mais de quinze anos.

O Mercado Comum Latino-Americano será baseado no aprimoramento dos dois sistemas de integração existentes: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA).

Todo esse processo também responderá ao que já está pré-estabelecido nas “Medidas Comuns para os Países Membros da

Organização dos Estados Americanos (OEA)”, para as quais a “Aliança para o Progresso” concederá “ajuda” de acordo com as disposições da “Carta de Punta de Este”.

SIMULAÇÃO E REALIDADE

Em outras palavras, um novo sofá-cama no qual as pessoas dormirão mal e se sentarão pior. Se a verdadeira intenção dos Estados Unidos é aquela expressa por seu presidente, que “declara seu firme apoio a essa promissora iniciativa latino-americana”, por que não começa já com um apoio definitivo e efetivo, sem se envolver em um assunto que não lhe diz respeito?

Ou se cria o Mercado Comum Americano, caso em que os Estados Unidos têm todo o direito de intervir, depois de se colocar em pé de igualdade com seus parceiros, ou se deixa os países latino-americanos sozinhos para formar uma comunidade econômica que, depois de resolver os inúmeros problemas decorrentes dessa integração, dará origem a um mercado comum latino-americano, livre de compromissos que nada têm a ver com a integração que se busca.

Uma das circunstâncias mais curiosas que surgiram nessa “reunião”, da qual se dizia que os Estados Unidos estavam participando para oferecer ajuda, foi o fato de que apenas alguns dias antes da viagem do presidente Johnson a Punta del Este, o Senado dos EUA fechou para ele qualquer possibilidade de dar ou oferecer ajuda econômica aos países latino-americanos. Poucos foram os que não suspeitaram que essa recusa foi inspirada pelos próprios desejos do Sr. Johnson.

Uma comunidade econômica latino-americana que tenda à formação de um mercado comum encontrará sérios problemas que deverá resolver para que os diferentes países cheguem a um acordo, sem prejudicar nenhum de seus interesses e favorecendo economicamente todos eles, como aconteceu no melhor exemplo que temos: o Mercado Comum Europeu. É por isso que, antes de qualquer ideia de formação de um mercado comum, é preciso criar uma comunidade econômica para estudar e resolver todas as situações antagônicas que se opõem ao bem geral, porque, caso contrário, não se pode conseguir nada permanente nessa ordem de ideias. A comunidade econômica é o meio, o mercado comum é sua consequência.

Se a intenção dos chefes dos Estados americanos era apenas a formação de um mercado comum, o que foi feito só mostra o pouco

alcance que tiveram ao propô-lo, porque os tempos em que vivemos vão muito além de uma simples combinação mercantil que, pelas formas utilizadas, será, na maioria dos casos, inconsequente e inoperante. Quando, em obediência aos imperativos da evolução da humanidade, os continentes despertarem e virmos a Europa, a Ásia, a África, firmemente unidas, nós, latino-americanos, não poderemos contemplar sem dor o espetáculo de Punta del Este, onde dezoito presidentes latino-americanos se reúnem de mãos dadas com o dos Estados Unidos para estabelecer uma parceria ambígua e limitada, sem outro objetivo que o de obter a ajuda que os obrigue à submissão.

É por isso que esse “Mercado Comum Latino-Americano” nasce com seu cordão umbilical que o submete à Organização dos Estados Americanos, às suas diversas e suspeitas convenções, à ajuda para o progresso e, portanto, aos Estados Unidos da América. Todas essas esperanças de ajuda parecem transformá-los em mendigos incapazes de traçar seu próprio destino, sem a independência e a soberania que são os atributos da verdadeira grandeza dos povos que, como os homens, são grandes por sua dignidade e não por sua riqueza.

A Comunidade Latino-Americana e seu Mercado Comum só poderão alcançar seu destino se forem capazes de constituir uma integração real, que não apenas pense no futuro, mas que também anseie por realizá-lo. Para que isso aconteça, ela deve começar a fazer sua própria história, como sonharam nossos libertadores, e não como fingem nossos comerciantes. Para que isso aconteça, ela deve começar a fazer sua própria história, como sonharam nossos libertadores, e não como pretendem fazer nossos comerciantes. O materialismo cartaginês que pode ser inferido de tudo o que foi feito em Punta del Este revela eloquentemente a marca de uma inegável mediocridade.

Se uma comunidade latino-americana aspira a realizar seu destino histórico, não pode terminar com a integração econômica; ela também deve pensar no mundo ao seu redor para evitar divisões que outros possam usar para explorar seus povos; elevar o padrão de vida de seus duzentos milhões de habitantes, para dar à América Latina seu lugar de direito nos assuntos mundiais diante do dinamismo dos “grandes” e do despertar dos continentes, e começar a pensar em sua futura integração política, se não quiser sucumbir à arrogância dos poderosos.

O ano dois mil nos encontrará unidos ou dominados, a maior luta neste mundo superpovoado e superindustrializado será por

alimentos e matérias-primas. O melhor destino futuro estará nas mãos daqueles que tiverem o maior estoque de ambos. Mas a história prova que, quando os “grandes” precisaram de ambos, eles os tiraram de onde eles existiam, por bem ou por mal.

Nós, latino-americanos, temos as maiores reservas, porque nossos países ainda são virgens na exploração, mas também é por isso que o futuro é mais ameaçador. Se não nos unirmos para formar uma comunidade que nos proteja de tal ameaça, o futuro nos fará pagar caro por essa falta de compreensão, porque os povos que não querem lutar por sua liberdade merecem a escravidão.

Mas o mais original, se não o mais suspeito, é o apetite dos chefes de estado por ajuda econômica dos Estados Unidos, que consiste apenas nas duas únicas formas conhecidas até agora, além de equipamentos militares e armamentos. As duas formas são, de fato, empréstimos e o estabelecimento de empresas americanas. A assistência técnica não é gratuita, mas os países que a solicitam devem pagá-la por meio de técnicos, e geralmente a um preço muito alto.

Quando assumi o governo do meu país em 1946, apressei-me em declarar na Plaza de Mayo, diante de uma multidão de quase um milhão de argentinos, que “cortaria minha mão antes de assinar um empréstimo”. Eu disse isso para fechar qualquer porta aberta à tentação, e cumpri à risca: durante meus dois mandatos, não assinei um só empréstimo. Os argentinos trabalhando me ofereceram o melhor empréstimo, aquele que é feito com o esforço de um povo que tem dignidade e as outras coisas que são necessárias.

Recebi um país que tinha uma dívida externa de três bilhões e meio de dólares e entreguei o governo com a dívida totalmente quitada e com uma forte reserva financeira, depois de ter incorporado ao patrimônio nacional uma enorme quantidade de bens, representados pelos serviços públicos, a criação de uma marinha mercante de mais de um milhão e duzentas mil toneladas, uma frota aérea nacional, mais de cem mil obras públicas, um povo com o mais alto padrão de vida de toda a sua história, uma economia popular de abundância, em contraste com a economia de miséria que eu havia recebido nove anos antes.

Os Estados Unidos não apenas não nos ajudaram, mas nos sabotaram ininterruptamente e fizeram todo o possível para impedir nosso progresso. Como explicar que, nos únicos dez anos em que a Argentina ficou sem ajuda americana, foi a única vez em que conseguiu colocar sua economia nos eixos, apesar da guerra que travaram contra ela!

Como eu poderia agora acreditar que eles vão ajudar os países latino-americanos com seus empréstimos e com o estabelecimento de indústrias, cujos truques eu conheço bem e que foram a razão pela qual, durante meu governo, evitamos ambos. De fato, nossos países não são “subdesenvolvidos”, como as nações agora rotuladas como incivilizadas, mas, como consequência da confiança nessa “ajuda”, fomos descapitalizados primeiro e endividados depois, porque os americanos do Norte primeiro tornaram os países pobres e depois inventaram a ajuda para o progresso, que não é ajuda alguma, mas apenas mais uma especulação para continuar nos afundando na pobreza, como Bolívar já havia dito tão bem há um século e meio.

Em todo empréstimo feito nos Estados Unidos, metade do valor já está perdido quando é assinado. Isso resulta principalmente da supervalorização do dólar, devido ao fato de que, embora seja uma moeda respaldada pelo ouro, ela fixa o valor do ouro pelo dólar fiduciário e não o valor do dólar fiduciário pelo ouro que ele representa; em outras palavras, ela tem um preço político. Basta perguntar ao Banco da Reserva Federal o valor de uma onça troy e ele lhe dirá trinta e cinco dólares, mas se você tentar comprar uma, terá de recorrer ao mercado negro e descobrirá que lá, onde o preço obedece à lei da oferta e da demanda, uma onça troy custa de quarenta e dois a quarenta e cinco dólares. A área do dólar é um serviço de respaldo de ouro que este país, que tem ouro, dá à moeda dos países que não têm ouro; mas esse respaldo não é gratuito, mesmo que o “royalty” correspondente seja cobrado da maneira engenhosa mencionada acima.

Conseqüentemente, quando um empréstimo é feito, quando é assinado, 25% já está perdido por causa dessa supervalorização da moeda ianque. Como o empréstimo precisa ser efetivado por meio de um crédito a ser usado nos Estados Unidos, não é possível fazer uma oferta internacional e será necessário comprar a preços de catálogo que, em geral, são 15% mais altos do que os das ofertas internacionais; é preciso acrescentar mais 15% de perdas. Se acrescentarmos a isso os custos de transporte, dos quais pelo menos metade deve ser arcada pelos navios americanos, e o seguro no porto de embarque, teremos, em números redondos, outra redução de 10%, o que reduz o poder de compra do empréstimo para apenas 50% do que as pessoas terão de pagar posteriormente, com os juros correspondentes.

É assim que os amantes do “dinheiro doce” endividam seus países em benefício de uma verdadeira usura internacional.

Se essa causa de endividamento é inaceitável, não menos inaceitável é a maneira pela qual nossos países são descapitalizados por meio da história do estabelecimento de indústrias ou estabelecimentos comerciais. Há casos realmente inéditos. Napoleão costumava dizer que os exemplos deixam tudo claro.

Na República Argentina, o caso do frigorífico Smithfield é instrutivo; essa empresa, estabelecida em Avellaneda em 1895, trouxe para o país um milhão de libras (que, à taxa de câmbio da época, representava 11.250.000 pesos em moeda nacional) em bens de capital. Em seguida, ela obtém até 100 milhões de pesos em empréstimos sucessivos do Banco Nación Argentina, mas, quando gira seus lucros anualmente, o faz por meio de serviços financeiros por uma soma que representa 10% de seu capital total, 111 milhões de pesos, com a qual repatria o capital importado no primeiro ano e, em seguida, continua a descapitalizar o país a uma taxa de mais de 11 milhões de pesos por ano.

Quase todas as empresas estrangeiras que se estabelecem em nossos países procedem de maneira semelhante, quando não recorrem a muitas outras manobras ainda mais prejudiciais que levam a descapitalizações incalculáveis.

Se considerarmos que o mal de nossos países reside expressamente em sua descapitalização e endividamento, dos quais nunca conseguem sair, poderemos apreciar as vantagens que nos podem trazer as prometidas ajudas, que, além disso, muitas vezes nos obrigam a submeter-nos a exigências sociais e políticas que, através do famoso Fundo Monetário Internacional, chegam pelo canal econômico que não podem, de forma alguma, justificar uma rendição ignominiosa ou uma subordinação que beira a infâmia.

Se em uma comunidade latino-americana, com sua consequência, um Mercado Comum Latino-Americano, não serve para eliminar as causas dos roubos que temos apontado, ou para evitar o endividamento e a descapitalização que são nossos males permanentes, de que serve? Se, como no caso do que foi proposto em Punta del Este, essa “ajuda” for patrocinada, é o cúmulo do descaramento.

Esse não é o caminho que o presidente dos Estados Unidos pode oferecer de boa fé como ajuda real à América Latina. Em primeiro lugar, deveríamos pensar em nivelar as balanças de pagamentos com preços justos para suas matérias-primas e exportações, sem a sordidez e a especulação a que esses países estão sujeitos na compra de produtos manufaturados, bem como fazer com que as empresas ianques que se instalam na América Latina o façam como forma de

ajudar o desenvolvimento de nossos países e não como forma de nos descapitalizar permanentemente, quando não de nos penetrar e explorar. Quando se afirma que a “ajuda” deve ser para a “atividade privada”, já podemos saber do que se trata.

Durante meu governo, além de ter abolido todos os empréstimos, foi aprovada uma lei que estabelecia que os serviços financeiros em moeda estrangeira a serem recebidos anualmente pelo capital estrangeiro estabelecido no país não poderiam exceder 8% do capital importado e que, após cinco anos, eles poderiam repatriar seu capital a uma taxa de 20% ao ano.

Quando, depois de nove anos de governo justicialista, a Argentina havia alcançado o estado econômico mais próspero de toda a sua história, sem dívida externa, pela primeira vez em seus cento e cinquenta anos de existência, com uma indústria em rápido desenvolvimento, uma economia popular com alto poder aquisitivo e um estado financeiro equilibrado com uma reserva financeira apreciável, bem como um alto padrão de vida e inflação estagnada, os Estados Unidos se tornaram o centro da conspiração contra nosso governo, porque esse país não apenas não nos ajudou, mas quando nos ajudamos, não deixou nada a fazer para nos afundar.

Começou nos declarando uma “ditadura”, apesar do fato de termos sido eleitos por uma maioria esmagadora nas eleições mais livres e saudáveis da história política argentina. Por outro lado, caímos como resultado de uma conspiração, na qual o governo dos EUA não esteve ausente, apoiando e ajudando os monstros governamentais de Aramburu, que em apenas dois anos deixou uma dívida externa de 2 bilhões de dólares, e Frondizi, que em outros dois anos dobrou essa dívida.

Por isso, quando me falam de “ajuda para o progresso” e eu me lembro do que nos aconteceu nos últimos vinte anos, só posso dar vazão à minha justa indignação. Agora, em Punta del Este, o Presidente dos Estados Unidos, fazendo o papel de “Pai Eterno”, quer que acreditemos em sua palavra paternal, quando a experiência mais dura nos aconselha justamente o contrário.

Pensar que sob tais auspícios é possível alcançar uma integração pela qual temos algo a agradecer é como pedir peras a um olmeiro. Um Mercado Comum Latino-Americano, marcado por tal aberração, não pode conseguir outra coisa senão a rendição e a submissão, pagas com esperanças ao preço vil da necessidade provocada que, em última análise, será suportada pelas nobres costas dos povos na forma de fome, miséria e dor.

SEGUNDA PARTE

MENSAGENS PARA A UNIDADE

“EU NUNCA DEFENDI CAUSAS INOMINÁVEIS”*

A migos chilenos: venho de uma terra onde foi permanentemente afirmado por nosso intermédio que nosso governo fará o que seu povo quiser e não defenderá nenhum outro interesse que não seja o interesse do povo.

Em nome e por mandato desse povo, cuja dignidade reside na custódia de seu próprio valor e mérito, trago-lhes o abraço afetuoso dessa alma multitudinária que hoje abre seus braços ao coração do povo chileno, para abraçá-lo em um abraço afetuoso e fraterno de todos.

Não sou um caudilho político. Trago em minha vida como a mais preciosa honra o fato de ter sido declarado, por meus companheiros trabalhadores argentinos, o primeiro trabalhador da República.

Em nome desse povo trabalhador, que está sempre tão sólido e tão profundamente em meu coração, levo aos meus companheiros chilenos este abraço que sintetiza a solidariedade daqueles que trabalham aqui pela grandeza do Chile e daqueles que trabalham e se sacrificam lá pela grandeza e felicidade dos argentinos.

Em muitos idiomas, as suspicácias perguntaram qual era o objetivo da viagem do Presidente da República Argentina ao Chile. Eu nunca defendi causas inomináveis. As únicas causas que cabem no coração dos homens honestos são as causas confessáveis. Trago a esta terra, como sempre, uma causa amplamente confessável e, na presença do ilustre líder do Chile, quero dizê-la na linguagem simples do povo a este maravilhoso povo de O'Higgins.

* Discurso proferido em Santiago do Chile na assinatura do acordo com o país irmão em 22 de fevereiro de 1953.

Pensamos em nossa terra que, antes de procurar amigos a milhares de quilômetros de distância, preferimos procurá-los naqueles que têm uma história comum conosco e que, em nome da dignidade de nossas pátrias, devem observar a imagem livre por todos os séculos. É por isso que a iniciativa de Sua Excelência o Presidente do Chile encheu meu coração de argentino e americano.

Ela me traz a esta terra para dizer ao seu povo que o conheço e o admiro há trinta anos, que compartilhamos ideias semelhantes de fraternidade e solidariedade em nossas pátrias, que há trinta anos conheço sua honestidade e sua boa conduta, e que há trinta anos, sendo meu amigo, carregou-o no fundo do meu coração. E, companheiros, eu, que acredito representar o povo de meu país, e que estou convencido de que ele representa o povo de seu próprio país, vim a esta terra para lhe dizer, como dizem meus amigos, que lhe trago o coração aberto de meu país. Não somos comerciantes. Somos patriotas e amigos.

Com a altivez dos povos livres, viemos dizer a esse ilustre estadista que se desfaça de nós, porque acreditamos que, nestes tempos, é melhor fazer do que dizer, e melhor do que prometer é fazer.

Vivemos em tempos de indecisão. Meu povo, do qual cumpro um mandato implícito e explícito, do qual sou apenas um humilde instrumento, mas creio que interpreto profundamente os sentimentos do povo argentino, se declaro neste ato solene que acreditamos que a história dos povos é a luta do povo por sua liberdade e justiça. Que acreditamos que os povos não podem viver sem justiça e liberdade. Acreditamos que, ao longo de nossas vidas, temos visto sucessivas lutas em nome da justiça e da liberdade, no holocausto do qual milhões de seres humanos foram sacrificados, e que, quando essas lutas terminam, vemos que nem a justiça nem a liberdade brilham hoje neste mundo de vergonha e ignomínia.

Nossos trabalhadores, pensando nessa justiça e liberdade, que nunca chegam a este mundo diante do horizonte ameaçador, onde também se pensa que a luta futura será por justiça e liberdade, decidiram conquistar para si mesmos e em sua terra sua própria justiça e liberdade.

Não queremos mais uma justiça com os olhos vendados. Não queremos liberdade com ar condicionado. Queremos justiça para o nosso povo e liberdade para o nosso povo e para a nossa pátria. É por isso que estamos lutando e é por isso que morreremos, se necessário, porque sempre pensamos com o velho ditado de que é melhor,

em defesa da liberdade e em defesa da justiça, morrer de pé do que viver de joelhos.

Essas pessoas, que erguem as bandeiras de nossa reivindicação, afirmam a necessidade de o governo cumprir o mandato de justiça social, independência econômica e soberania política, que nos ordena, aos líderes argentinos, a fazê-lo em busca da felicidade do povo e da grandeza da nação, que estampou em sua Constituição todas as nossas obrigações e nossos direitos, em busca de mais liberdade e melhor justiça, diz ao povo do Chile por meu intermédio, como disse ao meu ilustre amigo General Ibáñez, que nós, argentinos, temos apenas uma palavra, temos apenas um sentimento que reflete o pulsar de nossos corações.

Nesta hora solene de nossos povos, digo em nome dessa pátria que os argentinos unidos aos chilenos oferecem sua cooperação, oferecem tudo o que têm, sem pedir nada, sem exigir nada; só viemos buscar o afeto desse maravilhoso povo do Chile, e esse afeto nos recompensará por tudo o que o futuro possa nos oferecer como sacrifício para servir nosso amigo até a última hora.

Quem pensou errado, prejudicou; esses acordos são em defesa de nossa conveniência, nossa história e nossos sentimentos. Não estamos contra ninguém, não pensamos em ninguém, e todas as suspeitas que possam ter sido inventadas no calor da calúnia e da ignomínia não atingem os homens que estão determinados a cumprir seu dever honestamente.

UNIÃO ECONÔMICA ARGENTINO-CHILENA*

A ação externa da República no último ano administrativo atingiu seu ápice na Declaração de Santiago, assinada em 21 de fevereiro, entre o Chefe de Estado e Sua Excelência o Presidente da República do Chile, General Carlos Ibáñez del Campo.

Esse instrumento internacional transcendental, que em breve será complementado pelos tratados completos previstos em seu texto, incorpora os anseios justicialistas de entendimento internacional, amizade e colaboração com os povos americanos e a unidade latino-americana sob os princípios invariáveis de respeito à autodeterminação dos povos e à independência econômica e soberania política dos Estados.

Assim que o General Ibáñez assumiu o cargo, foi possível apreciar as correntes de aproximação que, em muitas áreas da vida argentino-chilena, estavam abrindo caminho para resultados promissores. O governo argentino foi representado nesse feliz evento em nosso país irmão pelo chefe do Ministério das Relações Exteriores, e foi assim que a visita que o Chefe de Estado fez ao Chile entre 20 e 25 de fevereiro deste ano foi precedida por uma visita ao Chile do chanceler da Argentina.

O dia 25 de fevereiro deste ano foi precedido por um fortalecimento das relações que foi altamente significativo para a unidade latino-americana.

A cordialidade do governo e do povo chileno para com os líderes argentinos durante sua visita a Santiago, Valparaíso, Concepción e

* Extraído do Esboço Geral de Atividades correspondente à mensagem do General Perón na inauguração do Período Ordinário de Sessões em 1º de maio de 1953.

Andes é um sinal definitivo do reconhecimento do governo argentino. E na inteligência e na certeza de que o povo argentino endossa a ação empreendida além dos Andes, o governo argentino se comprometeu, por sua vez, a levar adiante, junto com o fraterno povo chileno, o grande programa estabelecido em Santiago.

Animados mutuamente por sentimentos fraternos semelhantes e por um espírito de adesão recíproca, o Governo e o Governo chileno assinaram o seguinte ato:

“Reunidos no Palacio de la Moneda, no dia 21 de fevereiro de 1953, o Excelentíssimo Presidente da República do Chile, General Carlos Ibáñez del Campo, e o Excelentíssimo Presidente da República Argentina, General Juan Perón, declaram solenemente: “Que ambos os governos unirão seus esforços para alcançar os ideais comuns e irrenunciáveis de seus povos, dando assim forma concreta ao espírito que animou a união do Chile e da Argentina, nos feitos históricos da Independência;

“Que inspirados pelos princípios comuns de soberania política, justiça social e independência econômica, consideram urgente a adoção de medidas tendentes a alcançar os objetivos de progresso e bem-estar de seus povos mediante a ação comum e coordenada de seus governos;

“Que essa unidade de ação pode agora ser traduzida em medidas que integrem e revigorem suas economias e, portanto, decidem estabelecer a união econômica dos dois povos, interpretando assim seu sentimento unânime e sua firme vontade;

“Convencidos de que, por meio da agregação de recursos financeiros, do estabelecimento de um Mercado Comum, da mobilização das indústrias comparativamente mais produtivas e da coordenação do desenvolvimento econômico dos dois países, pode-se alcançar um aumento muito maior na produção total do que resultaria da ação isolada do Chile e da Argentina, o esforço conjunto permitirá que ambas as nações elevem de forma mais eficaz e rápida seus padrões de vida, com o que os dois altos líderes dão expressão adequada à sua constante preocupação em aumentar a renda real de seus respectivos povos;

“Persuadidos de que a União Econômica Chileno-Argentina é também a realização do ideal pan-americano de cooperação entre as nações do Continente, por isso deixam claro que esta União estará aberta à adesão de outros povos irmãos;

“Dispostos a unir seus esforços para a defesa de seus interesses comuns, resolvem:

“Primeiro: Ambos os governos acordarão planos econômicos destinados a alcançar os objetivos contidos na presente Declaração, que permitam incrementar ao máximo o comércio; coordenar as respectivas produções e o comércio de suas mercadorias, aumentando os saldos exportáveis; promover o processo de industrialização mediante o aporte de capitais e todos os demais recursos ao alcance dos respectivos governos; e complementar, em suma, as economias do Chile e da Argentina.

“Segundo: Como parte fundamental desses planos econômicos, os Governos do Chile e da Argentina negociarão, no prazo de cento e vinte dias a partir desta data, um tratado que conduza à eliminação gradual dos direitos alfandegários, impostos, margens de câmbio, taxas excessivas e todas as demais medidas que onerem ou restrinjam as importações ou exportações entre os dois países.

“Terceiro: Além disso, dentro do mesmo período, os governos do Chile e da Argentina concordarão em facilitar, na medida do possível, os pagamentos entre os dois países, em particular para revogar ou modificar as disposições existentes sobre taxas de câmbio, movimentação de fundos, distribuição de divisas, formalidades administrativas e bancárias que dificultem tais pagamentos.

“Quarto: O sistema acima, ao qual o Chile e a Argentina desejam que os outros países vizinhos adiram, deverá ser capaz de ser integrado com os outros Estados do continente.

“Em testemunho do que, assinaram a presente Ata, em duas vias, sendo ambos os textos igualmente autênticos.”

“Assinado: Juan Perón Assinado: Carlos Ibáñez del Campo

“Endossado: Jerónimo Remorino Endossado: Arturo Olavarría

Com o objetivo de estimular e obter a franca manifestação dos sentimentos latentes do povo argentino, o Chefe de Estado, em sua chegada, ao explicar os frutos de sua visita ao Chile, fixou nos seguintes conceitos o dever argentino para com o povo chileno:

“Primeiro: Todo argentino deve saber que os povos do Chile e da Argentina, conservando a plenitude de suas soberanias nacionais, são povos real e efetivamente irmãos e, em consequência, devemos trabalhar pela grandeza do Chile e pela felicidade do

seu povo com a mesma fé e com o mesmo amor com que trabalhamos por nossa própria felicidade.

“Segundo: A partir de hoje, os chilenos serão considerados compatriotas por todos os argentinos, e isso deve ser um slogan de honra nacional.

“Terceiro: Todo argentino deve se comprometer a trabalhar em seu lugar pela aproximação espiritual e material dos povos da Argentina e do Chile.

“Quarto: O Governo, o Estado e o povo argentinos utilizarão todos os recursos e meios que contribuam para consolidar a justiça social, a independência econômica e a soberania política no Chile, assim como nós lutamos pela nossa, porque essas são as únicas bases da união com a qual estamos comprometidos.

“Quinto: A união argentino-chilena não excluiu nem exclui a futura adesão dos povos irmãos da América sobre as mesmas bases de justiça social, independência econômica e soberania política.

“Todo argentino deve saber que esta é uma ação construtiva, que não tem objetivos ofensivos, que não está dirigida contra ninguém e que seu único objetivo é a felicidade e a grandeza dos povos que a compõem ou que a comporão no futuro.

“Sexto: As organizações econômicas, sociais e políticas do povo argentino promoverão os maiores vínculos possíveis com suas congêneres chilenas, a fim de realizar uma ação harmoniosa e unida em defesa dos interesses comuns. O Governo dará seu mais amplo apoio a esses vínculos entre povos irmãos.

“Sétimo: A legislação geral argentina corresponderá, no futuro, à união dos povos do Chile e da Argentina.

“Oitavo: Os órgãos do governo e do Estado, na Nação e nas províncias, particularmente nas províncias e territórios limítrofes da irmã República do Chile, coordenarão sua ação com seus homólogos chilenos, com base em uma solidariedade real e leal.

“Nono: Todo ato contrário aos interesses comuns da união dos povos argentino e chileno será considerado pelos argentinos como uma falta de honra em relação ao compromisso assumido.

“Décimo: Os povos da Argentina e do Chile são depositários absolutos desta aliança colocada sob a proteção de Deus, fonte de todo amor, de toda justiça e de toda liberdade.

“Todo argentino deve estar persuadido de que a vigência e o desenvolvimento desta união assegurarão a grandeza da América e a felicidade de nossos povos”.

TRATADO APROVADO PELOS CONGRESSOS DO CHILE Y DA ARGENTINA

Assim foi a Lei de Santiago, a primeira ferramenta para alcançar a integração latino-americana. Posteriormente, em 8 de julho de 1953, foi publicado o texto do Tratado de União Econômica Argentina-Chile, aprovado pelos parlamentos de ambos os países, uma vez que seus regimes eram perfeitamente constitucionais.

O texto era o seguinte:

“Em conformidade com as disposições da Ata de Santiago do Chile, assinada em 21 de fevereiro passado, e de acordo com os princípios nela estabelecidos, em virtude dos quais os Governos da Argentina e do Chile se comprometem a coordenar seus esforços para alcançar os ideais de solidariedade que animarão a união da Argentina e do Chile nos feitos históricos de independência, e tendo em mente que as novas condições que regem a vida dos povos exigem que os governos desenvolvam e orientem as atividades econômicas de forma a garantir a Soberania Política, a Justiça Social e a Independência Econômica, o Tratado de União Econômica Argentino-Chileno foi aprovado pelos parlamentos de ambos os países, Justiça Social e Independência Econômica para seus povos, os Presidentes das Repúblicas da Argentina e do Chile, Sua Excelência o General Juan Domingo Perón e Sua Excelência o General Carlos Ibáñez del Campo, no exercício de suas funções soberanas, acordam o seguinte Tratado de União Econômica Argentino-Chileno:

“Artigo 1. A União Econômica Argentino-Chileno será implementada de acordo com as normas fundamentais estabelecidas no presente Tratado e na forma e nas condições estabelecidas pelos Convênios acordados pelas partes contratantes.

“Artigo 2. As normas fundamentais a que se refere o artigo anterior são as seguintes:

Em matéria de complementação econômica: o acordo de planos econômicos destinados a levar ao máximo o intercâmbio comercial; a coordenação das respectivas produções nacionais e o aumento dos saldos exportáveis das mesmas; o desenvolvimento da industrialização de ambos os países mediante o aporte recíproco de capitais e todos os demais meios ao alcance

dos governos acordantes. Os planos acima mencionados terão como objetivo, em primeira instância, estabelecer as bases para a complementação econômica recíproca nos campos da produção florestal, mineira, agrícola, industrial e energética. Na área de gravames de importação e exportação: a eliminação de direitos alfandegários, impostos, margens de câmbio, taxas excessivas e qualquer outra medida que onere e restrinja as importações ou exportações entre ambos os países. Essas reformas devem ser realizadas, quando necessário, de forma gradual e coordenada, levando em conta também, quando apropriado, o tratamento a ser aplicado a outros países. Para esse fim, serão elaboradas listas de produtos originários da Argentina e do Chile que serão imediatamente isentos de tarifas alfandegárias quando de sua introdução no outro país. Também será promovida uma maior simplificação das exigências alfandegárias, e a documentação necessária para identificar a origem das mercadorias será unificada.

Com relação ao câmbio: os regimes em vigor na Argentina e no Chile que regulam a movimentação de fundos, as taxas e permissões de câmbio e a distribuição de moeda estrangeira serão modificados e coordenados para permitir o mais alto nível de intercâmbio comercial e financeiro. Esses regimes também serão administrativamente simplificados para obter o máximo de simplicidade, rapidez e eficiência.

Com relação à movimentação de fundos, será introduzido um sistema prático e flexível de contas de pagamento, e as transferências de capital, lucros e renda, sob qualquer forma, provenientes de investimentos ou negócios realizados por cidadãos de qualquer um dos países no outro país, serão facilitadas para o país de origem da forma mais equitativa possível.

Todas as medidas cambiais e monetárias que atualmente impedem, ou que venham a impedir no futuro, o desenvolvimento progressivo do intercâmbio comercial entre os países signatários deverão ser eliminadas.

Serão concedidas facilidades para a liquidação, transferência e disponibilidade dos saldos da balança de pagamentos.

Com relação ao comércio: serão feitos acordos especiais para o fornecimento recíproco dos principais produtos nacionais, em uma base tão estável quanto possível para garantir o fornecimento para ambos os países.

Na área de acordos zonais: serão estabelecidos regimes especiais para proporcionar uma abordagem ampla e equitativa para a solução de problemas de fronteira zonal com relação ao comércio e aos suprimentos locais.

Em matéria de crédito: ambos os países concederão facilidades financeiras adequadas e oportunas para permitir a aquisição de produtos sujeitos a intercâmbio e para facilitar o processo de desenvolvimento e implementação coordenada de suas respectivas economias.

Quanto à tributação: serão encontrados meios para colocar os consumidores da Argentina e do Chile em pé de igualdade com relação aos impostos cobrados sobre os bens de consumo que estão sendo trocados, e as cobranças de impostos de ambos os países sobre esses bens serão coordenadas.

Sobre o livre trânsito de mercadorias: deverá ser acordado um regime para facilitar o livre trânsito de mercadorias originárias de um dos países pelo território do outro, para exportação a terceiros países. Essa isenção também incluirá as facilidades necessárias para permitir a importação, de um dos dois países através do território do outro, de mercadorias originárias de terceiros países.

Serão acordadas facilidades para o estabelecimento de zonas de armazenamento gratuito de cada um dos dois países nos portos marítimos e terrestres do outro.

No campo do transporte: os serviços de transporte terrestre, marítimo e aéreo entre os dois países serão sistematizados e integrados a fim de adaptá-los de forma eficiente e econômica às necessidades do comércio.

Em particular, serão concluídos os estudos para o traçado da ferrovia Transandina do Sul, a fim de permitir que sua construção seja concluída o mais rápido possível, e a capacidade operacional e de tráfego das ferrovias Transandinas do Norte e do Centro será aumentada por meio de obras, sinalização, reforço e adaptação do material rodante, na medida adequada aos objetivos almejados. Além disso, serão organizados serviços combinados com outras linhas ferroviárias.

No campo das comunicações: o desenvolvimento dos serviços de comunicações postais, telegráficas, telefônicas etc. existentes será explorado e expandido por meio da celebração de novos acordos.

No campo do trânsito de pessoas e do turismo: o trânsito de pessoas entre os dois países, bem como o turismo em todas as suas formas, será facilitado pela conclusão de novos acordos especiais. “Artigo 3. Os Governos Contratantes submeterão à aprovação legislativa os acordos que forem necessários, de acordo com suas respectivas Constituições.

“Artigo 4. Os Governos da Argentina e do Chile comprometem-se a criar em cada país um órgão nacional permanente denominado Conselho Nacional da União Econômica Argentino-Chilena, composto por cinco membros titulares e cinco membros suplentes. Os Conselhos reunidos em ambos os países formarão o Conselho Geral da União Econômica Argentino-Chilena.

“Artigo 5. Os Conselhos Nacionais da União Econômica serão responsáveis por estudar, promover e propor aos seus respectivos Governos e ao Conselho Geral os planos e projetos apropriados para pôr em prática os princípios contidos na Ata de Santiago, as estipulações acordadas no presente Tratado ou em outros acordos complementares.

“Artigo 6. Caberá ao Conselho Geral tomar conhecimento dos assuntos que lhe forem submetidos pelos Conselhos Nacionais, aprová-los, rejeitá-los, modificá-los ou coordená-los, e submetê-los, por intermédio dos referidos Conselhos, à decisão dos Governos signatários.

O Conselho Geral poderá solicitar relatórios aos Conselhos Nacionais sobre assuntos que considere de interesse para a melhor complementaridade das economias de ambos os países, e também poderá solicitar preferência para o estudo e a resolução de problemas relacionados aos mesmos ou a outros assuntos. Também será responsabilidade especial do Conselho Geral examinar o estado de implementação dos Acordos adotados pelos governos e sugerir medidas que conduzam ao seu melhor desenvolvimento e aplicação.

“Artigo 7. O Conselho Geral se reunirá ordinariamente a cada três meses para os fins indicados no artigo anterior. Ele se reunirá em sessão extraordinária sempre que for solicitado, para um fim específico, por qualquer um dos governos; nesse caso, somente os assuntos incluídos na convocação da reunião poderão ser discutidos.

As reuniões do Conselho Geral, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, serão realizadas alternadamente em Buenos Aires e

em Santiago do Chile, e serão presididas pelo Chefe de Estado do país em que forem realizadas, por seu Ministro das Relações Exteriores ou, em sua ausência, pelo Ministro de Estado designado pelo Presidente da República de cada país.

“Artigo 8. O Conselho Geral, que será constituído dentro de noventa dias da data de assinatura do presente Tratado, adotará suas regras de procedimento e fixará seu orçamento anual, que será suportado igualmente pelos dois países.

“Artigo 9. As conclusões do Conselho Geral serão apresentadas por escrito pelas Comissões Nacionais a seus respectivos governos.

“Artigo 10. Os Governos da Argentina e do Chile ratificam seu desejo de que a presente união seja integrada por todos os povos fraternos da América sobre as bases fundamentais indicadas na Ata de Santiago.

Em testemunho disso, assinaram em duas cópias igualmente válidas em Buenos Aires, no oitavo dia de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e três.

Assinado: Juan Domingo Perón - Carlos Ibáñez del Campo.

MENSAGEM AOS PAÍSES NÃO ALINHADOS*

A presença da Argentina nesta grande IV Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados é amplamente justificada, como expressou magistralmente nosso chanceler, o Embaixador Alberto Vignes, pela tradicional posição de respeito e solidariedade que o povo argentino sente por todas as nações do mundo.

Como fiéis expoentes de nossa posição internacional, lutamos nacionalmente para conseguir uma Pátria Justa, Livre e Soberana, como proclama nossa Doutrina Justicialista.

Há mais de trinta anos estamos levantando essa bandeira de liberdade e soberania, sofrendo com grandeza patriótica os tremendos ataques da reação imperialista. A luta tem sido árdua, mas finalmente a verdade prevaleceu sobre a insídia, a ponto de hoje quase todos os cidadãos de nosso país terem se unido, em um ato de verdadeira consciência nacional, para enfrentar o inimigo comum e construir a grandeza da Pátria. O ponto de partida de nossa ação revolucionária deu um conteúdo filosófico ao movimento, do qual emanou nossa doutrina justicialista. Mas, apesar de nossa sinceridade e de nossos esforços, as informações que circularam pelo mundo sofreram as distorções e mutilações habituais, deturpando o nobre significado que as anima. Esse significado é marcado pelo profundo respeito que temos pela dignidade dos seres humanos em todos os aspectos da vida, colocando-os acima dos bens materiais. Esse é o ponto de partida do Justicialismo.

* Discurso do Presidente Juan Domingo Perón na Quarta Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados, realizada em setembro de 1973 em Argel, Argélia.

Peço aos membros do Congresso que me permitam uma breve explicação da realidade atual de nossos princípios, para que possam verificar a razão de ser de nossa precursora Terceira Posição, proclamada há trinta anos e que continua válida até hoje nesta mesma assembleia dos países não alinhados. Essa explicação também mostrará por que o justicialismo tem, teve e sempre terá validade, apesar de todas as manobras ardilosas que o imperialismo forjou nos dez anos de nosso governo e nos dezoito anos de perseguição e exílio infame que sofremos após o golpe de Estado de 1955.

Quando, em 1943, um grupo de homens de armas decidiu libertar o país da dependência estrangeira por meio de uma verdadeira revolução nacional, também tivemos que enfrentar um cenário mundial triste e opressivo, em um mundo que acabara de passar por uma grande guerra, cujas consequências são conhecidas por todos.

Pessoalmente, eu tinha acabado de vivenciar a situação na Europa e percebi a necessidade urgente de concentrar os destinos da humanidade em uma base mais firme e duradoura do que a força das armas ou o poder do dinheiro. Certamente, os milhões de seres humanos que deram suas vidas patrioticamente, acreditando que estavam fazendo isso em benefício da democracia ou da liberdade, devem agora estar tão arrependidos no mundo espiritual quanto os milhões de seres humanos que, após a guerra, tiveram de sofrer as iniquidades dos vencedores.

Com a alma cheia de espírito patriótico e sem mesquinhez de qualquer espécie, aqueles revolucionários do ano de 1943 lançaram uma proclamação que eu mesmo havia escrito na noite anterior. Nesse ponto de partida, dissemos ontem a mesma coisa que mantemos hoje, trinta anos depois. Seria impossível manter uma falsidade por tantos anos porque uma mentira tem pernas muito curtas. A verdade, por outro lado, emerge por sua própria presença, sem a necessidade de artifícios.

O grego Demóstenes disse: “Não é possível adquirir poder duradouro por meio de injustiça, perjúrio e mentiras. Um poder pode resistir por uma vez e por algum tempo, e até mesmo, se necessário, desfrutar de um grande florescimento de esperança, mas no final sua fraqueza é descoberta e ele murcha por conta própria. Pois assim como, em minha opinião, é necessário que em um edifício, navio ou outra fábrica do gênero, os alicerces sejam a parte mais sólida, também é bom que os princípios e alicerces políticos sejam sinceros e justos”.

Isso foi dito pelo sábio Demóstenes há mais de 2000 anos, mas a ambição do imperialismo não permite que eles sejam informados da existência da história até que a sofram em sua própria carne, com o castigo que o tempo impõe àqueles que vão contra as leis naturais do respeito mútuo.

E assim nasceu o justicialismo, com as mesmas frases da proclamação revolucionária de 4 de junho de 1943, acima mencionada, quando, referindo-se a assuntos internacionais, dissemos: “Lutaremos para manter a soberania real e integral da Nação, para cumprir fielmente o mandato imperativo de sua tradição histórica, para tornar efetiva uma união e colaboração latino-americana absoluta, verdadeira e leal, e para cumprir nossos compromissos internacionais”.

E foi também nessa mesma ocasião que eu disse aos meus companheiros revolucionários que as premissas fundamentais de nosso trabalho deveriam ser as seguintes: primeiro, alcançar a unidade nacional. Essa unidade de todos, que é a única coisa que torna um povo grande. Eu queria a unidade nacional para que, quando fosse necessário sofrer, todos nós sofrêssemos igualmente e, quando chegasse a hora de desfrutar, todos nós desfrutaremos igualmente. O outro postulado era o da justiça social, de profundo conteúdo humano, sem o qual qualquer revolução não passaria de um mero movimento de tropas.

A herança ideológica de nossa Doutrina Justicialista está focada em trabalhar pela felicidade do povo e garantir a grandeza futura da pátria. Queremos uma Argentina socialmente justa, economicamente livre e politicamente soberana.

No que diz respeito à política internacional, os termos de nossas ações são claros e precisos. Desde o momento em que o Justicialismo nasceu, defendemos os seguintes princípios e objetivos internacionais básicos:

1º A defesa integral da soberania nacional em todo o nosso território e, especialmente, na Antártida Argentina, nas Ilhas Malvinas e em suas ilhas dependentes.

2º O exercício pleno da justiça social, da independência econômica e da soberania política como base para garantir a felicidade de todos os povos do mundo, por meio da realização de sua própria justiça e liberdade.

3º A Terceira Posição como uma solução universal distinta do marxismo internacional dogmático e do demoliberalismo capitalista que levará à anulação de toda dominação imperialista no mundo.

Nossa Doutrina Justicialista afirma claramente: “Desejamos viver em paz com todas as nações de boa vontade do mundo”.

A política da Argentina foi, é e sempre será pacifista e generosa. Nossa política internacional é de paz, amizade, trabalho e aspiração ao comércio honesto e livre.

A Argentina jamais se envolverá em qualquer ação que pressuponha agressão contra qualquer povo da Terra.

A doutrina internacional de nosso país é perfeitamente clara e poderíamos defini-la com um antigo provérbio cristão, que diz o seguinte: “Cada um em sua casa e Deus na casa de todos”.

Nós, argentinos, temos uma forte consciência latino-americana porque compartilhamos uma história, um idioma, uma religião e costumes comuns, que são laços suficientes para fortalecer a unidade continental.

Somos partidários decididos de uma efetiva aproximação espiritual dos povos da América e de uma colaboração recíproca no campo econômico. Não podemos aceitar que, em nome dos interesses do continente, haja qualquer interferência em nossa economia interna e em nossa política externa. O povo argentino jamais aceitará a interferência estrangeira em sua ordem interna.

Com relação ao homem como expressão racional da criação divina, nossa filosofia afirma: o homem é o valor predominante da história, da vida, do trabalho e da luta. Ele é composto de alma e corpo, de vocações, esperanças, necessidades e tendências. A pátria é formada, antes de tudo, por homens, e nem o campo, nem a máquina, nem o dinheiro podem ser fatores que se sobreponham ao homem, que é quem sofre e trabalha e sem o qual nem os campos, nem o gado, nem o dinheiro têm qualquer valor.

Nossos conceitos doutrinários sobre o povo expressam que é sempre o povo, em suas muitas variedades e dissonâncias, que realiza as grandes concepções. Sem o calor das pessoas, as mais belas criações da mente permaneceriam arquivadas. É somente quando encontram o espírito vivificante das pessoas que a ideia se transforma em ação e a ação em trabalho. Os grandes povos são aqueles que querem ser grandes. *Somente o povo pode salvar o povo.*

Os povos cuja liberdade política é praticamente inexistente, que são economicamente fracos, socialmente convulsionados, em desordem e anarquia, não têm uma política externa definida. Eles formam uma parte dócil de constelações superiores, sejam elas políticas ou econômicas.

Um povo cuja grande maioria dos homens é escrava não pode ser livre, assim como um povo de homens livres não pode ser subjugado. A liberdade de um povo reside em cada um de seus homens e, diante dessa liberdade, nenhum poder na Terra pode prevalecer.

Talvez essas afirmações dos postulados praticados pelo Justicialismo, dentro de uma corrente filosófica profundamente humanista, não indiquem, possivelmente, nada de novo aos congressistas, uma vez que todas as correntes de pensamento institucional do mundo, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou religiosas, falam profusamente hoje em dia de justiça social.

Mas gostaria de lembrá-los de que essas premissas foram anunciadas pelo Justicialismo há trinta anos. O simples fato de só recentemente terem se tornado válidas hoje talvez se deva à inexperiência e à solidão dos pioneiros, já que não tínhamos as condições ambientais adequadas para assimilar nossa Terceira Posição, que hoje se traduz em um Terceiro Mundo em ação.

O tempo, que tudo equilibra, e o fiel cumprimento de nossa doutrina provaram, sem sombra de dúvida, que estávamos falando a verdade. Essa mesma verdade nós continuamos a expor. Fazemos isso porque as verdades, quando realmente são verdadeiras, não podem mudar, apenas suas formas de aplicação mudam.

A verdade, como Deus, permanece imutável no tempo e no espaço, esperando que a insensatez humana se digne a considerá-la.

E surge a pergunta: o que é a Terceira Posição?

A decisão de lançar nossa Terceira Posição ao mundo teve motivos profundamente enraizados na sensibilidade nacional de nosso povo, e não há dúvida de que a sensibilidade é um dos maiores ornamentos do ser humano.

Vimos que a história dos povos parece ser o texto da tragédia da liberdade do homem e da liberdade das nações. Diante de uma situação tão triste, poderíamos afirmar que as únicas ferramentas que podem ser usadas para derrotar tal angústia devem ser a aplicação da paz, da compreensão e do respeito mútuo, juntamente com uma unidade de ação e propósito.

A humanidade não pode ser salva se continuar a luta sangrenta contra todos os valores materiais, espirituais e morais em uma tentativa planejada de sobrepor os interesses individuais às necessidades gerais.

Nosso mais profundo anseio é querer que todas as nações e todos os povos do mundo se amalgamem em um único senso de identidade,

cujo entendimento e intensidade nos levarão a uma compreensão plena de como precisamos uns dos outros, criando assim aquela correspondência ideal em que o trabalho, o pensamento livre e a construção constante são os direitos humanos que nos aproximarão do progresso, da civilização e de sua estabilidade.

Foi com base nisso que, ao nos declararmos a favor de assumir uma Terceira Posição, dissemos: “Diante de nós, o demoliberalismo capitalista, puramente individualista, e o coletivismo do marxismo dogmático internacional se erguem triunfantes, estendendo a sombra de suas asas imperialistas, ameaçando os povos do mundo que, angustiados, sofrem no silêncio da impotência a escravidão econômica da pressão imperialista ou, na falta dela, o avanço ideológico reacionário sustentado pela pressão da força ou da violência”.

Para os argentinos de 1943, a perspectiva do mundo era sombria, já que, após a guerra mundial, a divisão das nações pelos dois gigantes triunfantes os colocou em um quadro de desespero, tendo que escolher entre ceder à exploração do capital imperialista demolicionista ou à do Estado, que havia se tornado o senhor absoluto da vida de seus povos.

Está claro que nenhuma dessas duas soluções nos levaria, argentinos, à felicidade que desejávamos para nosso povo. Foi assim que decidimos criar as novas bases de uma Terceira Posição que nos permitisse oferecer ao nosso povo outro caminho que não o levasse à exploração e à miséria.

Em uma palavra, uma posição puramente argentina, para argentinos, que nos permitisse seguir de corpo e alma o caminho da liberdade e da justiça que a bandeira de nossas glórias tradicionais sempre nos indicou.

Toda a filosofia dessa Terceira Posição está escrita na Doutrina Justicialista e perfeitamente delineada nas milhares de conquistas de nosso período de governo, nas conquistas sociais, sindicais e culturais de um povo que soube manter, sem vacilar, sua lealdade a esses princípios durante os dezoito anos de luta sangrenta banhada pelo sacrifício de muitos irmãos mortos, torturados e presos.

Quando povos fortes demonstram suas qualidades humanas ao mundo, o respeito atinge limites insuspeitados. Um exemplo claro disso são os corajosos companheiros da Ásia, que souberam defender sua soberania por gerações e, após sua vitória, alcançaram sua grandeza por meio do esforço de todos os seus cidadãos, ocupando um lugar privilegiado no consenso mundial.

Portanto, livre de todos os vínculos ideológicos alheios à nossa nacionalidade, a República Argentina pode falar com igual estatura moral a todos os países do mundo, estendendo sua mão generosa, aberta e franca, sem reservas de nenhum tipo, porque nosso justicialismo nos permite buscar e encontrar sempre as coincidências necessárias para que todos os povos encontrem nessa filosofia o caminho desejado para a liberdade.

Para resumir nossa Terceira Posição Justicialista, diremos que, na ordem política, ela implica colocar a soberania das nações a serviço da humanidade, em um sistema cooperativo de governo mundial, onde ninguém é mais do que ninguém, mas também ninguém é menos do que ninguém. Na ordem econômica, a Terceira Posição é a libertação dos extremos perniciosos de uma economia excessivamente livre e de uma economia excessivamente comandada para um sistema de economia social, obtido ao colocar o capital a serviço da economia.

Na ordem social, em meio ao caos que opera no mundo flutuante entre o individualismo e o coletivismo, adotamos um sistema intermediário cujo instrumento básico é a justiça social. Hoje, muitos países compõem o núcleo dos não-alinhados e essa mesma assembléia demonstra que o Terceiro Mundo está em ação positiva.

As metas ideais podem ainda não ter sido alcançadas, e alguns interesses isolados podem atrapalhar o grande objetivo, mas dois terços do mundo já estão unificados em um anseio defensivo comum, que será a única barreira contra o abuso dos poderosos, alcançando um equilíbrio global justo nessa difícil situação que se aproxima a passos largos à medida que o tempo passa e o século XX chega ao fim.

Não há dúvida de que a evolução humana em seus vários aspectos da vida, nacional e internacional, está se movendo, como tem feito ao longo da história de nossa Terra, em direção a uma maior integração. Do ser humano isolado, passamos para a família, da família para a tribo, depois para o estado primitivo, a cidade, o estado medieval, a nacionalidade e agora estamos caminhando para o continentalismo, conforme evidenciado pelas organizações do tipo Mercado Comum Europeu.

Como essa evolução não deve parar por aí, em face de uma Terra diminuída não no tempo, mas no espaço, pelo progresso da velocidade dos meios técnicos modernos, devemos pensar que o próximo estágio da evolução será infalivelmente o universalismo. Até o momento, talvez a maior desvantagem para a integração do planeta tenha sido justamente a enorme distância entre os grandes centros

populacionais dos vários continentes. No entanto, o progresso nos meios de transporte e comunicação eliminou essas dificuldades, a tal ponto que o que acontece em um polo é imediatamente conhecido em minutos no outro polo.

Levando em conta que ainda estamos no início das altas velocidades, é fácil imaginar que, em poucos anos, poderemos circundar a Terra em um curto espaço de tempo.

O mundo está maravilhado com o progresso da tecnologia espacial, em que o homem está trabalhando para estabelecer contato direto com os lugares mais distantes do espaço sideral. Ele já pôs os pés na lua e tem dispositivos mecânicos lá.

A ficção científica se tornou realidade. Mas, embora isso seja um avanço na ciência, também desperta os instintos de poder e os seres humanos tendem a se esquecer de sua pequenez. Ele cede à sua egomania e fabrica terríveis armas destrutivas, cujo uso causaria sua própria destruição. A loucura dos delírios de grandeza sempre causou a ruína de grandes impérios. A história prova isso, mas nós, homens, não aprendemos.

E novas expressões de imperialismo, colonialismo ou países meramente designados como satélites estão se tornando evidentes. Todos eles em suas diferentes variedades, mas todos eles são igualmente ofensivos à dignidade dos direitos humanos.

Em nossa época atual, dois gigantes, unidos pela conquista do mundo, mas observando um ao outro sorratamente para tirar proveito de qualquer descuido, exercem pressão de acordo com suas características sobre os indefesos países em desenvolvimento, buscando as matérias-primas e os alimentos de que precisam para manter seu enorme poder. Seu avanço é extremamente pernicioso para a vida dos povos que lutam com recursos escassos por sua libertação política, social e econômica em busca de sua soberania nacional. Em sua orfandade individual, esses povos estão se dando conta de que devem se unir para apresentar uma frente comum contra um inimigo comum.

E aqui repito uma frase que é fundamental para a vida de nossos povos, especialmente os da América Latina e todos os povos do Terceiro Mundo: no ano 2000, os povos estarão unidos ou escravizados. O que o futuro nos reserva? Um dos relatórios recentemente apresentados pelas Nações Unidas sobre a situação demográfica mundial é digno de profunda reflexão para aqueles que atuam ou dirigem os destinos das nações.

Ele mostra que o crescimento populacional é alarmante em um mundo que já sofre com a fome e a desnutrição. A década atual, de 1970 a 1980, pode ser a década de crescimento mais acelerado da população mundial já alcançada em sua média alta e, embora se espere que na última parte do século o aumento não seja tão acentuado, está claro que a população mundial, hoje de 3,6 bilhões, chegará a 6,5 bilhões no ano 2000 e precisará ser alimentada e protegida.

É interessante observar uma reflexão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, especializada em estatísticas para fins especulativos. Eles afirmam em seu relatório que é necessário observar uma eventual interrupção do crescimento da população mundial por volta do ano 2010, mas, apesar disso, estimam que, até o ano 2050, a população das regiões atualmente mais desenvolvidas poderia chegar a um total de 2 bilhões de pessoas e a das regiões menos desenvolvidas poderia chegar a cerca de 9 bilhões. Isso nos daria um número de 11 bilhões de seres humanos até o ano de 2050, e estamos a apenas setenta e sete anos dessa data.

Se enfrentarmos esse futuro com os elementos atualmente disponíveis, mas de forma desorganizada e individualizada, veremos que, exceto por algumas tentativas profiláticas fracas e esporádicas, as necessidades de saúde de um mundo desequilibrado e doente não serão atendidas. As populações de muitos países estão totalmente indefesas e sem defesa contra a disseminação de doenças epidêmicas e contagiosas. Muitos países africanos, por exemplo, têm uma taxa anual de mortalidade infantil de cerca de 200 crianças em cada 1.000 nascidas. Também no nosso querido continente latino-americano, tão rico e fértil e tão pobre e sacrificado em termos de saúde, as crianças morrem com a mesma intensidade que na África.

As causas são sempre as mesmas: falta de cuidados, desnutrição, falta de moradia decente e saudável. Mas, acima de tudo, a inércia e a insensibilidade causadas pelo cansaço de lutar sozinho, sem que o mundo veja a necessidade de combater esses flagelos da mesma forma que os vírus fazem quando encontram um corpo desnutrido e indefeso. Se os micróbios sabem se organizar e se multiplicar em seu ataque, resistindo a todos os esforços, por que nós, humanos, não fazemos o mesmo?

É verdade que os recursos da ciência e da tecnologia aumentaram muito os meios usados para erradicar as epidemias. Mas, ao mesmo tempo, essa mesma tecnologia trouxe a morte sem pudor ao mundo, quando suas máquinas criam a poluição do meio ambiente, anulando

o oxigênio ou, pelo menos, roubando-lhe a pureza, tão necessária à vida humana. Quando as águas de todos os rios são poluídas por resíduos industriais. Quando as explosões radioativas causam doenças e eliminam a fertilidade do campo, que já foi suficientemente castigado pela insensatez da humanidade; quando a fauna marinha, considerada a reserva do amanhã, é exterminada pelos resíduos de petróleo, plásticos e explosões nucleares marinhas.

Essa é a destruição que o mundo está caminhando a passos largos, nas mãos do mesmo homem que terá de sofrer suas consequências em um futuro não muito distante.

Assim, vemos que as pessoas estão entrando em um caminho de desespero, no qual todos nós, sem exceção, cairemos se não soubermos como nos unir, organizar e demonstrar solidariedade a tempo.

Temos doenças que não deveriam mais conviver com a raça humana, pois estão conosco desde os tempos bíblicos. A malária, embora esteja sendo combatida com afinco suficiente nos 146 países cujas áreas são obviamente maláricas, continua a avançar sem parar em áreas que não são maláricas. Ela é causada por serviços de saúde inadequados.

Tuberculose: sabe-se que há cerca de 20 milhões de pacientes com tuberculose infecciosa no mundo, que transmitem a infecção para outros 50 milhões de pessoas. Os relatórios explicam que existem meios profiláticos eficazes para combatê-la com sucesso, mas que há uma escassez de recursos humanos para aplicar a técnica, devido à falta de recursos financeiros. Uma declaração triste, em um mundo que esbanja milhões de dólares em armas de guerra ou em foguetes espaciais para nos levar a outros planetas, será que eles não pensam que, se continuarmos nesse caminho, só conseguiremos exportar para outros planetas milhões de esqueletos resultantes da falta de atenção às doenças?

A cólera, por sua vez, continua a se alastrar apesar de todos os esforços. As doenças venéreas, como a sífilis e a blenorreia, são responsáveis por um número alarmante de clientes. As estatísticas das Nações Unidas mostram que 30 a 40 milhões de pessoas são afetadas pela sífilis e mais de 160 milhões sofrem de infecções por gonorréia. E aqui a doença de Chagas e suas correlações cardíacas e uma longa lista de outras doenças endêmicas contagiosas, que levaria muito tempo para enumerar, nos mostram a verdadeira face de um mundo cheio de luzes brilhantes, paixões descontroladas, necessidades e violência, que não parece estar preparado para enfrentar a tremenda realidade que a expansão demográfica lhe reserva em curto prazo.

Se acrescentarmos a esse panorama o grande desperdício que fazemos de bens de consumo, especialmente os de primeira necessidade, teremos a obrigação de nos concentrar com a máxima urgência, seriedade e vocação de serviço nas medidas a serem tomadas em conjunto por todos os países do mundo, sem exceção alguma.

No entanto, essa situação poderá ser adequadamente resolvida se, deixando de lado os falsos apegos nacionalistas, nos colocarmos aberta e sinceramente no caminho do universalismo, formando o instrumento regulador mundial que permitirá a todos os países do mundo colaborar na produção dos elementos essenciais para o desenvolvimento e a subsistência dos povos, concedendo-lhes uma distribuição equitativa desses elementos, sem alterar em nada a soberania e a dignidade das nações.

Eu disse há poucos dias diante dos trabalhadores do meu país que somente a criação de um Terceiro Mundo poderia ser a garantia que a raça humana está esperando para desfrutar de um mundo melhor, onde não haja crianças pequenas que morram sem ver a vida, nem seres humanos que sofram miséria e doenças por falta de cuidados ou elementos sanitários. Todos os países do Terceiro Mundo devem se organizar firmemente nessa direção, deixando de lado tudo o que possa ser uma fonte de perturbação. A vida da raça humana exige isso.

Se os vários continentes não se unirem estreitamente, chegará o dia em que, com a escassez de alimentos e matérias-primas em todo o mundo, veremos os fortes tomarem impensadamente o que não lhes pertence, anexando ou eliminando, conforme acharem conveniente, países como se fossem meros brinquedos. Eles podem até nos dominar por telefone.

Ontem era a era das nacionalidades, hoje é a era do continentalismo, e muito em breve será a era do universalismo. É preciso trabalhar unidos, solidários e organizados, sempre respeitando os costumes e a soberania dos outros povos, mas sempre buscando a solução adequada para esses problemas prementes para o bem da comunidade universal e, quem sabe, um dia todos nós poderemos nos designar com o honroso título de cidadãos do mundo. Em nosso continente latino-americano, muitos líderes populares estão trabalhando nessa direção fraterna e os resultados obtidos são muito lisonjeiros, esperando que muito em breve cheguemos a um acordo importante, se não total. Nossos trabalhadores já estão formando a Confederação Geral do Trabalho Continental. Esse é um passo extremamente importante.

Também nessa tarefa, que é de todos nós e não de ninguém em particular, nós, argentinos, não buscamos lideranças ambiciosas, mas somos companheiros de uma mesma causa, baseada na felicidade dos povos, sem outro vínculo que a recompensa de uma amizade limpa e eterna.

Essa conduta, que recebemos de nossos antepassados e que é o dever inescapável de todo argentino, nos rendeu muitos amigos nas partes mais distantes do mundo, os quais valorizamos em toda a sua imensidão, pois quando os povos que lutam por sua liberdade se apoiam mutuamente, as raízes de sua amizade penetram até as fibras mais sensíveis da alma.

Se olharmos para os problemas que enfrentamos e que listamos, veremos que eles se originam da ganância e da imprevidência humanas, das características de certos sistemas sociais, do abuso da tecnologia, da ignorância das relações biológicas e da progressão natural do crescimento da população humana e do egoísmo de uma política imperialista equivocada em sua abordagem da soberania dos povos.

Essa heterogeneidade de causas também deve dar origem às mesmas variantes nas respostas, mesmo que, em última análise, elas tenham como denominador comum o uso da inteligência humana. Como proclama o Justicialismo, nós, os povos do Terceiro Mundo, devemos responder à irracionalidade do suicídio coletivo com a racionalidade do desejo de sobrevivência. E, como já fiz anteriormente em um apelo aos povos do mundo, reitero neste momento o que consideramos ser o plano mundial de cooperação, com a aplicação do qual conseguiremos deter e reverter a nosso favor essa marcha apressada rumo ao desastre mundial:

- 1º São necessárias e urgentes: uma revolução mental nos homens, especialmente nos líderes dos países mais industrializados, uma modificação das estruturas sociais e produtivas em todo o mundo, especialmente nos países de alta tecnologia onde a economia de mercado impera, e o surgimento de uma coexistência biológica dentro da humanidade e entre a humanidade e o resto da natureza.
- 2º Essa revolução mental implica a compreensão de que o homem não pode substituir a natureza na manutenção de um ciclo biológico global adequado, que a tecnologia é uma faca de dois gumes, que o chamado progresso deve ter um limite e que pode até ser necessário abrir mão de alguns dos confortos que a

civilização nos proporcionou, que a natureza deve ser restaurada tanto quanto possível, que os recursos naturais são esgotáveis e, portanto, devem ser cuidados e usados racionalmente pela humanidade, que o crescimento populacional deve ser planejado sem preconceitos de qualquer tipo, que, por enquanto, mais importante do que planejar o crescimento populacional é aumentar a produção e melhorar a distribuição de alimentos e o fornecimento de serviços sociais, como educação e assistência médica, e que a educação e a recreação saudável devem substituir o papel principal que os bens e serviços supérfluos desempenham atualmente.

- 3° Deve-se reconhecer inquestionavelmente que cada nação tem o direito ao uso soberano de seus próprios recursos naturais. Mas, ao mesmo tempo, cada governo tem a obrigação de exigir que seus cidadãos cuidem e usem esses recursos. O direito à subsistência individual impõe um dever em relação à sobrevivência coletiva, sejam cidadãos ou povos.
- 4° A modificação das estruturas sociais e produtivas no mundo implica que o lucro excessivo e o desperdício não podem mais ser a força motriz básica de qualquer sociedade, e que a justiça social deve se tornar a base de qualquer sistema, não apenas para o benefício direto das pessoas, mas também para aumentar a produção de alimentos e bens necessários; conseqüentemente, as prioridades de produção de bens e serviços devem ser alteradas em maior ou menor grau, dependendo do país em questão. Em outras palavras, precisamos de novos modelos de produção, consumo, organização e desenvolvimento tecnológico que, ao mesmo tempo em que priorizem a satisfação das necessidades humanas essenciais, racionem o consumo de recursos naturais e minimizem a poluição ambiental.
- 5° Precisamos urgentemente do desenvolvimento de um homem mentalmente novo, vivendo em um mundo fisicamente novo. Não é possível construir uma nova sociedade, baseada no pleno desenvolvimento da personalidade humana, em um mundo poluído pela poluição ambiental, exaurido pela fome e pela sede, enlouquecido pelo barulho e pela superlotação, permanentemente incitado ao vício, às drogas e à violência. Devemos transformar as cidades-prisão do presente nas cidades-jardim do futuro.
- 6° O crescimento populacional deve ser planejado, se possível imediatamente, mas por meio de métodos que não prejudiquem

a saúde humana, de acordo com as condições particulares de cada país. A República Argentina, por exemplo, não se encontra nesse caso, pois necessita de mais capital humano para seu desenvolvimento integral, e esse planejamento deve ser realizado no âmbito de políticas econômicas e sociais globalmente racionais.

- 7° A luta contra a poluição do meio ambiente e da biosfera, o desperdício de recursos naturais, o barulho e a superlotação das cidades e o crescimento explosivo da população do planeta devem começar imediatamente em nível municipal, nacional e internacional. Esses problemas em nível internacional devem ser colocados na agenda de negociações entre as principais potências e na vida permanente das Nações Unidas como uma prioridade real. Isso, como um todo, não é apenas mais um problema da humanidade, é o verdadeiro problema.
- 8° Todos esses problemas estão intrinsecamente ligados aos problemas de justiça social, soberania política e independência econômica do Terceiro Mundo, distensão e cooperação internacional. Muitos desses problemas terão de ser abordados em meio às diferenças ideológicas que podem separar indivíduos em suas sociedades ou estados na comunidade internacional.

Por fim, gostaria de me dirigir desta importante tribuna aos membros dos países não alinhados e a todos aqueles que compõem o Terceiro Mundo, de uma forma muito especial, uma vez que, devido às nossas características particulares, o problema premente nos atinge a todos muito de perto.

Devemos proteger nossos recursos naturais, com todas as nossas forças, da voracidade dos monopólios internacionais, que os buscam para alimentar um modelo absurdo de industrialização e desenvolvimento nos centros de alta tecnologia onde impera a economia de mercado. Não é mais possível produzir um aumento em grande escala na produção de alimentos no Terceiro Mundo sem um desenvolvimento paralelo das indústrias correspondentes.

É por isso que cada grama de matéria-prima que os países do Terceiro Mundo se permitem retirar hoje equivale a quilos de alimentos que deixarão de produzir amanhã. De nada adianta evitar o êxodo de nossos recursos naturais se continuarmos apegados aos métodos de desenvolvimento defendidos por esses mesmos monopólios, o que significa a negação do uso racional desses recursos.

Na defesa de seus interesses, os países devem buscar integrações regionais e ações solidárias.

Não se deve esquecer que o problema básico da maioria dos países do Terceiro Mundo é a ausência de justiça social genuína e de participação popular na condução dos assuntos públicos, sem que isso signifique a violência ou a desorganização que muitas vezes resultam da improvisação. Tudo deve ser feito em sua medida adequada e de forma harmoniosa.

Sem uma verdadeira justiça social, o Terceiro Mundo não estará em condições de enfrentar as agonizantes e difíceis décadas que estão por vir.

A humanidade deve entrar em pé de guerra em defesa de si mesma. Nessa tarefa gigantesca, ninguém pode ficar de braços cruzados. É por isso que convoco todos os povos e governos do mundo a agirem em solidariedade, prontos para lutar pela liberdade e felicidade humanas, com toda a força telúrica que nossas origens comuns depositaram geneticamente em nosso sangue indígena. E, no sagrado Alcorão, lemos que o sábio profeta disse: “Faça por este mundo como se fosse viver sempre, e pelo outro como se fosse morrer amanhã”.

O homem é irmão do homem, quer ele queira ou não.

MENSAGEM PARA OS CHANCELERES DA BACIA DO PRATA*

Em primeiro lugar, e como é costume tradicional, gostaria de dar as boas-vindas aos Ministros das Relações Exteriores a este país, que também é seu. Não posso chamá-los de “convidados” do povo argentino porque, dentro de nossa grande família americana, onde quer que estejamos na América, devemos nos considerar em casa. É com isso em mente, Senhores Ministros das Relações Exteriores, que devemos trabalhar para o benefício regional comum. É assim que me sinto e é assim que digo.

Esta VI Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata, que começa hoje, tem uma tarefa muito importante a cumprir.

A imensa riqueza natural dessa região deve e pode ser intensamente explorada em benefício dos povos que a habitam. Se fizermos isso de forma racional, poderemos nos tornar as nações ricas do futuro, que é o que aspiramos, com razão, para o bem de nossos povos. Em um mundo onde a solidariedade não é mais um compromisso, mas uma necessidade imperativa, ter esse verdadeiro empório de riquezas é uma bênção de Deus que garante a participação de nossos países nas grandes soluções que a humanidade terá de tomar no futuro.

A região que compreende a Bacia do Prata é o coração da América. Possui, como já dissemos, grandes riquezas naturais e uma população de aproximadamente sessenta milhões de habitantes, que até o final

* Discurso proferido pelo Presidente Juan D. Perón na abertura da VI Conferência de Chanceleres da Bacia do Rio da Prata, no Centro Cultural General San Martín, na Cidade de Buenos Aires, em 10 de junho de 1974.

do século terá crescido para mais de cem milhões. Essa população surgiu do feliz encontro dos filhos de espanhóis e portugueses com os habitantes nativos dessa importante área do continente americano.

Mas se é uma região de riqueza imensurável, é também uma região de grandes contrastes, onde há lugares com altas taxas de mortalidade, onde há lugares onde o atendimento médico é quase inexistente e onde há uma luta incessante para combater o analfabetismo. Por outro lado, os dois maiores pólos de desenvolvimento da América Latina também estão localizados na Bacia do Prata. Ao lado de espaços econômicos vazios, há aglomerações humanas que estão entre as maiores do mundo. Os centros urbanos da Grande Buenos Aires e São Paulo, que hoje têm cerca de 16 milhões de habitantes, quase dobrarão de tamanho até o ano 2000, chegando a 32 milhões.

Alcançar o desenvolvimento harmônico da região, levando em conta os interesses dos cinco países aos quais pertence o território da Bacia, dinamizar e povoar essas longuíssimas fronteiras vazias com habitantes vivendo em paz e segurança, deve ser, na minha opinião, o propósito e o objetivo do programa a ser cumprido. E esse é o maior desafio à capacidade criativa e à imaginação do homem que já foi feito em nosso tempo.

Para enfrentar esse desafio, precisamos não apenas do conhecimento técnico mais moderno e de uma compreensão completa da tecnologia de nossos dias, mas também de uma aptidão moral especial e de uma atitude espiritual especial que nos permita ver os problemas e buscar as soluções com uma grande compreensão de nossos anseios e aspirações mútuos e com uma grande perspectiva histórica.

Acredito que o caminho percorrido nesses sete anos de institucionalização do programa de desenvolvimento da Bacia pode ser considerado positivo. Possivelmente, também foram os anos mais difíceis, nos quais a tarefa se baseou no inventário de problemas a serem resolvidos que vieram de antes e não em coincidências sobre tarefas futuras.

Gostaria de refletir sobre o que acredito que deva ser o contexto no qual as relações internacionais na Bacia do Prata devem ser desenvolvidas. Até hoje, a forma mais clássica de relações internacionais tem sido a bilateral, que coloca os interesses de um Estado contra os de outro Estado, de um governo contra os de outro governo. Não acredito que a soma dessas relações bilaterais entre nossos cinco países possa ser a estrutura adequada para o desenvolvimento de

relações econômicas, sociais e culturais na região. Essas relações políticas, econômicas e culturais devem ser coordenadas de acordo com os interesses dos cinco países como um todo e não como resultado dos acordos bilaterais dos países que compõem a Bacia do Prata.

Ainda hoje existe a preocupação com o que podemos ganhar ou perder em nossos assuntos econômicos diários. É lógico e natural que seja assim. Porém, em um programa de desenvolvimento multinacional, não devemos nos interessar pelo imediato, mas sim pela rentabilidade de nossos investimentos em um plano de médio ou longo prazo. Se contribuirmos para o desenvolvimento gradual e harmonioso da região, conforme previsto no Tratado da Bacia, para aumentar o poder de compra de outros setores da população ou para evitar tensões sociais que tenham um forte impacto na economia, teremos contribuído efetivamente para consolidar a posição de todos os países da Bacia.

É por isso que o desenvolvimento dessa região exige que todos os países ajam com um senso de grandeza. Eu sempre disse que as pessoas que têm um papel a desempenhar devido à sua riqueza natural ou aos seus recursos humanos têm uma obrigação especial de agir com um senso de grandeza. E todos nós também temos uma tarefa fundamental de ajudar a canalizar, direcionar e harmonizar possíveis dificuldades que possam surgir nesta grande família de países irmãos.

Sei também que o programa de desenvolvimento da Bacia é principalmente um programa de integração física, que consiste em construir estradas, pontes, usar rios, construir represas, melhorar e facilitar todos os meios de comunicação. Mas acredito que, em nossos dias, isso não é mais suficiente. Já disse e repeti várias vezes que o ano 2000 nos encontrará unidos ou subjugados. Essa é uma realidade que está sendo imposta ao mundo americano e devemos agir de acordo com a determinação e a rapidez que a velocidade do processo exige.

Não devemos nos esquecer e devemos ter em mente que, para os países em desenvolvimento das Américas, esses anos do final do século serão de fundamental importância.

É um fato indiscutível que nações de diferentes regiões do mundo estão se unindo, não para travar uma guerra no sentido clássico, mas para defender a si mesmas e a seus povos contra os perigos iminentes da superpopulação e da super industrialização. Nossos recursos naturais não renováveis estão sendo consumidos em um

ritmo acelerado, o planeta está sendo poluído, alguns países enfrentam o problema da superpopulação e outros, como nós, a falta de mão de obra para impulsionar seu desenvolvimento. E esse consumo indiscriminado ou a extinção de nossos recursos naturais não é feito pelos países americanos, mas por outras nações que os utilizam em benefício próprio.

Daí a necessidade de nos unirmos para defendê-los e garantir que seu uso beneficie seus legítimos proprietários e a região circundante. Precisamos nos integrar, precisamos compartilhar nossos problemas, nossas necessidades, nossas aspirações culturais e sociais.

Com isso, quero dizer que a integração de que estou falando não se limita à simples troca ou compra e venda de bens de consumo. A integração econômica é um aspecto muito importante, mas não é de forma alguma a totalidade da integração. O que temos de fazer é estudar os procedimentos, analisar os métodos, as diferentes maneiras pelas quais podemos avançar no processo de integração social, cultural, trabalhista, técnica e política de nosso continente. Devemos dar ênfase a esses aspectos não econômicos da integração. Sei que os Ministros das Relações Exteriores estão bem cientes desses problemas e que, de uma forma ou de outra, compartilham essas ideias. Tomei a liberdade de me referir à integração porque acredito que é nela que está o futuro da América. Minha principal esperança é que nossos países comecem a trabalhar efetivamente nessa direção o mais rápido possível.

Devemos nos perguntar por que várias coisas de benefício mútuo foram deixadas de lado na Bacia do Prata e tentar dar ao processo um ritmo muito mais dinâmico e eficaz. Para isso, acho que é muito importante analisar as instituições e como elas podem ser melhoradas para atingir as metas que nossos povos estabeleceram para si mesmos. Para analisar e melhorar essas instituições, meu governo e meu país estão abertos a todas as sugestões, a todos os projetos, a todas as formas possíveis que possam ser propostas para fazer crescer o programa de desenvolvimento da Bacia.

Além do aspecto institucional, acredito que podemos e devemos promover o programa se enfatizarmos os aspectos não conflitantes, os projetos nos quais há um verdadeiro “interesse comum”. Muitas vezes passamos anos discutindo os problemas que nos separam, em vez de avançarmos nos objetivos que nos unem.

É natural e lógico que os países defendam resolutamente o que acreditam ser seus direitos. Mas isso não deve impedir que

continuemos a trabalhar em outras questões não conflituosas, no amplo espírito de colaboração fraterna e grandeza que deve caracterizar o homem americano, e que coloquemos nessa luta por nossa libertação de toda subjugação as energias que o apoio de nossos povos nos proporciona para satisfazer seu anseio por melhorias, justiça e liberdade.

Senhores:

Nesta VI Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, o julgamento da história deve ser respondido de forma afirmativa. Não tenho dúvidas de que a boa vontade que prevaleceu nas reuniões anteriores e o espírito de colaboração que agora nos une facilitarão o caminho que escolhemos juntos para obter os resultados positivos que todos almejamos.

Senhores chanceleres:

Repito, esta é sua casa; não apenas este lugar ou a cidade de Buenos Aires, que os recebe com entusiasmo, mas toda a Argentina. É assim que meu povo se sente e é um prazer e uma honra para mim transmitir esse sentimento.

TERCEIRA PARTE

POLÍTICA E ESTRATÉGIA*

* Este capítulo reúne os artigos que, sobre o tema “Política e Estratégia”, foram publicados semanalmente no jornal *Democracia*, de Buenos Aires, escritos por Perón e assinados com o pseudônimo “Descartes”. (N. do E.)

PUBLICIDADE E IMPERIALISMO

A influência que a publicidade adquiriu no início do século foi decisiva para seu uso na política internacional e na guerra.

O prestígio dos jornais antigos, verdadeiros e bons, que haviam sido explorados por aventureiros e traficantes, sofreu o destino conseqüente. A opinião não poderia ter escapado da terrível distorção de todos os valores que caracterizou nossa época.

Hoje não é segredo para ninguém que muitos consórcios e cadeias de jornais não passam de empresas comerciais, que vendem papel de jornal como se vende cosméticos ou ferragens.

No passado, os jornais pobres, mas honestos, eram moralmente elevados com suas reportagens leais e pregações honrosas. Quando a publicidade surgiu, eles gradualmente rebaixaram sua posição primitiva para atender aos motivos de seus anunciantes e de sua propaganda. Assim, transformados em um comércio vulgar, os jornais gradualmente se degeneraram em verdadeiros monopólios.

Atualmente, não há ninguém que não use a publicidade para fins de propaganda com resultados variados. Mas o imperialismo se baseia em algo mais sério do que a mera propaganda. Não basta publicar um anúncio para vender seu artigo, eles precisam impô-lo a todo custo e, para isso, não basta fazer propaganda. É por isso que os Estados criaram todo um serviço de publicidade, disfarçado com vários nomes ou acrônimos. Esse serviço compreende toda uma organização que envolve a pessoa que faz ou inventa a notícia, a estuda, a explora, a expurga, a distribui e a reproduz. Está claro que todo esse organismo, que inclui as chamadas fontes de informação e as empresas internacionais de notícias, trabalha com um design

que é transmitido como um objetivo de um lugar central que dirige e comanda o grupo.

Se uma pessoa pode ser chantageada por um jornal, uma nação inteira pode ser chantageada por essa organização. Dessa forma, é possível levar um governo ao descrédito e um povo inteiro à guerra.

Algumas dessas empresas internacionais pertencem ou trabalham para os serviços de espionagem de países que, por meio da arbitrariedade instável da liberdade de informação e do acesso às fontes de informação, abrem caminho para a atuação de inúmeros agentes e espiões, garantindo-lhes certo grau de impunidade.

A liberdade de imprensa, que é objeto de intensa campanha, não pressupõe a defesa de qualquer princípio, mas uma verdadeira agitação internacional com o objetivo de impor uma forma de influenciar a opinião pela mídia publicitária a serviço das empresas e dos países que a pagam. De que outra forma seria possível explicar que a Rússia, que até 1945 era um modelo de democracia para todos os jornais, já em 1946 era a mais atroz das ditaduras, e que a Espanha, que até poucos meses atrás sofria sanções e o anátema da tirania, em poucos dias mudou diametralmente sua opinião em relação a toda a “imprensa livre”?

Quando as “opiniões independentes” dos grandes jornais são mencionadas com insistência suspeita em vários órgãos de diferentes países, a organização do monopólio que compreende o “trust” publicitário administrado pelos grandes centros dos países pode ser perfeitamente identificada. Os congressos internacionais de editores nada mais são do que reuniões *sui generis* de diretorias ou funcionários que vão a essas sedes para receber instruções. As pessoas os chamaram apropriadamente de “a voz do patrão”.

Não é segredo para ninguém que o país publica jornais que dependem, são gerenciados e administrados no exterior e que, quando eles sofrem um revés aqui, os protestos ocorrem a 4.000 quilômetros de distância. Tudo isso não é novidade nem deve nos deixar perplexos, pois é mais um episódio da luta política internacional que opera na clandestinidade, mas conduzida por mãos tão incapazes quanto irresponsáveis.

Em sua maior parte, esses jornais, que invocam a opinião pública aqui e ali, não a representam de forma alguma. Eles tentam direcionar a opinião pública para os interesses ou objetivos que defendem, que nem sempre são confessáveis, o que os obriga a se esconder atrás do engano que invocam.

As campanhas sincronizadas baseadas em notícias fabricadas, calúnias sem precedentes e falsidades absolutas não são de forma alguma perigosas para ninguém, pois as pessoas descobriram a verdade por meio de mentiras. No entanto, esses jornais terão sua melhor punição no fato de que, quando disserem a verdade, ninguém acreditará nela.

15 de março de 1951

“NÃO HÁ INIMIGOS OU AMIGOS PERMANENTES: HÁ INTERESSES PERMANENTES”

A economia não pode se limitar à desapropriação de outros pelo sistema colonial ou pelo regime capitalista. Ambos levam ao comunismo, pois são sua causa.

O imperialismo tem sido hábil, mas não inteligente. O capitalismo, sob sua influência, agiu de forma cruel, mas não com habilidade.

Os imperialismos transformaram sua política com economia, ou sua economia com política. É por isso que o imperialismo econômico acaba dominando politicamente os países que subjuga, formando seu império de ameaça, coerção e “punição econômica”. O imperialismo político leva sua dominação abrangente à desapropriação econômica para o benefício da metrópole. Ambos os sistemas combinados têm sido o caminho do colonialismo moderno.

Portanto, quando declaramos a independência econômica, estamos desmembrando um império, mesmo que não nos demos conta disso.

É atribuída a Disraeli a frase: “Não há inimigos ou amigos permanentes; há interesses permanentes”. Se o imperialismo, em vez de saquear nações e explorar povos e homens, os tivesse desenvolvido e os vinculado a seus interesses, os dias atuais seriam diferentes. Movidos pela ganância e pelo egoísmo, eles tiraram proveito imediato do despojo e não pensaram na conveniência de um futuro a médio prazo. Hoje, os povos saqueados e ridicularizados não querem reagir a um perigo anunciado, porque têm mais medo da dor e do sofrimento atuais. A ruína da metrópole, para muitos deles, longe de representar um perigo, pode significar a libertação. Eles não estão presos ao seu destino e seus objetivos não são comuns, assim como seu destino não é comum.

Parecia inútil insistir que a cobiça implacável do imperialismo para subjugar nações e a ganância do regime capitalista na exploração desumana de povos e homens foram as causas de todos os males que assolaram o século XX, inclusive o comunismo.

Os Estados Unidos têm se recusado sistematicamente a colaborar com a América Latina em um plano orgânico para a exploração e industrialização de seus recursos. Ela impediu a realização da Conferência Econômica de Buenos Aires, imposta como condição para a realização da Conferência do Rio de Janeiro. Sua chamada colaboração econômica foi sempre esporádica e circunstancial, em benefício de seus interesses econômicos e políticos diretos.

O Plano Marshall foi um verdadeiro flagelo para a economia latino-americana. Ele fechou qualquer possibilidade de colocação de seus excedentes, diante de um verdadeiro *dumping* por parte dos Estados Unidos. Isso constituiu, para países como o nosso, com ou sem extensão, uma verdadeira agressão à sua economia, o que causou grandes dificuldades em 1948.

Agora que as coisas estão ruins, a solidariedade da economia latino-americana é necessária, como foi o caso em Chapultepec, Rio de Janeiro, Bogotá e na última reunião de chanceleres. Até o momento, foram recebidas apenas expressões de boa vontade; mas, uma vez passado o momento crítico, tudo se reduz a nada, embora os interesses políticos e econômicos da América do Norte estejam cobertos.

Nem os sistemas nem os fatos permitem ilusões. A dura escola da experiência nos aconselha a confiar apenas em nossa própria ajuda. Nessa emergência, não somos nós que precisamos de ajuda.

Temos o que os outros precisam. Precisamos do que os outros têm. Se eles nos ajudarem, nós ajudaremos. A cooperação nunca foi uma questão de palavras, mas de ações.

19 de abril de 1951

BONS VIZINHOS E MAUS VIZINHOS

Na política internacional e entre países soberanos, não pode haver unilateralismo; toda ação deve se basear na reciprocidade absoluta de propósitos e realidades. É claro que, quando falamos de “bons vizinhos”, isso não deve significar que nós somos os “bonzinhos” e os outros são os “vizinhos”.

Para os países responsáveis, os compromissos internacionais são atos muito sérios e devem se basear, para serem eficazes, na boa fé, na conveniência mútua e na reciprocidade. Somente isso leva, por meio de relações permanentes e construtivas, à unidade de propósito e ação. Ameaça ou pressão só leva a “amigos pela força”. Os compromissos unilaterais assumidos por um governo nas costas de seu povo são muito aleatórios e imprudentes em tempos de crise.

A política internacional é um sistema de freios e contrapesos; não é um sistema de truques inteligentes, muito menos de pressão grosseira. Nesse campo, aqueles que esperam receber devem se resignar a dar o quanto for necessário. Caso contrário, ele pode exigir pela força, mas isso já é coisa de guerra.

Quando falamos de “solidariedade continental”, o senso de reciprocidade assume um caráter coletivo e, conseqüentemente, as obrigações se tornam multilaterais.

Como nada é mais sagrado para uma nação do que seu território, a maior e principal obrigação de solidariedade é a defesa territorial do continente.

Em 1833, as Ilhas Malvinas foram atacadas e violentamente ocupadas pelas forças britânicas.

A partir desse momento, a nação mais poderosa das Américas apoiou a desapropriação, apesar da Doutrina Monroe. Em Bogotá, no Rio de Janeiro e em todas as outras conferências, esse problema apresentado pela Argentina aparece, sem apoio nem mesmo moral.

A reunião de chanceleres em Washington acaba de terminar e, mais uma vez, com o mesmo resultado e a costumeira abstenção americana, a Argentina levantou sua justa queixa em busca de solidariedade continental.

Diante disso, qual deve ser o estado espiritual do povo argentino, quando se exige que matem seus filhos e destruam suas riquezas para repelir uma agressão contra o continente americano, que poderia vir da Ásia ou da Europa?

Será que os argentinos não se lembram instintivamente de que, há poucos dias, em uma conferência de chanceleres dos Estados Unidos, foi-lhes negado um voto - de forma um tanto lírica - em defesa do direito sagrado de reivindicar seu território que lhes foi tomado por um país extracontinental?

Poderia o governo argentino, nas costas de seu povo injustiçado pela ingratidão e pela injustiça, assumir compromissos unilaterais?

Evidentemente, há respostas que seria melhor nem tentar.

26 de abril de 1951

“A DIGNIDADE DA IGUALDADE E A VERGONHA DA SUBMISSÃO”

Na política internacional, como na maioria das coisas na vida, há verdades aparentes e uma verdade real. O segredo da liderança bem-sucedida está em separar os fatos da ficção. As informações falsas, baseadas em uma verdade aparente, às vezes satisfazem e lisonjeiam o próprio pensamento, mas não ajudam a ter sucesso. O sucesso é criado e construído com base na realidade, não em falsas aparências, por mais lisonjeiras que sejam.

“A era colonial acabou”, disse o General MacArthur. Todos os povos “têm o direito de moldar livremente seus próprios destinos”. O que os povos buscam agora “é a dignidade da igualdade, não a vergonha da subjugação”. Palavras sábias e prudentes, proferidas como um chicote no rosto de todos os rendidos do mundo.

Quantos políticos e publicitários a serviço da traição e da rendição ouvirão as palavras de um homem sábio? Ou o dinheiro continuará a se sobrepor à verdade e ao anseio dos povos?

O erro de muitos governantes nas democracias inorgânicas do Novo Mundo está no fato de não interpretarem e respeitarem as aspirações populares. Vivemos em uma época em que os governos olham demais para fora de suas fronteiras e esperam tudo da ajuda que deve vir dos poderosos. É por isso, também, que suas políticas são influenciadas por inscrições estrangeiras, acompanhadas de abundantes recursos financeiros. O Sr. Braden reclamou amargamente que, quando era embaixador dos Estados Unidos na Argentina, muitos milhões de dólares haviam sido investidos para derrubar Perón, mas que esses dólares haviam sido roubados dele pelos líderes políticos da União Democrática, em vez de serem usados para comprar o favor popular. O Sr. Braden esqueceu que “quem dá pão ao cachorro de

outro homem perde o pão e perde o cachorro”. E que, se governos e políticos, como disse Napoleão, “todos têm um preço”, o povo, por outro lado, não está à venda.

Como consequência de erros tão graves na liderança política dos povos, tornou-se quase uma regra que os governos estejam divorciados do sentimento popular e que, embora sejam um instrumento dócil do imperialismo, os povos permaneçam fiéis aos princípios de autodeterminação e soberania. Somente por meio dessa aberração é possível observar a monstruosidade jurídica de governos, delegados e órgãos de publicidade que defendem a intervenção dos poderosos em países menores. Daí para a colônia é apenas um passo.

Todos esses hipócritas são duplamente traidores. Eles traem seu povo e enganam os poderosos. Muitos deles pensam o contrário do que dizem: basta ouvi-los em particular; no fundo, eles não compartilham a ideia que apoiam, muito menos representam a vontade do povo ou transmitem os verdadeiros sentimentos dos povos que dizem representar. Isso é o que está sendo construído com esterco sobre lama e areia: o terrível engano em que muitos que acreditam nas decisões do todo se encontrarão! A evidência virá mais tarde com a realidade dos fatos.

Os poderosos também trabalham para serem enganados. Preferindo o apoio e a falsa bajulação, eles não conseguem obter a palavra livre e viril dos honestos, muito menos os sentimentos de seu povo, que, embora sejam uma verdade dura, são sempre preferíveis à mentira agradável.

No entanto, por trás dessa “mentira agradável”, todas as conferências acabam sendo direcionadas para objetivos pré-concebidos e pré-estabelecidos. Até mesmo as personalidades são usadas para “palestras rudes” e os agentes de provocação são trazidos para “sentir o campo”, recrutados nos corredores das ante-salas, que são usados como cavalos de Tróia para serem apresentados aos grupos.

Isso geralmente é chamado de habilidade política! É preciso muita independência e extrema prudência para agir corretamente e com a dignidade exigida pelo país, e não cair nesse tipo de “habilidade”, que, além disso, não é muito diferente dos métodos usados pelos jogadores de vantagem.

Quando chega a hora dos elogios nos discursos finais, que linguagem diferente daquela dos conselhos privados ou da ante-sala! Os jornais de “moeda forte” criam uma verdadeira corrida para ver

quem pode elogiar mais e quem pode apoiar melhor a subjugação, enquanto as pessoas se sentem cada vez mais enojadas e envergonhadas com a indignidade organizada a cada dia.

10 de maio de 1951

IMPERIALISMO E GUERRA

A guerra surge por desígnio do homem, não por seu destino. As causas de noventa por cento das guerras que a humanidade enfrentou, desde o mundo antigo até os dias atuais, foram os imperialismos. O Oriente, a Grécia, Roma, a França napoleônica, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Rússia são a história clara dessas causas. As guerras aleatórias entre dois Estados foram uma brincadeira de criança em comparação com as devastações causadas pelas conquistas dos impérios. Seguindo a linha dos imperialismos, veremos em cada um deles a repetição dos mesmos fenômenos que, no final, os levaram à ruína para dar origem a outro. Os homens parecem nunca aprender quando interesses malignos estimulam seu desejo de domínio ou riqueza.

Pedir aos homens a compreensão e a prudência necessárias para enxergar com clareza seria como pedir-lhes que construíssem sobre a justiça e a equanimidade. Pelo menos, eles nunca fizeram isso. No entanto, esse seria o único caminho para a paz pela qual as pessoas anseiam. Devemos nos perguntar se essa é a mesma paz de que falam os estadistas.

Em 10 de junho de 1944, quando a Segunda Guerra Mundial estava em seu auge; quando o comunismo estava sendo confundido com as Nações Unidas, que cantavam louvores a essa democracia popular todos os dias; quando se prometia aos povos a paz definitiva e a justiça social permanente assim que seus inimigos fossem varridos do planeta, o Coronel Perón disse, na inauguração da cadeira de Defesa Nacional na Universidade Nacional de La Plata:

Os estadistas que agora dirigem a guerra dos principais países beligerantes, seja sob a bandeira da Nova Ordem ou sob a bandeira

das Nações Unidas, mostram aos olhos ansiosos de seus povos uma felicidade futura baseada na paz ininterrupta e na cordialidade entre as nações e na promessa de uma verdadeira justiça social nos Estados.

Essa miragem só pode ser uma esperança para os povos que, exaustos por uma luta longa e sangrenta, buscam na esperança de uma felicidade futura o incentivo necessário para fazer o último esforço para um triunfo que garantirá a existência de suas respectivas nações.

De fato, alguém teria que provar, sem sombra de dúvida, que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Rússia e a China, no caso que as Nações Unidas vencerem a guerra, e a Alemanha e o Japão, no caso oposto, jamais teriam, no futuro, interesses conflitantes que os levassem a iniciar um novo conflito entre si e, além disso, que os vencedores não procurariam estabelecer um imperialismo odioso no mundo que forçaria os oprimidos a se revoltarem, para acreditar que a palavra guerra seria definitivamente excluída de todos os léxicos.

Naquela ocasião, o Departamento de Estado emitiu uma declaração oficial que, entre outras coisas, dizia “que tal discurso é considerado como uma declaração de uma política totalitária para a Argentina”. O Coronel Perón declarou na ocasião que não importava para a Argentina se as Nações Unidas ou o Eixo saíssem vitoriosos no conflito atual, pois não havia possibilidade de paz mundial e que “as potências envolvidas inevitavelmente brigariam na mesa de paz”. (*La Prensa*, 1º de julho de 1944)

Concordemos, em primeiro lugar, que o coronel estava errado: os aliados de ontem nem sequer chegaram à mesa de paz, eles lutaram de antemão... envolvendo o mundo na fatídica ameaça de uma Terceira Guerra Mundial. A imprevisibilidade e a inépcia, assim como a arrogância e a ignorância evidenciadas no comunicado do Departamento de Estado, são o que dão um destaque incomum às afirmações proféticas do Coronel Perón.

Evidentemente, o mundo teria pouco a ganhar se a vitória das Nações Unidas levasse a uma conflagração no terceiro mundo, na qual as depredações e destruições iriam muito além de qualquer coisa previsível. Tendo isso em vista, vamos pelo menos concordar que aqueles que foram responsáveis pela condução da Segunda Guerra Mundial não conseguiram cumprir sua missão e responsabilidade.

Atualmente, muitas pessoas de boa fé reconhecem os terríveis erros cometidos na última guerra e, observando que esses erros

persistem na atual direção da política internacional, perguntam-se se uma Terceira Guerra Mundial ainda pode ser evitada. Aparentemente, de acordo com as declarações dos vários governos, todos eles são a favor da paz. No entanto, eles estão empenhados em produzir armamentos e meios de destruição em um ritmo ilimitado. Mesmo aqueles que consideravam isso como obra de sistemas totalitários estão hoje se esforçando para provar a seus povos a infalibilidade do aforismo latino *si vis pacem para bellum*.

Para responder à primeira pergunta, seria necessário primeiro responder à seguinte: seria possível que países poderosos, que comprometeram suas economias com um gigantesco programa de guerra, renunciassem a ele e aos objetivos imperialistas que os impulsionam para trocar suas ambições de dominação e conquista pelo duro sacrifício do trabalho pacífico? Certamente seria o único caso na história do mundo!

Mesmo que, hipoteticamente considerado, o acima exposto acontecesse, ainda restaria a controvérsia ideológica do mundo comunista com o mundo capitalista: seriam eles capazes de sacrificar seus sistemas ao homem e à paz para adotar um justicialismo construtivo e imparcial que banisse da humanidade a exploração do indivíduo pelo Estado, bem como a do homem pelo dinheiro? Isso também seria um milagre ainda não contemplado na Terra.

Os remédios existem; o difícil é que os doentes se resignem a engoli-los! . . .

O justicialismo argentino, uma nova doutrina que, sem orientação e ímpeto imperialista, busca soluções apenas influenciando as formas internas dos problemas, tem sido impiedosamente combatido pelos imperialismos atuais. Sem dúvida, por ser uma solução, ela é incômoda para os imperialismos, que não lutam por soluções, mas por domínio e dominação.

Quando, em 1944, o Departamento de Estado dos EUA e os jornais americanos descreveram o regime argentino como totalitarismo e o comunismo como democracia popular, nós demos de ombros, pensando que não é o totalitarismo em si, que é um regime interno, que deve ser temido, porque o que é perigoso nesses sistemas é sua tendência imperialista. Hoje, ainda acreditamos que nem o fascismo, nem o nazismo, nem o comunismo, nem a plutocracia, verdadeiras formas de totalitarismo, seriam prejudiciais ao mundo, desde que sua política internacional não tivesse como objetivo dominar os outros por meios políticos ou econômicos.

Quando conhecemos o julgamento superficial de alguns comentaristas, atribuímos essas informações à sua proverbial ignorância. Entretanto, nem todo mundo precisa ser ignorante e superficial. As causas devem ser buscadas nos projetos ocultos das convicções imperialistas e do verdadeiro totalitarismo plutocrático.

31 de maio de 1951

PAÍSES SATÉLITES

O conceito de domínio no campo internacional tem tido, historicamente, uma extensão e intensidade proporcionais às concepções que lhe deram origem. A intensidade, a extensão e até mesmo as formas de dominação têm variado desde o simples ato de pirataria internacional (em que um país ou partes de um país são despojados de sua soberania pela força) até a execução de uma sucessão de atos isolados (aparentemente inofensivos ou convenientemente disfarçados) que terminam na mesma coisa. Em outras palavras, trata-se sempre do mesmo fim, cuja busca varia apenas nas formas.

Atualmente, o mundo está vivenciando o estágio mais intenso e extenso de imperialismo da história. A ânsia desenfreada das grandes potências em atingir seus objetivos, nem sempre honestos e confessáveis, levou à existência dos seguintes personagens imperialistas:

- *Um imperialismo remanescente* vindo de longe, consolidado pela evolução, em uma comunidade de nações, com uma metrópole e seus domínios;
- *Um imperialismo político comunista* de ideologia marxista por trás da “cortina de ferro”;
- *Um imperialismo econômico* que ocupa, coage e subjuga governos e países, usando um sistema complexo de persuasão, engano, pressão e repressão.

No campo da atividade política internacional, é simplesmente o uso combinado de força e habilidade a serviço da política. Não é preciso dizer que, quando nos referimos à habilidade, excluímos dela

o engano, a traição, o crime e a infâmia, pois eles já fazem parte da criminalidade.

Quase nenhum país do mundo atual escapa das influências e interferências das três formas de predominância imperialista mencionadas acima.

Por meio dos sistemas imperialistas atuais, o mundo foi praticamente agrupado em verdadeiras “constelações” internacionais, das quais, sem dúvida, nasceu o novo termo “estados satélites”. Por extensão do que acontece nos sistemas planetários, esses satélites não têm “luz própria”, mas estão sujeitos ao equilíbrio e à ação dependentes do “astro central do sistema”.

Em outras palavras, trata-se de uma subjugação da soberania, por meio de um sistema de gravitação política ou econômica que conduz cada país por uma rota obrigatória, fora da qual se entra no reino da desobediência punível.

As alianças e os pactos são, portanto, atos obrigatórios, não voluntários e livres. São compromissos compulsórios, e não a conveniência real dos Estados. É a maneira moderna de transformar o efeito em causa. É uma violação das formas racionais, o que naturalmente leva ao atual mal-estar e pessimismo das nações.

Embora seja fácil usar países satélites em uma conferência, por meio de pressões que tornam o delegado de um país subjugado um instrumento obediente e que pode ser usado como uma “figura de proa” para iniciativas impostas, o mesmo não será verdade quando houver uma guerra, em que é necessário e exigido um esforço real em vez de votos ou opiniões.

Aqueles que procedem mal geralmente sucumbem a seus próprios procedimentos ruins. O que é necessário na guerra são parceiros de luta, não mercenários, muito menos servos.

É por isso que ocorrem fenômenos que muitos não conseguem entender. Países em um estado latente de rebelião. Pactos feitos “às pressas” com compromissos que nem sempre são cumpridos. Guerra para a qual ninguém quer enviar seus homens. Em suma, uma guerra impopular entre as nações e indecisa entre os governos.

A guerra é travada com países aliados, não com países satélites.

Quando nós, justicialistas, ouvimos “países livres”, não podemos deixar de sorrir. Somos quase livres, mas para isso tivemos de enfrentar a difamação e a calúnia da “imprensa livre” e das agências AP e UP em todo o mundo, o bloqueio econômico e a sabotagem, as manobras monetárias e financeiras, o *dumping*, a pressão e a

perseguição de todas as formas e até mesmo a agressão de alguns países satélites das “nações livres”.

É natural que, apesar de tudo, estejamos dispostos a pagar qualquer outro preço por nossa liberdade. Não somos tão ignorantes a ponto de não lembrar, nem tão ingênuos a ponto de não saber, o que sempre custou aos países manter sua dignidade e defender sua liberdade.

A liberdade sempre foi objeto de lutas. É por isso que acreditamos que ela não é discutida, ela é defendida. Estamos prontos para defendê-la.

30 de agosto de 1951

A OEA OU O “RABO É O PIOR A ESFOLAR”

Há dois tipos de organizações internacionais: as paritárias, que surgem de necessidades comuns, e as unilaterais, que se originam da imposição do mais forte. As primeiras são seguras e construtivas; as segundas, absorventes e injustas, são verdadeiros focos de luta amarga e insidiosa. Assim, enquanto um é um órgão de lealdade, amizade e companheirismo, o outro é um órgão de intriga, ódio e inimizade.

Desde a “Liga das Nações” até as “Nações Unidas”, temos visto a proliferação de todos os tipos de órgãos unilaterais, nos quais o mesmo espetáculo de deslealdade, engano e ação ignóbil nos assuntos das nações tem sido testemunhado. A “Organização dos Estados Americanos” tem sido nossa ruína. Usando a mesma técnica e o pretexto da boa vizinhança, ela vem criando órgãos enganosos que, como uma armadilha, são maliciosamente projetados para enredar nossos países em uma teia de compromissos inaceitáveis.

O fator que deve caracterizar os compromissos é a justiça e, dentro dela, a reciprocidade. Nada pode ser afirmado de forma duradoura com injustiça, engano e pressão.

Quando os acordos internacionais carecem dessas condições, eles não podem ser permanentes e seu cumprimento será sempre aleatório. Somente os acordos de conveniência mútua podem ser prolongados e, em sacrifício, são executáveis somente quando são estabelecidos ônus sustentáveis, proporcionais e justos.

Os conselhos em busca de convênios multilaterais de nossos tempos são precisamente viciados por unilateralismo, injustiça, pressão e engano. As consequências foram desentendimentos, desconfiança e ambiguidade. Pouca fé pode ser depositada nos compromissos

difusos que surgiram quanto à sua permanência e ao seu cumprimento de boa fé.

A “Conferência do Conselho Econômico e Social Interamericano”, realizada no Panamá, foi encerrada antes do previsto, sem resolver nada e, mais uma vez, deixando “o rabo por esfolar”.

A única coisa que tornou seus procedimentos tão claros foi a falta de boa fé, sinceridade e justiça nos procedimentos. Tudo ali foi convoluto e capcioso, buscando impor irregularmente soluções preconcebidas ou adiá-las quando não era possível alcançar tais resultados. O método de pagamento dos saldos, a coordenação do transporte, a Conferência Internacional de Materiais (ICM) são evidências claras dessa irregularidade odiosa e desse unilateralismo sórdido, que está destruindo em nós qualquer vestígio de fé que ainda possamos ter nessas organizações internacionais.

Uma implementação e um desenvolvimento ruins foram acompanhados por um término e um encerramento piores. O respeito e a soberania estão em crise nas “nações livres”. O insolentemente incomum substitui o natural; as formas se perdem e uma irritação óbvia aparece na forma de um secretário assistente de um país poderoso que, “de maneira elegante”, corre e irrompe na conferência. Através de sua boca, Washington diz que não está interessado em nossas palavras ou em nossos produtos, mas em uma emergência como um fato global, para o qual a América Latina deve se preocupar em produzir materiais estratégicos e preparar tropas para a guerra.

Instintivamente, pensamos na liberdade e na justiça pelas quais eles pretendem lutar. Será que pode ser considerado justo que países pobres e sub povoados tenham que sacrificar à força sua pobreza e matar seus poucos habitantes para defender os interesses de países ricos e superpovoados?

6 de setembro de 1951

POLÍTICA INTERNACIONAL E O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

Na maioria dos países, o “serviço de inteligência” se reporta diretamente aos chefes de estado. É uma organização estatal *sui generis* com seu próprio funcionamento e financiamento, para o qual usa a cobertura de empresas comerciais, industriais, etc.

Os serviços de inteligência, tanto em suas atividades internacionais quanto domésticas, agem sob a direção do chefe de Estado, com o envolvimento, embora limitado, dos departamentos ou ministérios correspondentes.

Quando um serviço de espionagem ou provocação atua em um país, os responsáveis por ele são o Estado e seu líder que o envia e dirige. Entretanto, entre as muitas “mentiras convencionais” impostas pela má política internacional está a de tratar o espião e o provocador como um criminoso comum.

A “guerra integral” trouxe a necessidade de penetração total. A política internacional seguiu os mesmos canais e a contra-espionagem é exercida nos mesmos campos. É por isso que os serviços de espionagem modernos invadem todos os lugares e situações, especialmente políticos, econômicos, militares, sociais e assim por diante.

É chamado de “serviço de inteligência” porque a luta em que se envolve não implica força, mas a astúcia, o engano e a má-fé exercidos com o mais alto grau de inteligência. Evidentemente, esse conceito também é relativo, pois é comum observar que, quando falta inteligência aos homens e aos governos, eles geralmente recorrem à agressão, à pressão e até mesmo à força para atingir os objetivos que a inteligência lhes nega.

Tanto o uso desordenado da inteligência a serviço da má-fé internacional – a guerra fria, como tem sido chamada – quanto a pressão

ou a força insidiosamente empregadas com hipocrisia e falsidade, criaram nas relações internacionais dos países um estado latente de guerra sórdida e dissimulada, algo como um processo crônico que é tolerado apesar de seus desconfortos, mas que no final sempre tem sérias conseqüências.

A tolerância ao convencionalismo da política internacional moderna atingiu limites sem precedentes, causados pela perversão gradual do senso de dignidade internacional, pelo medo mútuo entre os fortes ou pela impotência dos fracos.

Esse estado de coisas levou a situações realmente intoleráveis, nas quais somente a prudência exagerada de alguns governos foi capaz de evitar o surgimento de situações irremediáveis. Só assim foi possível ver funcionários diplomáticos, serviços de espionagem, empresas estrangeiras e locais pagos, sob a direção de um embaixador, agindo em países contra todas as regras e tradições civilizadas, violando os princípios mais fundamentais da ética pessoal e diplomática.

A responsabilidade nesses casos não recai sobre essas pessoas irresponsáveis, mas sobre o país e o governo que as lidera. Os povos nunca esquecem esses ultrajes e essas afrontas à dignidade nacional, que são uma fonte de ódio justificado e permanente.

Entretanto, esses métodos grosseiros parecem ter evoluído em sua forma. Hoje, os países ou seus governantes são atacados indecorosamente, mas do exterior, coordenando embaixadas e serviços de espionagem em uma campanha generalizada de propaganda, provocação e agressão. Isso envolve tudo, desde os “coordenadores” que percorrem os países enunciando planos para seu serviço e os nativos, até aqueles que, como “franco-atiradores”, assinam artigos, ou aqueles que, tendo sempre pertencido ao serviço de espionagem, agora fingem acreditar que estão “trabalhando por conta própria”.

* * *

As agências de informação dirigidas pelos serviços de inteligência também estão envolvidas nesses planos, e os jornais venais de vários países também são instrumentos a seu serviço. Inúmeras revistas aparecem repentinamente, com vários nomes mal disfarçados, que, sob pretextos inocentes, participam da campanha publicitária no país e no exterior. Os noticiários e as transmissões de rádio, bem como os serviços gratuitos de filmes de propaganda, completam o quadro de penetração mal disfarçada.

Os povos flagelados por esses métodos irritantes, os países ofendidos por esses procedimentos agressivos e as pessoas feridas por esses sistemas de zombaria estão aumentando diariamente a legião de inimigos. “Aquele que semeia ventos não pode deixar de colher a tempestade”.

Não há dúvida de que essa ação subalterna, obra de homens pequenos e irresponsáveis, independentemente da situação que ocupam, tem a grave desvantagem de criar situações embaraçosas nas relações internacionais. No entanto, os povos, que geralmente são intuitivos, superam essa subalternidade. O lamentável é que esses instrumentos, que poderiam servir para consolidar a amizade e a liberdade dos povos, em mãos imorais e irresponsáveis se transformam em instrumentos de ódio e opressão.

Quando olhamos para trás, para os tempos e para os homens, sentimos a tristeza do declínio e a angústia do vazio; até que ponto a humanidade está descendo na direção de seu destino ao trocar estadistas sábios e prudentes por homens maus e mentirosos!

4 de outubro de 1951

É ASSIM QUE O DIABO PAGA

No campo da economia internacional, os métodos do imperialismo capitalista não diferem de seu comportamento habitual. Queremos apresentar apenas dois casos de seus ultrajes.

Em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos deviam à Argentina uma grande quantia por suprimentos não compensados. Esses créditos foram bloqueados no final da guerra. Em outras palavras, o devedor se recusou a pagar, não cobriu nenhum juro e, nesse meio tempo, manobrou com os preços de tal forma que o crédito argentino bloqueado se “evaporou” pela metade.

Com essa manobra, o país foi enganado em uma enorme quantia. Na época, não podíamos fazer nada porque, mesmo que reclamássemos, nos diziam que éramos “nazistas”.

Embora injustamente despojados, tivemos que usar o que nos restava para fazer compras apressadas para satisfazer necessidades urgentes e, de alguma forma, receber o pagamento, diante da ameaça de uma “evaporação” gradual dos saldos. Foi então que o governo foi acusado de gastar apressadamente nosso saldo em dólares. Se não tivesse sido assim!

Esse foi um caso simples de pilhagem; o que mencionaremos a seguir é uma chantagem agressiva.

Em 1946, a dívida dos Estados Unidos era de cerca de 2.000 milhões de dólares, e a da Grã-Bretanha, de cerca de 3.500 milhões (117 milhões de libras). A Argentina, como credora de ambos, decidiu usar esses saldos para comprar manufaturas essenciais. Assim, ela passou a se desfazer do ouro e dos dólares acumulados e, ao mesmo tempo, providenciou o desbloqueio dos saldos em libras esterlinas. O primeiro foi alcançado com dificuldade, como mencionado acima,

ao custo de uma das fraudes mais abomináveis da história das relações econômicas internacionais. O segundo foi estabelecido pela assinatura solene de dois tratados sucessivos com o governo de Sua Majestade Britânica, nos quais o último se comprometeu a manter a conversibilidade da libra esterlina.

Com base nessa conversibilidade, foi mantido o “comércio triangular” entre a Argentina, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Em outras palavras, era possível usar libras para comprar nos Estados Unidos e, portanto, parte do saldo de 117 milhões de libras poderia ser investido em EUA convertido em ouro ou dólares.

Uma vez que as reservas em dólares tivessem sido usadas da maneira descrita acima, o país não tinha outra solução financeira para continuar importando dos Estados Unidos a não ser recorrer ao uso da libra esterlina obtida em seu comércio com o Reino Unido.

Para a Argentina, uma zelosa adepta de seus convênios e compromissos internacionais, a ideia de que o governo de Sua Majestade, comprometido em acordos e pactos solenes para manter a conversibilidade das libras bloqueadas, pudesse violar unilateralmente seus compromissos era inconcebível. No entanto, em meados de 1947, ele decretou unilateralmente o fim de tal obrigação financeira. Nesse fato, vemos a mão deliberada de certos círculos americanos, pois não é segredo para ninguém que tal medida não poderia ter sido tomada pelo governo britânico sem o acordo ou a pressão mencionados acima.

Nessas condições, alguns bancos argentinos exageraram na abertura de cartas de crédito em libras com seus correspondentes americanos, e as empresas privadas argentinas, por sua vez, fizeram uso do crédito normalmente concedido por seus fornecedores americanos, acumulando saldos em contas correntes. Dessa forma, foi acumulada uma dívida comercial e bancária entre empresas e bancos privados argentinos, com empresas e bancos privados americanos, que, em condições normais, teria sido liquidada no curso normal do comércio. Mas esse não era o objetivo. Foi uma tentativa intencional de prejudicar o crédito da Argentina, fazendo com que ela aparecesse como um devedor inadimplente e, conseqüentemente, cortar seu crédito e difamá-la por todos os meios.

Mas esse não é o fim desse caso sem precedentes de irresponsabilidade e injustiça. A interrupção da conversibilidade da libra esterlina foi quase paralela ao anúncio do Plano Marshall que, de acordo com a promessa feita e registrada nas atas do Parlamento

dos EUA, deveria constituir um plano de recuperação global que beneficiaria a todos igualmente.

A América Latina e especialmente a Argentina desempenhariam um papel essencial. Nos cálculos da administração ianque (de acordo com documentos oficiais debatidos em seu Senado), foi tomada a decisão de comprar em nosso país mais de um bilhão de dólares em produtos necessários para a reabilitação econômica da Europa. Pressionados pelo nosso governo, a Embaixada dos Estados Unidos e os funcionários da ECA¹ garantiram ao nosso governo, com todos os tipos de garantias verbais, que fariam grandes pedidos de compra em nosso país e, ao mesmo tempo, pediram que reservássemos toda a nossa produção para esse fim. Mais uma vez, o governo não deve duvidar da boa fé e da palavra oficialmente prometida pelo embaixador Bruce em nome de seu governo. É por isso que as importações dos Estados Unidos não foram interrompidas, mas o abastecimento essencial da economia argentina foi mantido, embora o saldo devedor dos importadores argentinos aos exportadores ianques chegasse a quase duzentos milhões de dólares.

Uma vez aprovado o Plano Marshall, o Sr. Hensel, seu representante, chegou a Buenos Aires e, para espanto do governo argentino e do próprio embaixador dos Estados Unidos, Sr. Bruce, declarou que o plano era meramente financeiro e que nada seria comprado na Argentina. Estava consumado o mais triste episódio de má-fé, descumprimento e falsidade internacional.

Em tal situação, o governo argentino decidiu pôr fim a esse caso abominável, providenciando que 30% de suas divisas em dólares fossem disponibilizadas a bancos e empresas privadas, devedoras de suas contrapartes ianques, para pagar os saldos ainda pendentes.

Nessa situação, o Sr. Miller, Secretário Assistente do Departamento de Estado, chegou a Buenos Aires e, sob a promessa de melhorar as relações e corrigir “mal-entendidos”, começou a providenciar para que nosso Ministro da Fazenda fizesse uma viagem aos Estados Unidos a fim de concluir as medidas já tomadas por uma comissão conjunta. Entre os vários assuntos considerados e aprovados, quase todos unilateralmente favoráveis às empresas norte-americanas, estava a liquidação dos saldos pendentes das empresas

1 A Agência de Cooperação Econômica dos EUA (ECA) é uma organização financeira oficial independente dos Departamentos de Estado e Comércio. (N. del E.)

importadoras privadas argentinas com empresas norte-americanas do mesmo tipo.

Esses interesses privados entenderam que era melhor para suas operações normais entrar em um acordo financeiro com o Export-Import Bank de Washington, por meio do qual o cancelamento imediato de tais saldos seria efetuado. Foi formado um consórcio bancário argentino, que conduziu as negociações e assinou os acordos. Atualmente, essas contas correntes foram quase totalmente liquidadas com os juros correspondentes, que os ianques nunca pagaram em suas dívidas com os argentinos.

Em tais condições, somente um mentiroso ou um canalha pode afirmar que o governo argentino contraiu um empréstimo nos Estados Unidos. Nem a origem da operação, nem a pessoa jurídica envolvida, nem o objetivo perseguido são de responsabilidade do Estado argentino. O embaixador argentino em Washington disse naquela ocasião: “O governo do general Perón não quer nem precisa de um empréstimo dos Estados Unidos”.

Concluindo: fica claramente exposto que as maquinações do supercapitalismo internacional, não satisfeito em privar outras nações de recursos indispensáveis para seu desenvolvimento econômico, por meio de inflação provocada; não satisfeito com a violação arbitrária da palavra empenhada em documentos solenes, não satisfeito com o descumprimento sistemático das promessas e obrigações formais de seus representantes, mente, mente descaradamente quando tenta distorcer a clara posição argentina, que resistiu a seu bloqueio, sua pressão, sua sabotagem e sua difamação sistemática.

11 de outubro de 1951

O REVERSO DA MEDALHA

Contamos a história de como fomos roubados; também queremos explicar como nos defendemos. Essa defesa foi feita com determinação e habilidade, pois, conhecendo os demônios em ação, teria sido ingênuo contar com eles.

De fato, em 1946, eles bloquearam nossos fundos e se recusaram a entregar o equivalente em ouro. Nesse meio tempo, aumentaram os preços em um valor sideral e acrescentaram a isso a imposição de subornos para obter licenças de exportação. Dessa forma, eles ameaçaram tomar gradualmente todos os nossos saldos em troca de alguns carros, rádios ou frigideiras. Pendergast não estava agindo apenas para vencer as eleições....

Nessa terrível batalha, tudo se resumia a ganhar tempo, agindo com velocidade e energia determinada. Já no início de 1946, nosso governo tomou conhecimento da intenção inescrupulosa dos devedores. A luta havia terminado, mas um estágio difícil da guerra estava por vir: pagar por ela.

O Conselho Nacional do Pós-Guerra empreendeu resolutamente um estudo da situação econômica mundial e planejou ações para neutralizar o possível saque e garantir o melhor negócio para o Estado e a Nação Argentina.

Duas conclusões fundamentais emergiram desse estudo:

- 1º Que era necessário contar, no curto prazo, com uma desvalorização geral das moedas como consequência da inflação provocada pelos mercados de manufatura; e
- 2º Que era hora de realizar a recuperação nacional, incluindo todos os serviços públicos vendidos pelos governos anteriores,

aumentando assim o patrimônio do Estado argentino em duas ou três vezes.

A *recuperação nacional* poderia ser alcançada com vantagem por meio do aumento dos preços dos “alimentos”, que estavam em demanda extraordinária naquele momento. Sua justificativa era inaceitável, já que os artigos com os quais éramos pagos haviam aumentado extraordinariamente.

Contra a *desvalorização das moedas*, bastava prever que nessa guerra aconteceria o que acontece em todas as guerras: que elas seriam pagas em parte com essa desvalorização. Isso, que aconteceu somente em 1949, foi previsto por nosso governo em 1940. Como era de se esperar, a desvalorização das moedas provocaria um aumento inversamente proporcional nos preços dos bens de capital, que representavam quase todas as importações argentinas.

Todo o sucesso consistiu em ganhar tempo, antecipando a gigantesca manobra de desapropriação que estava pairando sobre nossa economia. A decisão foi o principal fator para manobrar rapidamente, usando até a última moeda –que seria desvalorizada– para adquirir bens de capital que aumentariam de valor.

Foi então que nosso governo providenciou para que o IAPI comprasse imediatamente tudo o que precisava do país e o transportasse sem mais delongas até o porto de Buenos Aires. O segredo era que a perda de valor das moedas “não nos pegaria” com uma única nota desvalorizada. Dessa forma, todas as necessidades nacionais de maquinário, veículos, etc., que não haviam chegado ao país durante os cinco anos de guerra, foram supridas. Em uma única operação, foram comprados 60.000 caminhões e 1.000 torná puls; 20.000 peças de equipamento industrial foram adquiridas para expandir e recondicionar a indústria; a marinha mercante foi comprada; o exército foi motorizado e a força aérea foi equipada, e assim por diante.

O porto de Buenos Aires ficou superlotado de materiais; era necessário armazená-los em locais livres, mesmo a céu aberto, porque não havia tempo suficiente para removê-los. As críticas dos transeuntes eram frequentes. Em 1949, não tínhamos mais moeda. O governo havia cumprido seu plano de trocá-las por bens de capital. Então veio o previsível: todas as moedas estrangeiras caíram e os bens de capital começaram a subir catastroficamente. E se não for assim, vejamos: cada caminhão que custava 8.000 pesos em 1947 agora vale mais de 100.000; cada torná pul que custava 25.000 hoje custa

250.000; equipamentos industriais que, “grosso modo”, chegavam a um dólar o quilo, hoje custam dez; tanques do exército, que eram pagos a 22.500 pesos cada, hoje custam dez; tanques do exército, que eram pagos a 22.500 pesos cada, hoje não custam um centavo. Os tanques do exército, que custavam 22.500 pesos cada um, hoje não custam um centavo. 500 pesos cada um, não estão disponíveis hoje por 500.000; aviões, navios etc., se comprados hoje, custariam entre cinco e dez vezes os preços pagos por eles na época.

Entretanto, quanta incompreensão e quanta estupidez ouvimos nas críticas por terem gasto a moeda estrangeira. Eles teriam preferido que ela se evaporasse, trancada nas contas das metrópoles a que servem.

Foi precisamente esse fabuloso negócio do Estado e da Nação Argentina que permitiu que o país chegasse a 1951 tendo alcançado a recuperação nacional, pago integralmente sua dívida externa, construído sua frota mercante e aérea, modernizado suas forças armadas, realizado e consolidado sua independência econômica e justiça social, mantido a ocupação plena, reativado a economia e executado mais de 75.000 obras públicas em todo o país.

Os charlatães que lideram as quadrilhas políticas dizem que o governo peronista arruinou o país. Sabemos que o maior esforço foi feito para pagar as dívidas que contraíram e recuperar os ativos que entregaram, por poucos trocados, aos seus senhores de ontem e de hoje.

Há uma diferença entre eles e nós. Essa diferença está nos próprios fatos.

11 de outubro de 1951

A TERCEIRA POSIÇÃO

Na comparação dos fatores que influenciam os conflitos bélicos, a consideração de interesses geralmente prevalece. No passado, as guerras entre povos eram justificadas por motivos religiosos, por antagonismo ou desejo de preponderância política, ou simplesmente por aspirações de hegemonia regional. Em nossa época, essas formas se tornaram a exceção; os conflitos armados por interesses nacionais ou imperialistas são a regra.

Dessa forma, parece natural e lógico que os países em tais conflitos possam tomar o partido que melhor atenda a seus interesses nacionais. Entretanto, nas duas últimas guerras mundiais, o domínio de determinados grupos de nações dominantes, por meio de ameaças, pressões ou conveniência criada, impôs um curso de ação diferente aos países.

Na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos da América foram “isolacionistas” até que seus interesses tornaram aconselhável sua intervenção em tempo hábil, quase no final da guerra. Na Segunda Guerra, os Estados Unidos assumiram inicialmente a mesma posição da Primeira Guerra e decidiram intervir somente quando a Grã-Bretanha estava à beira do desastre e a ameaça japonesa colocava em risco os interesses americanos.

Dois terços dos outros países do mundo intervieram devido à pressão sobre seus interesses ou ameaças ao seu futuro por parte dos supostos vencedores, que se voltaram cada vez mais para os neutros à medida que suas chances de vitória se tornavam mais claras.

Do exposto, parece que, mesmo nas situações criadas em última análise, foram sempre os interesses que decidiram e que o ponto de

pressão mais sensível permaneceu, mesmo durante a guerra, o dos interesses das nações.

* * *

Hoje, parece que as duas potências imperialistas em conflito aprenderam com os acontecimentos passados que não é aconselhável esperar pela guerra antes de decidir sobre seus supostos aliados. É por isso que, por um lado, surgiu a “cortina de ferro” e, por outro, os pactos regionais do Atlântico Norte, do Mediterrâneo, do Atlântico Sul e assim por diante.

Mas nem a cortina nem os pactos tentaram persuadir ou unir vontades, mas sim impor decisões por meio de ocupação ou pressão de interesses.

Essa tem sido uma parte importante da “guerra fria”, por meio da qual a Rússia, enquanto discute com os EUA, já “engoliu” onze países, e os EUA, enquanto discutem com a Rússia, fazem o possível para “engolir” os outros.

Uma ofensiva determinada pela luta diplomática nos cinco continentes já levou à luta militar em vários setores. A livre decisão dos Estados não foi respeitada em nenhum caso, assim como a autodeterminação dos povos não foi levada em consideração. Quando os interesses do imperialismo intervêm, todos os outros direitos ou interesses são subjugados.

A política mundial está chegando ao fim desse estágio, com o sucesso coroando apenas uma parte de seus projetos. Há uma potencial neutralidade ou isolacionismo no mundo. O fato é que homens e povos aprenderam a lição dos tempos e das lutas: nestes tempos, os únicos que vencem a guerra são aqueles que conseguem evitá-la.

15 de novembro de 1951

AS “QUINTAS COLUNAS” IMPERIALISTAS

Sabendo da importância de uma frente interna forte para a condução da guerra, o enfraquecimento da coesão do povo adversário tem sido uma tarefa muito importante em sua preparação.

A esse respeito, a história política e militar das nações apresenta inúmeros exemplos de ações realizadas sobre os povos com os mais variados métodos e projetos. No entanto, nunca antes tal ação teve o caráter de uma luta aberta e amarga como nas circunstâncias atuais.

Hoje, uma penetração internacional determinada e irrefletida tende a transformar cada país em um campo de batalha da “guerra fria”, com um desrespeito inaudito aos direitos dos homens e dos povos.

Esse aumento da ação das “quintas colunas”, nas quais estão envolvidos grandes setores dos povos, parece estar adquirindo características mais perigosas a cada dia. É a preparação para a guerra civil do futuro, que se está preparando para o momento em que a guerra mundial estourar e a pressão acumulada por essas maquinações criminosas explodir em todos os povos. A defesa contra essas ações antinacionais, dirigidas por agentes estrangeiros com objetivos estrangeiros, é uma só: formar uma frente nacional que, com seu próprio objetivo, aniquilará os bandos alienígenas do “quinta-colunismo”.

Isso fez com que a infiltração e a penetração imperialistas se tornassem uma das características originais da preparação moderna para a guerra. O imperialismo comunista, especulando sobre sua tendência proletária, penetrou nos povos por meio das massas de trabalhadores explorados pelo capitalismo. O imperialismo

capitalista, por outro lado, teve que se contentar em administrar governos dóceis por meio de pressão econômica e ameaça política para criar países satélites.

Dentro desse padrão geral, as comunidades nacionais de quase todos os países do mundo foram infiltradas por ambas as tendências, e hoje o quadro visível apresenta as populações divididas em dois campos, que os imperialismos estão preparando para lançar na luta geral.

Muitos povos estão surpresos com o aparecimento em seu meio de uma luta sórdida semelhante à que está ocorrendo no mundo. As massas proletárias, mais próximas de Moscou do que de Washington, estão formando as fileiras dos partidos comunistas liderados pelos agentes do “Kominform”, ostensivamente para enfrentar o capitalismo. As oligarquias nacionais, lideradas por seus líderes políticos, dirigem a maioria dos governos da tendência que aparentemente se opõe a elas.

Não há dúvida de que, em cada país, essa luta assume sua própria forma particular, causada pelas características da situação concreta de cada caso. Vai desde o confronto aberto e franco entre o capitalismo e o comunismo até a aliança sub-reptícia dos dois, quando, como na Argentina, surge uma “terceira posição”, disposta a acabar com ambos, a fim de manter uma posição eminentemente nacional e independente.

Essa luta, simulada como uma luta interna, é central e diretamente dirigida pelo “Kominform” e pelo Departamento de Estado. Essas agências agem financiando e apoiando com abundante propaganda nacional e internacional os elementos nativos ou importados que tomam para si a responsabilidade de agir. Quando atuam sobre os governos, isso também resulta em interferência na política interna, o que explica muitas revoluções, como as que ocorreram recentemente na Guatemala, na Bolívia, na Argentina, etc.

Isso explica a existência em nosso meio de um partido comunista que, embora dizimado e impotente, está se esforçando para sobreviver mesmo diante do repúdio das massas populares. Também explica a conduta da oligarquia e das quadrilhas políticas, instrumentos obedientes das inspirações, orientações e financiamento do Departamento de Estado, embora o povo argentino demonstre seu crescente repúdio e desprezo todos os dias. O fato é que, em geral, essa classe de homens abandona qualquer coisa que não seja seu negócio, e as “quintas-colunas” pagas em dólares são um negócio não desprezível para eles.

Mas como essa remuneração só chega à liderança, as partes interessadas formam um núcleo relativamente pequeno. Outro setor que o aumenta é representado por aqueles a quem o ressentimento adere e, finalmente, por aqueles que, enganados pelo que foi dito acima, acreditam de boa fé nas mentiras com as quais os profissionais do sofisma disfarçam seus negócios repudiáveis.

No entanto, há cada vez menos deles todos os dias, à medida que o discernimento das pessoas abre caminho e a persuasão patriótica atinge um número maior de cidadãos, vítimas do engano egoísta de seus falsos pregadores a serviço de uma doutrina ou outra.

A existência de um movimento racionalmente organizado, com a previsão e a organicidade necessárias para confrontar o estrangeiro, bem como a realização do mesmo com doutrina, objetivos e significado nacionais, é a contramedida indicada para derrubar as “quintas colunas” e alcançar a salvação nacional por um caminho próprio, o mais distante possível do imperialismo, sempre perigoso até mesmo em seus galanteios de aparente amizade.

Esse movimento nacional é o único exército de paz que pode enfrentar com sucesso a “quinta-coluna” da “guerra fria”, o precursor da hecatombe que se abaterá sobre ela. É a preparação do povo com seu próprio senso de propósito para enfrentar as vicissitudes da situação internacional mais difícil que a história já ofereceu à humanidade.

É por isso que a organização do governo, do Estado e do povo é uma necessidade inescapável e peremptória da Nação Argentina.

22 de novembro de 1951

CONFEDERAÇÕES CONTINENTAIS

Vários estudiosos do século XIX já haviam previsto que o século da formação de nacionalidades, como era chamado, seria seguido pelo século das confederações continentais.

A Europa e a Ásia, diante do perigo mútuo, foram levadas pelas necessidades de sua defesa a se agruparem sob o signo do dólal ou da foice e do martelo, respectivamente, formando verdadeiras confederações imperialistas.

Diante dos mesmos perigos, os Estados Unidos estão unindo todos os povos americanos de seu continente setentrional, unindo-os no destino comum de seu hemisfério com vistas a uma ação que também abrangerá a Europa.

Há muitos anos, um ilustre brasileiro que enxergava longe, Rio Branco, lançou a ideia do ABC, um pacto político regional destinado a ter projeções históricas. A América do Sul, o moderno continente latino, está e estará cada vez mais ameaçada. Entretanto, ainda não pronunciou sua palavra de ordem para se unir. O ABC sucumbiu aos trabalhos subterrâneos do imperialismo, empenhado em dividir e impedir qualquer união realizada ou concretizada pelos “nativos” desses países “subdesenvolvidos” que ele deseja dominar e anexar, mas como fábricas de “negros e mestiços”.

O mundo está enfrentando o problema da superpopulação. Sua principal necessidade é a produção de alimentos, que já é insuficiente. A luta do futuro será econômica e, acima de tudo, por essa produção. Isso indica que uma parte substancial do futuro econômico do mundo se deslocará para as áreas de grandes reservas territoriais que ainda estão livres de exploração.

A Terceira Guerra Mundial de dominação será seguida por uma corrida pela posse territorial e pela reorganização produtiva.

Portanto, um grave perigo se deslocará para os países com as maiores reservas territoriais adequadas. A ameaça virá de um imperialismo triunfante, seja ele qual for.

A nova forma colonial de ocupação e dominação pode ser o ataque comunista ou a penetração econômica, que já começou de várias formas nos países que compõem o “mundo livre”. A batalha por essa nova forma colonial será, sem dúvida, decidida no último quarto do século XX. O ano 2000 chegará com esse sinal ou com o triunfo das confederações continentais.

As lutas econômicas também levaram os povos a se agruparem em busca de unidade econômica. O século XIX –o século da formação das nacionalidades– foi sucedido pela luta entre as nações pela predominância regional. O esgotamento dessa luta deve ser seguido pelo desaparecimento de rivalidades, ódios e divisões continentais. O mundo de hoje é um sinal disso. As últimas ações internas estão ocorrendo na Europa e na Ásia como um precursor de sua unidade. Em seguida, testemunharemos o confronto mais colossal de nossos tempos entre a Ásia e a Europa unidas. Os Estados Unidos, como uma antecipação do futuro, em nome dos Estados Unidos da América do Norte, se unirão à Europa no empreendimento comum.

Enquanto isso, o que nós, sul-americanos, devemos fazer? Estamos vivendo em meados do século XIX no século XX, quando o futuro pode ser nosso de acordo com as regras do fatalismo histórico e geográfico, desde que acordemos a tempo. O centro de gravidade do mundo na civilização greco-romana tem se deslocado constantemente para o sul. Do Adriático para o Mediterrâneo, do Mediterrâneo para o Atlântico Norte, da Europa para a América do Norte. O futuro deve ser nosso. Pelo menos estamos ligados ao devir histórico pelo tempo e pelo espaço.

Para que não chegue o momento e aconteça conosco o que aconteceu com outros, que tinham o mundo em suas mãos sem saber o que fazer com ele. Se nos preparamos para enfrentar as tarefas do destino, é necessário preparar esses povos na mística emergente desse destino.

* * *

A unidade começa com a união, e a união começa com a unificação de um núcleo básico de aglutinação.

O futuro imediato e próximo, em um mundo altamente influenciado pelo fator econômico, exige que esse fator seja priorizado.

Nenhuma nação ou grupo de nações pode enfrentar a tarefa que esse destino impõe sem a unidade econômica.

O sinal do Cruzeiro do Sul pode ser a insígnia de triunfo para os penates das Américas no hemisfério sul. Nem a Argentina, nem o Brasil, nem o Chile, isoladamente, podem sonhar com a unidade econômica indispensável para enfrentar um destino de grandeza. Unidos, no entanto, eles formam a unidade mais formidável entre os dois oceanos da civilização moderna. Assim, eles poderiam tentar, a partir daqui, a unidade latino-americana com uma base operacional multifacetada e um impulso inicial imparável.

A partir dessa base, a Confederação Sul-Americana poderia ser construída em direção ao Norte, unindo nessa união todos os povos com raízes latinas. Como? Isso seria o menos importante, se estivermos realmente determinados a fazê-lo.

Se essa confederação é esperada para o ano 2000, nada melhor do que nos anteciparmos, pensando que é preferível esperar por ela do que o tempo esperar por nós. Sabemos que essas ideias não deixarão felizes os imperialistas que “dividem para governar”. Mas, para nós, os perigos serão tão graves a partir do momento em que a Terceira Guerra Mundial terminar, que não fazer isso será puro suicídio¹.

Unidos, seremos inconquistáveis; divididos, seremos indefensáveis. Se não estivermos à altura de nossa missão, homens e povos sofrerão o destino dos mediócras. A sorte deve nos estender a mão. Que Deus permita que consigamos agarrá-la. Todo homem e todo povo tem a hora de seu destino. Esse é o destino dos povos latinos.

Nós, argentinos, estamos prontos, estamos prontos e estamos esperando. Se atirmos a primeira pedra, é porque não temos culpa.

20 de dezembro de 1951

1 O General Perón estava se referindo à Guerra Fria, em pleno e agudo desenvolvimento, quando estava escrevendo esse artigo. (N. do E.)

“NEGÓCIOS” E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A emigração é um fenômeno de países grandes ou pequenos com superpopulação. Fatal e naturalmente imposta por seu desequilíbrio demográfico, ela leva a uma diminuição de seu potencial humano. Para evitar isso, como um remédio de boa-fé, os países de emigração apóiam a tese da nacionalidade de origem, sujeita à legislação dos países de imigração.

Até esse ponto, isso é legal e de boa-fé. No entanto, há também movimentos migratórios que visam à invasão pacífica ou à reivindicação de minorias para fins secessionistas, agressivos ou imperialistas secretos. Isso é ilegal e de má-fé.

O mesmo se aplica à emigração de capital, que, sendo um fenômeno natural de países superexplorados, grandes ou pequenos, constitui um enfraquecimento de seu potencial financeiro. Seria legal e de boa-fé manter a nacionalidade de origem, sujeita à legislação dos países em que o capital opera. É ilegal e de má-fé dismantelar, explorar ou subordinar uma economia a fim de colonizar as nações que a abrigam.

Assim como a imigração é um meio necessário para o avanço de países subpovoados, o influxo de capital é um fator benéfico para nações subdesenvolvidas, desde que ambos sejam de boa-fé. Assim como a penetração humana de grupos inadequados ou minorias invasoras é um perigo e um obstáculo para os países, o influxo de capital especulativo, explorador ou colonizador é um perigo e um flagelo para a economia dos países em desenvolvimento.

Conforme relatado pela United Press (UP), “o presidente Vargas assinou um decreto que restringe o registro de capital estrangeiro no Brasil ao capital efetivamente trazido do exterior e limita as remessas de lucros a 8% ao ano desse capital”.

A nova regulamentação substitui a antiga, que foi anulada com o discurso de Vargas, mas ainda permite o retorno ao país de origem de 20% ao ano do capital estrangeiro originalmente investido. O decreto afirma especificamente que o capital estrangeiro elegível para retorno é apenas aquele proveniente do exterior e registrado como tal no Banco do Brasil. O decreto também o autoriza a analisar todo o capital registrado e todas as remissões feitas no passado, e diz que todas as remissões que excederem 8% ao ano do capital estrangeiro registrado serão consideradas como retorno do capital original e deduzidas dos investimentos em capital estrangeiro.

Vargas, em seu discurso de Ano Novo, disse que o Banco do Brasil havia autorizado remissões superiores a 8% ao ano e havia permitido que as empresas capitalizassem seus lucros excedentes como capital estrangeiro. Como resultado, cerca de 14 bilhões de cruzeiros estão agora indevidamente registrados como capital estrangeiro.

Ele também afirmou que “isso resultou em um aumento escandaloso e ilegal nos investimentos de mais de 200%, ou seja, 423 milhões de dólares, que teriam chegado a 1.253 milhões de dólares se os lucros não fossem adicionados, um aumento que está sangrando o país devido à sua demanda excessiva por moeda estrangeira para pagar os 8% dos lucros, que estão aumentando como uma bola de neve”.

A República Argentina, assim como o Brasil, está sujeita a esse tormento financeiro há um século. No entanto, os “famosos economistas” que nos governaram ainda fingem ser famosos.

A reforma do sistema financeiro e bancário argentino pelo governo justicialista pôs fim a esse lamentável estado de coisas em 1946, estabelecendo que o que o país precisa é de capital de giro e não de especulação.

A maioria dos consórcios capitalistas que operaram no país, com a complacência culpada dos governos, eram empresas que realizaram manobras especulativas que prejudicaram seriamente a economia do país. Algumas delas entraram no país com dez ou vinte milhões de pesos de capital, estabeleceram-se e depois receberam créditos de bancos argentinos no valor de cem milhões de pesos. Assim, com a contribuição desse dinheiro argentino, eles transferiam lucros ilimitados para seu país de origem, acima dos cento e dez ou cento e vinte milhões do valor total capitalizado. Foi uma maneira iníqua de nos descapitalizar, usando nosso próprio dinheiro, por meio de crédito e com “a história da contribuição do capital estrangeiro”.

Em vista disso, nada poderia ser mais justo e equitativo do que limitar a transferência de remessas financeiras a uma porcentagem prudente dos lucros anuais sobre o capital importado, que é a única coisa que pode ser considerada como uma contribuição estrangeira para a economia nacional.

Quando falamos sobre a conveniência dos influxos de capital, somos os primeiros a reconhecer sua necessidade e a defender seu influxo quando eles vêm para desenvolver nosso trabalho produtivo. Por outro lado, somos inimigos de todo tipo de exploração e irreconciliáveis quando essa exploração tem de ser suportada pelas costas inocentes do povo argentino.

Tampouco acreditamos que o capital estrangeiro possa vir ao nosso país “por amor à arte”. Sabemos que ele precisa de lucros, que devemos oferecê-los e com generosidade quando estiverem em proporção direta com os benefícios nacionais que produzem.

Não sabemos o que acontecerá com os regulamentos e o discurso de Vargas, apesar de reconhecer “que a víscera mais sensível do homem é o seu bolso”. Podemos afirmar, por outro lado, que a mesma medida, tomada pela Argentina em 1946, produziu mais do que alguns dos inconvenientes da política internacional. Há países propensos a seguir cada um de seus sinais monetários com um navio de guerra e a usar seus embaixadores como procuradores não oficiais ou “informais” de alguns de seus interesses privados.

No entanto, a longo prazo, nesse aspecto como em todos os outros, “contas claras preservam a amizade”. Os atritos internacionais causados por conflitos de interesse devem ser julgados e resolvidos de acordo com a lei e não de acordo com a conveniência unilateral, porque esse tipo de “ajuda”, que é tão cara, só se justifica de uma maneira: quando produz benefícios econômicos e não leva o país a um litígio internacional vexatório.

10 de janeiro de 1952

DIANTE DO INSULTO DO VIL, O HOMEM SÁBIO SE CALA

Por ocasião das últimas publicações brasileiras, muitos colegas se perguntaram: “O que está acontecendo no Brasil?” Não é fácil responder. Aparentemente, parece ser o que acontece com tanta frequência: que um empresário publicitário “pistoleiro” faz mau uso de seu instrumento. Mas o pistoleiro é irresponsável; por trás dele estão aqueles que o pagam, e por trás deles estão os serviços de informação e provocação de uma potência estrangeira e, ainda por trás deles, um Departamento de Estado e um governo que todos nós deveríamos considerar responsáveis.

Sob a capa da “liberdade de imprensa”, há toda uma organização sombria de natureza internacional que todos nós sentimos e conhecemos.

Os brasileiros não se importam com nossa política interna, assim como nós não nos importamos com a deles. Nem a pregação anti-argentina nem seu propósito são brasileiros, mas sim as alavancas de um imperialismo de cujo flagelo quase nenhum país da Terra escapa. É algo como a “mão negra” ou a “máfia” que todo mundo repele e odeia em silêncio, sem se atrever a denunciar por medo de represálias. É a intimidação como um sistema. É o sindicato de “gângsters” de “proteção comercial” levado à política internacional. É a luta insidiosa e tenaz da penetração imperialista sem inteligência, sem princípios, sem virtudes.

Por que isso não está acontecendo na República Argentina? É isso que devemos nos perguntar para valorizar nossa soberania.

O que está acontecendo no Brasil foi anunciado há mais de um ano pelo México no famoso Plano Benson. Trata-se de uma tentativa de separar e apodrecer nossos países. Uma campanha é lançada nos

jornais brasileiros, nosso povo responde a ela e o resto se resolve por si só.

Mas desta vez eles estão errados. Há bom senso e prudência suficientes aqui para não cair na armadilha. Os jornais argentinos dificilmente podem ser comprados com o dinheiro da traição. Se o Brasil tem a infelicidade de sofrer com empresários, agentes de provocadores internacionais, como bons amigos do povo e do governo brasileiro, devemos nos lamentar como eles e não acrescentar males desnecessários e maiores.

Nossos países sabem a verdade, e ela é definitiva. Essa ação imperialista é nova? Eles não tentaram sempre nos separar para nos explorar melhor?

Os governantes de nossos países enfrentam hoje um dilema de ferro: eles devem escolher, internamente, entre o imperialismo e seu povo; internacionalmente, entre o imperialismo e seus irmãos de sangue. Nosso governo já fez sua escolha: está com nosso povo e com nossos irmãos. Para nós, o dólar é apenas o preço vil da necessidade, mas nem só de pão vive o homem. É por isso que existem valores eternos e valores circunstanciais; estamos com os eternos, mesmo que isso nos custe algum sacrifício.

A afirmação de que “os homens são maus e mentirosos” nunca encontrou melhor justificativa do que em nossos dias. Os homens que lideram as nações deveriam acordar para a tremenda realidade que enfrentam. Tudo é fingido para aparecer. Tudo é improvisado para enganar. Tudo é pisoteado para dominar. Como se o progresso técnico-científico tivesse marcado a humanidade com um terrível retrocesso em suas virtudes e o homem tivesse esquecido que o sublime dos princípios não está em sua enunciação, mas em sua realização.

O caos do mundo atual é o resultado dessa sequência de enganos sucessivos, de simulação permanente, de má-fé internacional transformada em um sistema.

Ninguém ignora que os “acordos” e as “associações” internacionais, as “cartas” e as “declarações”, os “direitos” e as “liberdades” são capas de mentiras destinadas a “cobrir o céu com uma peneira”. Mas o mal não está apenas nas mentiras e nos sofismas em que o estado internacional é afirmado, mas no fato monstruoso de que somos forçados a considerá-lo verdade. “Cobrir um olho, mesmo na terra dos caolhos, é falta de caráter, não tolerância.”

17 de janeiro de 1952

MAIS SOBRE CONFEDERAÇÕES CONTINENTAIS

Há alguns dias, o congressista americano Timothy Sheehan propôs anexar o Canadá à União, como um novo estado, e compensar a Grã-Bretanha pela perda desse domínio.

Essa monstruosidade, que é típica da mentalidade agressiva e inconsciente do imperialismo, ameaça a possibilidade e até mesmo a ideia de confederações continentais com uma declaração grosseira.

Esse é um perigo para o Canadá, que também é compartilhado por países ricos em reservas territoriais e matérias-primas, especialmente gêneros alimentícios.

O problema mais sério e difícil do mundo hoje é a alimentação. O futuro será ainda mais difícil à medida que a população mundial aumentar e a expectativa de vida humana se prolongar. Uma guerra iminente apenas agravará e acentuará essas dificuldades.

Os dois grandes imperialismos concorrentes não estão interessados na solução desse problema, mas na luta pelo domínio de um mundo faminto. Mas quem quer que vença a guerra, se não quiser sucumbir apesar do sucesso, terá de enfrentar a solução que, após a disputa, envolverá um estado extremamente agudo e extraordinariamente intenso.

A solução tem apenas um caminho: produzir mais alimentos. Para isso, será necessário desenvolver a produção de forma extensiva e intensiva. Grandes áreas não cultivadas terão de ser exploradas, pois a produção de alimentos ainda depende da terra.

Portanto, se o futuro dos países hoje depende de suas reservas territoriais, serão também os mais bem dotados que estarão mais ameaçados pela dominação imperialista, que reviverá o espírito conquistador do século XIX, desta vez “aumentado e corrigido”, já

que os imperialismos estão se tornando mais extensos e intensos a cada dia.

A Terceira Guerra Mundial é um fato consumado. Sua decisão é um assunto longo e doloroso, porque tanto a Rússia quanto os Estados Unidos são “ossos duros de roer”. Apesar dos enormes recursos, a decisão não é fácil de ser tomada.

A Rússia, seja da Europa ou da Ásia, impõe uma rota longa demais a um exército operacional. Na rota mais curta –em direção a Moscou– Napoleão e Hitler, para não ir mais longe, confirmaram a famosa história da tática. Uma operação através da China e da Manchúria até Baikal é um empreendimento além das possibilidades dos exércitos. A rota do Ártico ainda é um assunto de Júlio Verne. Derrotar os Estados Unidos no Atlântico ou no Pacífico, com seus poderosos recursos aéreos e marítimos, ainda não é uma questão para os russos.

É mais provável que essa guerra seja decidida pela destruição e exaustão progressivas do que por uma ação militar violenta e operacional. Isso indicaria uma longa duração e um resultado indeciso até o colapso de um dos lados.

Esse estágio sangrento da humanidade, caracterizado por seu período mais destrutivo e ruinoso, deverá ter alguém que já esteja pensando nas consequências futuras de tal destruição e matança. Nós, impotentes para impedi-lo, poderemos, por outro lado, oferecer aos povos, vítimas inocentes da insensatez de seus líderes, ajuda oportuna quando, desiludidos e famintos, decidirem impor para si uma vida melhor em uma humanidade menos egoísta, mais justa, mais livre e mais feliz. Para isso, temos tempo suficiente, terra e nosso trabalho. Tudo o que precisamos é que nossos governantes estejam à altura de sua missão histórica.

* * *

Se nos atermos ao conceito de produção de alimentos e matérias-primas, as maiores reservas territoriais estão no Canadá e na América do Sul. Portanto, elas serão o alvo mais cobiçado dos imperialistas triunfantes.

Parece que os Estados Unidos não querem esperar pelos resultados da guerra para fazer com que o Canadá se torne eficiente na produção, adiantando assim um recurso que inevitavelmente terá de ser enfrentado de uma forma ou de outra.

Também é indubitavelmente verdade que os Estados Unidos têm se interessado e buscado, por vários meios, penetrar e explorar a América do Sul.

Desde os longínquos dias de seu progresso inicial, os Estados Unidos anunciaram, pela boca de um de seus presidentes, seus sonhos de hastear a bandeira de estrelas e listras no Ártico, no Equador e na Antártica.

Uma União Continental Americana não seria algo ruim se não tivéssemos que enfrentar a mentalidade executiva do Sr. Timothy Sheehan, consubstancial ao modo ianque.

Diante desse perigo de conquista, que nenhum latino-americano pode negar de boa fé, só há uma solução: *unir-se*.

Uma *Confederação Latino-Americana de Nações* seria nossa única garantia contra um futuro repleto de riscos e perigos. Unidos, seríamos fortes e numerosos. Desunidos, seríamos presas fáceis da conquista imperialista e de sua conseqüente exploração.

A união latino-americana não seria um obstáculo para uma unidade posterior de toda a América, mas seria uma garantia de que nossos Estados a integrariam como povos livres e soberanos, e não como tristes despojos coloniais.

O momento de fazer isso é agora. Quando a guerra terminar, será tarde demais.

A maneira de fazer isso é de qualquer maneira, se os povos forem consultados primeiro e depois seu mandato for cumprido.

24 de janeiro de 1952

QUANDO O DEMÔNIO ESTÁ À SOLTA

Um recurso da política internacional tem sido, muitas vezes, provocar conflitos entre terceiros para compensar áreas de fraqueza. Esse recurso tem sido usado com mais frequência em grandes conflitos e especialmente para os imperialismos que se *dividem para dominar*.

Os sistemas coloniais de dominação geralmente se baseiam na miséria, na ignorância e no vício. Com frequência, os colonizadores usaram a luta para criar essa situação e, às vezes, usaram os “sipaios” ou elementos nativos dominantes a soldo da metrópole.

Outro hábito dos imperialismos em luta tem sido o de envolver todos em seus conflitos, forçando outros a lutar por eles ou por suas causas. Quando, por qualquer motivo, não conseguem fazer isso, eles se voltam para semear o joio e incitar a discórdia para que, no mínimo, não haja uma paz estável. Isso é fácil de fazer, pois basta que eles perturbem o equilíbrio estimulando ambições e oferecendo o que não é deles.

Quando os imperialismos agem dessa forma, há apenas um perigo: o de encontrar homens subornáveis, ignorantes ou ambiciosos para serem seus instrumentos.

Os governos e até mesmo os países sob essa influência nem sempre são culpados pelos erros terríveis em que a pressão estrangeira os coloca.

* * *

Há quase dois anos, foi anunciado no México que o Plano Benson estava sendo colocado em ação. Ele estabelecia a maneira pela qual

os países latino-americanos que não dessem ouvidos aos ditames imperialistas seriam subjugados. Esse plano não foi refutado, exceto pela existência de Benson, que mais tarde se descobriu que existia e estava nas fileiras do exército.

Esse plano, “coincidentemente”, prescreveu tudo o que vem acontecendo até os dias de hoje. Pressão sobre governos “fáceis”, ajuda a países “interessados”, assistência técnica político-administrativa a governos “copiáveis”, penetração econômica de países “rendidos”, revoluções e ataques a governos “difíceis”. Tudo isso foi acompanhado por uma ampla campanha publicitária que, como disse Benson, a experiência mostra que sempre foi eficaz.

Há poucos dias, Juan José Arévalo, ex-presidente da Guatemala, denunciou, desde México, que agentes imperialistas estavam preparando uma revolução para derrubar o coronel Jacobo Arbenz, presidente constitucional da Guatemala.

Nosso país sabe demais sobre esses tipos de conspirações e revoluções dirigidas.

O Panamá, o Haiti, o Santo Domingo e dez outros países sabem tanto ou mais do que nós como essas coisas são planejadas e realizadas, bem como quem financia essa intensa e sistemática agitação conspiratória.

Nos últimos tempos, temos visto, em editoriais não oficiais e discursos oficiais, velhos conceitos de uma América agressiva e dominadora que pensávamos ter desaparecido para sempre, e o surgimento de concepções de hegemonias supostamente artificiais sustentadas por potências militares aleatórias emprestadas de tempos em tempos. Felizmente, contra o falso conceito, a leviandade e a má causa de alguns, prevalece sempre o bom senso e a sensatez do povo, que reage contra essas explosões grosseiras e circunstanciais de alguns homens.

O *Diário do Rio* também reage contra uma intensa campanha que visa “enlamear” as amistosas relações argentino-brasileiras, “explorando todo tipo de versões”, e culpa o imperialismo capitalista e o comunismo por isso. Em nossa opinião, o que está acontecendo em todo o continente não é diferente.

A América Latina viveu em paz e harmonia por muitos anos. Agora parece que o “demônio está à solta”. É o imperialismo em ação. Parece incrível que, quando, devido à situação caótica do mundo, precisamos de uma maior união e irmandade americana, existam homens que se prestam a esse jogo iníquo que é uma verdadeira traição aos povos e aos interesses das nações americanas.

A medida mais eficaz de defesa contra essa manobra diabólica é não jogar o jogo do imperialismo. Quando não se quer, não se discute. Sabemos que nossos vizinhos também são nossos amigos. Todos os esquemas do imperialismo e as ações de seus personagens nativos devem se deparar com nossa indiferença consciente.

Não disputamos hegemonias e supremacias. Queremos trabalhar em paz para nós mesmos e para nossa posteridade. Buscamos apenas o que é certo: nossa independência e nossa soberania. Por elas, lutaremos se necessário. Não por outras causas.

Sabemos que os povos vizinhos e irmãos compartilham nossa amizade. Os povos são permanentes, nós, homens, somos apenas acidentes circunstanciais neles. Trabalhamos com valores permanentes.

O imperialismo pode se esforçar para separar a fim de dominar, mas aqui ele só jogará no “poço de Airon” dinheiro e energias que seriam mais lucrativas em outros lugares, onde as coisas não parecem estar indo melhor do que aqui.

21 de fevereiro de 1952

PACTOS BILATERAIS, AJUDA, DIGNIDADE E DEVERES

A experiência do mundo imperialista na mobilização de meios e mão de obra para a guerra é extraordinariamente eloquente. Todas as suas guerras foram travadas com base na imposição às suas colônias ou domínios do mais alto tributo econômico e de sangue em defesa dos interesses do império.

Em guerras passadas, lutaram australianos, canadenses, islandeses, caribenhos, indochineses, sul-africanos, senegaleses, indonésios, africanos, brasileiros, sepoys, hindus, amarelos, filipinos, magiares, mongóis etc., todos recrutados sob a direção da metrópole e apoiados por recursos das colônias ou domínios. Quando são necessárias armas de trabalho na paz e bucha de canhão na guerra, o imperialista branco recorre aos bens e ao povo dos índios ou negros de suas colônias.

Até mesmo os romanos da decadência chegaram a construir seus exércitos profissionais a partir dos bárbaros que haviam conquistado. Alexandre, sendo tão grande, chegou ao ponto de dizer às suas tropas macedônias, insatisfeitas após a conquista da Pérsia: “Vão e digam aos macedônios que, abandonado por vocês, só tenho confiança nos bárbaros que conquistei”. Essa é a doença que geralmente leva os impérios ao túmulo. Os impérios sobrevivem no curto prazo, derrotados por seu próprio egoísmo ou covardia.

No dia 22 deste mês, o Ministério das Relações Exteriores do México anunciou que as negociações militares entre o México e os Estados Unidos haviam terminado sem que se chegasse a um acordo e sem que fosse feita nenhuma recomendação sobre o projeto dos EUA. A Agence France Press (AFP) informa que

- 1º Washington está preocupado com o número crescente de países que se recusam a aceitar as condições impostas para a concessão de “ajuda militar”.
- 2º O México é o sétimo país que prefere não receber ajuda dos Estados Unidos a fazer concessões que prejudiquem sua soberania.
- 3º Os Estados Unidos temem que isso seja um mau exemplo.
- 4º O Pentágono está surpreso com o respeito próprio de países como o México e o Irã, quando a França e a Grã-Bretanha aceitaram a instalação de bases em seus territórios.
- 5º Os generais americanos acreditam que a defesa do “mundo livre” deve se basear na uniformidade de métodos e armamentos e que eles devem organizar e treinar exércitos sob a égide americana.
- 6º Eles exigem o monitoramento do uso da ajuda concedida, para garantir que ela não seja usada para derrubar governos.
- 7º O governo mexicano julgaria que os compromissos prejudicariam seriamente a economia do país. A opinião pública mexicana temia que fossem assinados acordos que violassem sua soberania.
- 8º A causa do fracasso dos acordos teria sido a cláusula “para dar pleno efeito prático aos planos de defesa sob os quais os governos realizariam as missões que fossem necessárias para a defesa e preservação da paz no continente americano”, que o governo mexicano considerava inaceitável.
- 9º Mais uma vez, o Departamento de Estado e o Pentágono têm opiniões diferentes.
- 10º O *Washington Post* escreve: “Os Estados Unidos só obterão a cooperação de nações pequenas se respeitarem seu respeito próprio e sua psicologia”.

Estas dez notícias transmitidas pela Agence France Press de Washington são imperdíveis. Os ianques temem que as coisas estejam dando errado para eles, como consequência de seu próprio mau comportamento e de “terem amarrado os cavalos atrás da carroça”. Eles ficam surpresos com o fato de o México e o Irã terem um conceito de dignidade, pois entendem que a França e a Grã-Bretanha não têm. Eles acreditam em uma eficiência orgânica que lhes permitirá vender armamentos e também acham que devem organizar e treinar exércitos sob a égide dos Estados Unidos, apesar do fato de que até agora mostraram ao mundo uma péssima organização, treinamento deficiente, disciplina *sui generis* e liderança ruim e incoerente.

A “ajuda” tem o objetivo de introduzir o “controle” nos países, que acabará como na Bolívia e que o México já considera um grande prejuízo para sua economia e um ataque à sua própria soberania.

Mas, entre as cláusulas mencionadas, a que diz respeito a “obrigar os governos a cumprir as missões necessárias para a defesa e preservação da paz no continente americano” é a mais interessante de comentar, porque era o mesmo conteúdo fundamental do famoso “Plano Benson”. Isso poderia ser usado para forçar um país americano a atacar outro país do continente que não simpatizasse ou não compartilhasse dos projetos da política imperialista. Felizmente, os mexicanos sabem muito sobre isso.

Mais uma vez, o Departamento de Estado, o Pentágono, a Junta Interamericana de Defesa, o Congresso e o governo dos EUA não estão na mesma página. Nunca os vimos fazer nada além de atos incoerentes.

O *Washington Post* tem razão, mas tem pouca, porque além de respeitar o “respeito próprio e a psicologia” das “nações pequenas”, ocorre-nos que é necessário não tentar explorá-las, ridicularizá-las e ultrajá-las para amarrá-las ao carrinho de nossas próprias indignidades.

* * *

A “Lei de Segurança Mútua de 1951”, promulgada pelo Presidente dos Estados Unidos e sob a influência da qual se realizam os mencionados “pactos bilaterais” entre os Estados Unidos e as “pequenas nações” latino-americanas, estabelece em sua seção 511

- a) Para desenvolver seu esforço militar, um país não poderá se beneficiar da ajuda militar, econômica ou técnica prevista nesta lei, exceto nas seguintes condições: é necessário que o Presidente dos Estados Unidos considere que a concessão dessa ajuda fortalece a segurança dos Estados Unidos e, por outro lado, o país beneficiário se compromete a:
- 1º contribuir para a promoção do entendimento e da boa vontade nas relações internacionais e para a manutenção da paz no mundo;
 - 2º participar de qualquer ação, decidida em conjunto, com o objetivo de eliminar as causas da tensão internacional;
 - 3º cumprir as obrigações militares assumidas nos termos de acordos ou tratados multilaterais ou bilaterais dos quais os Estados Unidos sejam parte;

- 4º na medida em que seja compatível com sua estabilidade política e econômica, contribuir para a manutenção e o desenvolvimento de seu próprio poder defensivo e do mundo livre, na medida máxima permitida por seus recursos em termos de mão-de-obra, riqueza material e equipamentos produtivos, bem como pelo estado geral de sua economia;
- 5º tomar todas as medidas que possam ser razoavelmente exigidas e que sejam necessárias para o desenvolvimento de suas capacidades defensivas;
- 6º tomar medidas apropriadas para garantir que a assistência militar fornecida pelos Estados Unidos seja usada de forma eficaz.

Portanto, os países que assinam pactos bilaterais com os EUA para receber ajuda militar, econômica ou técnica se comprometem com tudo isso. Além disso, como se pode ver pelo que aconteceu no México, eles estão vinculados a outras “cláusulas de circunstância” que estabelecem exigências em relação direta à maior ou menor necessidade ou interesse do “candidato” à ajuda e às vantagens políticas ou estratégicas que ele oferece.

A defesa continental seria assegurada em sua fase direta pela defesa de cada país de sua própria pátria que, na futura guerra além do Ártico, dificilmente seria ameaçada de forma vital. A melhor maneira de fazer isso é ajudar a nós mesmos, sem esperar por ajuda externa, que é onerosa para os EUA e que nos custará muito caro em compromissos morais e materiais.

Por isso, nos perguntamos se existe um país que não precisa ou não quer essa ajuda, se ele não pode firmar um “pacto bilateral” mutuamente vinculativo. A “Lei de Defesa Mútua de 1951” e os acréscimos decorrentes das diligências do Pentágono parecem ter sido feitos apenas para enfrentar os “pedintes”, sem levar em conta que pode haver algum governo que pense que seu país não deve ter o mau hábito de traficar com sua dignidade e seu dever.

28 de fevereiro de 1952

BUROCRACIAS INTERNACIONAIS

A ideia de garantir a paz e limitar os meios e os efeitos da guerra é tão antiga quanto a própria guerra. Todos os estágios bélicos da história deram origem a comissões, congressos, conferências e organizações destinadas a esse fim. Os gregos, romanos e príncipes da Idade Média já conheciam essas formas de ficção internacional. O período napoleônico terminou com o Congresso de Viena; a Primeira Guerra Mundial, com a Liga das Nações; a Segunda Guerra Mundial, com as Nações Unidas. A Organização dos Estados Americanos também era, à sua maneira, uma sociedade destinada a lidar com a paz americana, embora tenha acabado lidando apenas com a guerra.

Em nossa época, essas organizações são apenas uma burocracia internacional inoperante e inconsequente, embora dispendiosa e anacrônica. Quando lidam com a paz, os países fazem guerra; quando lidam com o desarmamento, as nações executam os planos mais armados da história do mundo. A burocracia sempre vive em um clima de simulação, o oposto da realidade. O motivo dessa burocracia, preconcebida e preparada, é governar organizações. Dessa forma, e por meio de procedimentos indescritíveis, foram feitos pactos e acordos “guiados” e conferências onde “só se servem pratos requentados”. Recorrer a esses órgãos para exigir justiça e igualdade é e será “pedir pêras ao olmo”.

Há poucos dias, a Bolívia tentou fazer isso, invocando o artigo 16 da Carta de Bogotá, reproduzindo o artigo 8º da Convenção Econômica, que estabelece que “nenhum Estado pode aplicar ou incentivar medidas coercitivas de natureza econômica e política para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter dele vantagens de qualquer espécie”.

Há cinco anos, a República Argentina vem sendo submetida a tais medidas, tanto econômica quanto politicamente. Poderíamos citar inúmeros casos já bem conhecidos por todos. No entanto, nosso governo, acreditamos que com evidente bom senso, nunca pensou em levar essas questões à Organização dos Estados Americanos. Ele sabe muito bem, por experiência própria, que estaria pregando no deserto, e quando a justiça é negada a povos e homens, só há um caminho a seguir: conquistá-la. A justiça tem um preço apenas para cérebros atrofiados e corações intimidados.

A verdade e a justiça não podem ser alcançadas em órgãos onde os delegados não vão para discutir, mas para cumprir mandatos preconcebidos, onde os oradores estão mais preocupados com a bajulação do que com a verdade e onde a votação é uma verdadeira obsessão pela obediência.

Entendemos que é assim que os irmãos bolivianos devem ter entendido, pois, de acordo com a última declaração de seu governo, eles estão confiantes em retomar as negociações com a Corporação de Reconstrução Financeira para obter preços mais remuneradores. Embora esperemos que esse seja o caso, também não acreditamos que esse seja o melhor caminho a seguir.

A agora famosa *Conferência de Materiais*, já que sua função é substituir os preços econômicos por preços políticos, estabeleceu uma verdadeira *economia de comando internacional* no “mundo livre”. O monopólio e o *dumping* que o sustentam completam o quadro do livre comércio nesse “mundo livre” de liberdade tão reduzida.

O estanho na Bolívia, o cobre no Chile, as frutas na Guatemala, os peixes no Peru, o açúcar em Cuba, o petróleo na Venezuela e o café no Brasil são todos elos de uma cadeia cada vez mais opressiva.

Não é hora de formar uma Conferência Latino-Americana de Materiais, cujo objetivo seria restabelecer os preços econômicos de nossa produção, acabar com a economia de comando, o monopólio e o *dumping*, pelo menos para que haja um “mundo verdadeiramente livre” nesta parte do mundo?

Há pessoas que obedecem a apenas uma lei: a lei da necessidade. Falar com elas sobre amizade, companheirismo e cooperação altruísta é falar em um idioma desconhecido para elas. Talvez esse possa ser um caminho a seguir. Disraeli disse que as nações não têm amigos permanentes nem inimigos permanentes; elas têm interesses permanentes. É tudo uma questão de “o príncipe” decidir defendê-los.

As Nações Unidas ou a Organização dos Estados Americanos são meros instrumentos. Recorrer a elas é pueril, além de inoperante.

A tática seguida nos Estados Unidos é fácil de estabelecer: para manter os “países subdesenvolvidos” ocupados com alguma coisa, eles criam organizações, conferências e comissões para nós, que nós mesmos pagamos. Enquanto isso, “eles” decidem por seus órgãos executivos. Eles sabem muito bem que, se o mundo tivesse sido criado por uma comissão, ele ainda teria de ser criado. Eles também tentam garantir que essas organizações, conferências ou comissões sempre tenham duas ou mais funções, o que resulta em algo parecido com um sofá-cama, onde se senta mal e dorme pior.

Nós nos perguntamos: por que aqueles que falam um idioma comum não poderiam se reunir em uma conferência própria? Lá poderíamos dizer o que quiséssemos sem medo das censuras dos censores estrangeiros, que estão acostumados a nos aconselhar a fazer o que eles dizem, mas não o que eles fazem.

6 de março de 1952

ÍNDICE

PREFÁCIO. OS CAMINHOS PARA A UNIDADE SUL-AMERICANA ...	5
<i>Santiago Cafiero</i>	

PRIMEIRA PARTE. A HORA DOS POVOS

Prólogo.....	11
<i>Juan Domingo Perón</i>	
Libertação ou neocolonialismo.....	15
A penetração imperialista e a tragédia do dólar	19
Plano de penetração imperialista na Iberoamérica	37
Integração latino-americana.....	51
O mercado comun latino-americano e a aliança para o progresso	69

SEGUNDA PARTE. MENSAGENS PARA A UNIDADE

“Eu nunca defendi causas inomináveis”	93
União econômica argentino-chilena.....	97
Mensagem aos países não alinhados.....	107
Mensagem para os chanceleres da Bacia do Prata	123

TERCEIRA PARTE. POLÍTICA Y ESTRATEGIA

Publicidade e imperialismo.....	131
---------------------------------	-----

“Não há inimigos ou amigos permanentes há interesses permanentes”	135
Bons vizinhos e maus vizinhos	137
“A dignidade da igualdade da igualdade e a vergonha da submissão”	139
Imperialismo e guerra	143
Países satélites.....	147
A OEA ou o “rabo é pior a esfolar”	151
Política internacional e o serviço de inteligência	153
É assim que o diabo paga	157
O reverso da medalha	161
A terceira posição.....	165
As “quintas colunas” imperialistas.....	167
Confederações continentais	171
“Negócios” e relações internacionais.....	175
Diante do insulto do vil, o homem sábio se cala	179
Mais sobre confederações continentais	181
Quando o demônio está à solta	185
Pactos bilaterais, ajuda, dignidade e deveres.....	189
Burocracias internacionais	193

